UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FLÁVIA FLORENTINO VARELLA

**DA IMPOSSIBILIDADE DE APRENDER COM O PASSADO:
SENTIMENTO, COMÉRCIO E ESCRITA DA HISTÓRIA NA *HISTÓRIA DO
BRASIL* DE JOHN ARMITAGE**

SÃO PAULO
2011

FLÁVIA FLORENTINO VARELLA

**DA IMPOSSIBILIDADE DE APRENDER COM O PASSADO:
SENTIMENTO, COMÉRCIO E ESCRITA DA HISTÓRIA NA *HISTÓRIA DO
BRASIL* DE JOHN ARMITAGE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

SÃO PAULO
2011

Para todos aqueles que um dia tiveram
seu destino cruzado ao meu.

AGRADECIMENTOS

As pessoas às quais gostaria de agradecer são realmente incontáveis. Todas tiveram participação direta na realização desta dissertação, mesmo que não estejam plenamente cientes disso.

Ao meu orientador, João Paulo Pimenta, pelo esforço em conseguir o apoio do Projeto Temático “Formação do Estado e da Nação”, para minha profícua ida à Inglaterra em busca de vestígios da vida do quase esquecido John Armitage. Assim como por estimular o debate entre seus orientandos por meio de reuniões periódicas que foram importantes para conhecer diferentes abordagens de pesquisa nesse começo da minha vida acadêmica.

Às professoras Karen Lisboa e Miriam Dolhnikoff pelos comentários feitos no exame de qualificação que me permitiram enxergar possibilidades de análise que, tenho certeza, enriqueceram esta dissertação.

Aos meus eternos companheiros de seminários e lamúrias, Bruno Medeiros e Bruno Gianez, os quais sempre me ajudaram a nunca desistir de tão grande (e difícil) empreitada.

Aos novos e velhos amigos do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade, Valdei Lopes de Araujo, Helena Mollo, Sérgio da Mata, Fernando Nicolazzi, Mateus Pereira e Camila Braga, com os quais estive em diversas iniciativas no intuito de divulgar as pesquisas feitas no campo da história da historiografia. Agradeço especialmente a Valdei Araujo pela leitura dedicada e atenta desta dissertação e das incontáveis ajudas nesse complexo mundo acadêmico.

A todos os participantes das edições do Seminário Nacional de História da Historiografia que, com seus problemas, ajudaram-me a compreender melhor a vida e permitiram que eu tomasse alguns dos 365 dias do ano para reuni-los na pacata cidade de Mariana para discutir história da historiografia e teoria da história, assim como fazer novas amizades.

Ao meu irmão, Lucas, que sempre esteve ao meu lado e a toda a minha família que me ajudou a nunca pensar que a vida acadêmica é toda a parte de nossa singela existência.

À CAPES pela bolsa de estudos que me permitiu uma dedicação mais intensa aos problemas desta dissertação, assim como minha estadia na cidade de São Paulo.

Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na *História do Brasil* de John Armitage

RESUMO

Esta dissertação investiga a *História do Brasil* do comerciante inglês John Armitage, escrita em 1836, e sua relação com a formação da historiografia brasileira das primeiras décadas do século XIX. Seus objetivos centrais são o estudo da sensação de ruptura entre passado e presente contida em tal obra, bem como suas implicações na ampliação do objeto histórico e na criação de uma nova forma narrativa organizadora de uma identidade nacional brasileira. Acreditamos que esses fenômenos estejam relacionados com um processo geral de aceleração do tempo e de alargamento da esfera pública, verificável no mundo ocidental a partir de meados do século XVIII, e que no Brasil condiciona o processo de independência política. No plano da história da historiografia, esses processos tiveram importância, principalmente, no que diz respeito à recusa da imitação como critério de análise histórica e no surgimento de um novo tipo de narrativa, a sentimental. Aliado a isso, houve a consolidação da linguagem do humanismo comercial em que o comércio foi tido como o meio pelo qual seria possível realizar o refinamento das paixões em maneiras. Resumindo, o objetivo principal desta dissertação, por um lado, é discutir essas transformações, assim como apresentar a proposta historiográfica de John Armitage baseada na incorporação narrativa dos valores de uma sociedade comercial e polida e, por outro, mostrar como tal proposta parece ter sido recusada, ou talvez ignorada, pela historiografia brasileira oitocentista.

Palavras-chave: História da historiografia brasileira, ruptura, sentimento, humanismo comercial, historiografia imperial.

E-mail para contato: flavia_varella@hotmail.com

On the impossibility to learn from the past: sentiment, commerce and history writing in the *History of Brazil* by John Armitage

ABSTRACT

This master's dissertation studies the *History of Brazil* written in 1836 by an English merchant called John Armitage and its interchange with the shaping of Brazilian historiography in the first decades of nineteenth century. The main goals are the study of rupture's sensation between past and present which can be found in this book, as well as the impact in the enlargement of the historical object and in the foundation of a new narrative form which could organize the Brazilian national identity. We believe that these phenomena are related with a general process of time acceleration and of enlargement of the public realm which have happened in the Occident since the middle of eighteenth century. These processes are central to the Brazil political independence. On the history of historiography, these processes have had effect mainly in the refusal of imitation as criterion of historical analyses and in the emergence of a new kind of narrative, the sentimental one. Besides that, the language of commercial humanism has happened and consolidated with the commerce as a medium by which could be possible accomplish the refinement of passions in manners. To sum up, the main goal of this thesis is, on the one hand, to discuss these transformations, as well as present the historiographical proposal of John Armitage based on narrative incorporation of values of a commercial and polite society and, on the other hand, evidence how this proposal might has been refused, or ignored, by eighteenth century Brazilian historiography.

Keywords: Brazilian history of historiography, rupture, sentiment, commercial humanism, imperial historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1: NOVOS ESPAÇOS, NOVOS MUNDOS: A VIDA DE JOHN ARMITAGE	
1.1. A construção de um cenário: relações comerciais e tráfico escravo	14
1.2. “Nas costas da distante terra do Sul”: John Armitage no Brasil	29
1.2.1. A <i>Defensora</i> e a centralidade do trabalho escravo como limitador da sociedade comercial	31
1.3. Os benefícios do comércio: John Armitage no Ceilão	43
CAPÍTULO 2: DOS SENTIMENTOS ÀS MANEIRAS: A LINGUAGEM DO HUMANISMO COMERCIAL	
2.1. Ver e tocar o passado: paixão e sentimento	56
2.2. A sociedade comercial como horizonte interpretativo da história nacional	70
CAPÍTULO 3: A HISTÓRIA DO BRASIL E OS BRASILEIROS OITOCENTISTAS	
3.1. Evaristo da Veiga e a autoria da <i>História do Brasil</i>	83
3.2. A escrita da história contemporânea como um problema	85
3.2.1. O palco da nação: o IHGB e a história contemporânea	92
3.3. História do Brasil e história da independência: cronologia e escrita da história	98
3.4. As paixões humanas: o juízo de Domingos José Gonçalves de Magalhães	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
ANEXOS	
Fotos do mausoléu da família Armitage em Dukinfield	111
Árvore genealógica da família Armitage	113
Litografias de Evaristo da Veiga e José Bonifácio que compõem a primeira edição da <i>History of Brazil</i> de John Armitage	115
FONTES E BIBLIOGRAFIA	116

INTRODUÇÃO

Acompanhando a renovação dos estudos acerca da independência e da formação do Estado nacional brasileiro, nas últimas décadas a história da historiografia no Brasil vem se dedicando ao estudo do tipo de história nacional produzido no século XIX para legitimar a concepção de uma nação brasileira independente de Portugal. Estudos recentes têm se pautado na assertiva de que a construção de uma identidade nacional brasileira não se formou de modo linear e inequívoco, ou, segundo a clássica formulação de Sérgio Buarque de Holanda, de que “no Brasil, as duas aspirações – a da independência e da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas”.¹ A hipótese de que a consolidação de um Estado nacional esteve diretamente ligada à construção da nação – processo multifacetado e dotado de grande complexidade regional – tem subsidiado, em alguma medida, a afirmativa de que a historiografia associada à atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundadora tanto de um campo historiográfico nacional como de uma identidade equivalente, processo que confere centralidade à escrita da história nas primeiras décadas do Oitocentos. Como realçam István Jancsó e João Paulo Pimenta, “ainda que comportando grandes variações de conteúdo, [a nação] sempre contemplava duas variáveis definidoras da comunidade cuja natureza pretendia expressar: uma herança (memória e história) e um território, ambos comuns aos membros da nação”.² Com isso, a história passa a ter seu lugar garantido como campo de investigação do passado ao mesmo tempo em que carrega componentes identitários fundamentais para o sucesso da nova ordem.

O Brasil, enquanto uma nação em formação, deveria construir seu passado de forma a mostrar a grande civilização que supostamente guardava em germe. Assim, “[...] o recurso à idéia de *nação* reforça-se como parte orgânica da fala do poder, sempre

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança colonial: sua desagregação. In: ___. (dir.). *História geral da civilização brasileira*: Brasil monárquico. 1º. Vol. São Paulo, Difel, 1970, p. 9. Outros estudos clássicos seguem essa mesma linha de análise (vide, por exemplo, PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942), retomada posteriormente por outros historiadores: NOVAIS, F. Condições de privacidade na colônia. In: ___. (dir.). *História da vida privada no Brasil v.I* (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, SILVA, Rogério F. da. *Colônia e nativismo: a História como 'Biografia da Nação'*. São Paulo: Hucitec, 1997 e PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

² JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000, p. 159.

carregada de referência ao passado, com seu uso revelando, entretanto, que este poder vacilava diante das imposições do novo tempo”.³ Nesse contexto, a história serviu profundamente enquanto legitimadora do futuro e das decisões que deveriam norteá-lo. Desde então, houve um uso fortemente empenhado da história em que a função pragmática das “letras” seria reforçada e reproduzida por um modelo de institucionalização dependente do Estado.

Após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, iniciou-se a ruptura com o antigo conceito de história marcado pela possibilidade de repetição e imitação da história. Essa mudança semântica acelerou-se com a Independência, que aprofundou a necessidade de ressaltar as *singularidades* do Brasil frente a Portugal. O fenômeno da modernidade, enquanto fundadora de uma nova ordem histórica, foi o espaço em que se deu a passagem do conceito cíclico de história para o moderno. De um lado, o tempo passou a ser o grande agente de mudanças, fazendo que a história tomasse uma configuração filosófica na qual um processo era narrado de forma contínua; de outro, os exemplos históricos não poderiam mais “ensinar”, já que a experiência do passado começou a se distanciar do horizonte de expectativa. Ocorre um fosso entre a experiência anterior e a expectativa do porvir que propicia que a época atual seja experimentada como um tempo de ruptura e transição.⁴

Para resolver essa instabilidade gerada pela impossibilidade de aprender com o passado, a narrativa histórica tomou a forma do desenvolvimento de um princípio que garantia a estabilidade entre passado, presente e futuro. Com a primazia do tempo como fator de explicação da história, os períodos históricos deixaram de ser equivalentes, havendo, assim, a impossibilidade de comparação entre estes, já que existiria uma negação contínua da repetição e da permanência. A história, não mais simplesmente fornecedora de exemplos atemporais, serviria agora para mostrar o desenvolvimento de um princípio civilizacional ao longo do tempo. Em espaços e tempos distintos, as histórias nacionais que foram surgindo no século XIX incorporaram essa nova forma histórica na busca de suas origens. O passado não serviria mais como modelo, mas como lugar onde o germe da identidade nacional seria encontrado e o seu destino manifesto.

³ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. *Op. Cit.*, p. 159-160.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

A história, enquanto identificadora da nação, teria um duplo papel. Por um lado, tinha a função de esquecer momentos do passado, recordando apenas os fatos que favoreciam a identidade nacional, tendo em vista a impossibilidade de criar uma história nacional orgânica sem uma memória seletiva. Por outro lado, na medida em que a história adquire o caráter de processo, o historiador precisava associar a busca das origens à concepção de tempo linear. Com isso, existiram conceitos importantes que serviram para descobrir o sentido da história linear, auxiliando o historiador a localizar no passado a matriz da nacionalidade e o passar do tempo figurou como demonstrador do desenvolvimento constante dessa matriz. A história seria composta pelo processo de seleção dos fatos que afirmam a nacionalidade, assegurando o progresso da nação mediante o seu reforço.⁵

O entendimento de que o IHGB foi o grande palco onde triunfou a historiografia brasileira e onde a própria nação foi forjada ganhou grande espaço nas pesquisas historiográficas. Tal enfoque provocou uma concentração de trabalhos voltados à análise da função da historiografia na construção da nação brasileira, centrados no Instituto, assim como os debates sobre história da historiografia ficaram intrinsecamente ligados à formação da nação, já que, no Brasil, a historiografia teria surgido justamente para dar sustentação ao Estado. Assim, correntemente deixa-se de lado o estudo do que foi produzido em matéria historiográfica dentro e fora do Brasil antes da criação do Instituto. Trabalhos recentes têm mostrado que, antes de 1838, existia uma historiografia, tanto nacional quanto estrangeira, que se debruçou sobre os problemas da formação de uma identidade nacional e de um território brasileiro. É notório que a escrita do passado, principalmente pós-independência, assumiu um lugar de destaque no cenário intelectual brasileiro. Contudo não devemos pensar que a necessidade de escrita da história nacional só se deu após a independência do Brasil, já que “la creación de una idea de *historia do Brasil*, con rasgos específicos con relación a una *historia de Portugal*, fue uno de los motores del desarrollo y viabilización del proyecto de la independencia”.⁶

Dessa forma, esta dissertação procura contribuir para uma melhor apreciação de como, antes da primeira geração do IHGB, já existia uma série de questões e

⁵ ROCHA, João Cezar de Castro. História. In: JOBIM, José Luis. *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

⁶ PIMENTA, João Paulo G.. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, D. I., 2007, p. 134.

interpretações sobre a constituição da identidade nacional que, em grande medida, foram continuadas – e reconfiguradas – com a implementação do Instituto. A *História do Brasil* proposta aqui para análise mostra possibilidades de escrita da história da nação brasileira, tendo sido por isso lida, traduzida e debatida no cenário intelectual brasileiro oitocentista. Armitage, além de utilizar-se de documentos públicos e cartas, também cita parte das leituras que fez para realizar a escrita de sua *Historia*. Entre os periódicos, figuram o *Diário Fluminense*, a *Aurora Fluminense*, o *Verdadeiro Liberal* e o *Jornal do Serviço Unido* como fontes em que recolheu parte das informações que divulga ou transcreve para o público inglês. Aponta como livros consultados a *Histoire de l'empire du Brésil depuis sa découverte jusqu'à nos jours* de David Warden, as *Memórias históricas do Rio de Janeiro* de Pizarro, Augustin de Saint-Hilaire,⁷ *Travels in Italy, Spain, and Portugal* de William Beckford, a *History of Brazil* de Robert Southey, *Journal of a voyage to Brazil* de Maria Graham, *Notices of Brazil* do Revendo Walsh, *Essai Historique sur la revolution de Paraguay* de Rengger e Longchamp, a *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão* de José Bonifácio, *Breve história dos felizes acontecimentos políticos ocorridos no Rio de Janeiro, nos sempre memoráveis dias 6 e 7 de abril de 1831* de Silverio Cândido de Faria e a *Resumo da História do Brasil até 1828* de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. Deixamos aqui registrados os títulos, para que despertem a curiosidade do leitor e sirvam de motivação para futuras pesquisas sobre a *História do Brasil*.

Até o presente momento, nem a *História do Brasil*, nem John Armitage tinham recebido uma atenção monográfica. Estudos anteriores buscaram traçar esboços de uma biografia do comerciante inglês ou abordaram de forma bastante rápida sua obra. Eugênio Egas escreveu, em 1914, uma breve nota sobre a existência de Armitage,⁸ que, por coincidência, trazia muitas das informações publicadas no necrológio do *The Christian Reformer* de 1856.⁹ José Honório Rodrigues também escreveu sinteticamente sobre esse assunto, ajuntando apenas uma nova informação de que Januário da Cunha Barbosa havia escrito algo sobre Armitage ser o verdadeiro autor da *História do*

⁷ Não foi possível precisar a qual obra Armitage se refere.

⁸ EGAS, Eugênio. Ao leitor. In: ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831*, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da *História do Brasil* de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 11-15.

⁹ *The Christian Reformer or unitarian magazine and review*. New series, vol. XII. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1856.

Brasil.¹⁰ Francisco Iglésias acrescentou, em breve passagem, a informação de que Armitage poderia ser, além de comerciante, um adido do governo britânico no Brasil.¹¹ O público leitor, mais recentemente, teve também a oportunidade de conhecer um pouco melhor a vida de Armitage pelo verbete de um pouco mais de uma página publicado por Lucia Guimarães, que ressalta a proximidade de Armitage com os políticos da época e a importância de sua obra.¹²

Encontramos, no início desta pesquisa, informações bastante imprecisas sobre quem era John Armitage, o que nos impeliu à busca de materiais que pudessem suprir essa lacuna e esclarecer melhor quem foi o comerciante que passou sete anos no Brasil e dedicou-se à escrita de sua história. Em que medida é possível entender melhor uma obra, estando ciente da vida do autor? Acreditamos que o primeiro passo a ser dado na pesquisa, para a análise da *História do Brasil*, deveria ser feito na busca de materiais que pudessem ajudar no entendimento da trajetória de Armitage. Afinal, tinha ele escrito mais algum livro de história, era um homem de letras, muitos questionamentos nos foram feitos e, apesar de não podermos responder a todos por falta de documentação, traçamos aqui o panorama mais completo que existe da vida desse comerciante e historiador. Nesse sentido é que pensamos o primeiro capítulo desta dissertação, no qual o leitor encontrará mesclado à trajetória de John Armitage um breve esboço das relações entre Portugal e Inglaterra e, após a independência, entre Inglaterra e Brasil, assim como da situação do Ceilão na época de sua residência. Por um lado, por meio desse panorama, pretendemos situar o leitor dentro do contexto histórico da discussão apresentada nesta dissertação. Entender a importância gradual que a Grã-Bretanha exerceu sobre Portugal e o Brasil, de certa forma, ajuda-nos a entender o cenário que possibilitou a vinda de Armitage ao Brasil e algumas de suas interpretações sobre essa terra. Por outro lado, o conjunto de informações reunidas sobre a trajetória de Armitage é o mais completo até hoje realizado e o apresentamos para o leitor que tem interesse em conhecer o que foi sua vida como comerciante e funcionário do Império Britânico, apesar de reconhecermos que ainda existam muitas informações lacunares que talvez nunca sejam preenchidas. Com o objetivo de organizar a nossa narrativa,

¹⁰ RODRIGUES, José Honório Rodrigues. *Teoria da História: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 363-364.

¹¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000, p. 57-59. Ao longo da pesquisa não encontrei nenhum documento que confirmasse essa hipótese.

¹² VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 418-419.

dividimos sua trajetória em três partes: antes da chegada ao Brasil, o período que viveu aqui e, por fim, sua estadia no Ceilão como comerciante e membro da administração britânica. Propomos que existe uma estreita ligação entre os ideais de civilização do Império Britânico e certos aspectos de sua *História do Brasil*, tais como a centralidade do comércio como propagador da sociabilidade moderna e do dinamismo necessário, para que as nações pudessem chegar ao estado civilizado.

No segundo capítulo, analisamos de forma mais direta a *História do Brasil* no que tange ao surgimento de uma narrativa sentimental e da linguagem do humanismo comercial. As transformações no conceito antigo de história implicaram no alargamento do objeto histórico e na possibilidade de uma narrativa sentimental. Nesse sentido, a retórica clássica das paixões foi reformulada, uma vez que as paixões modernas deveriam ser refinadas pelo comércio – meio pelo qual o contato entre pessoas e coisas seria efetuado – para serem transformadas em maneiras. Tal reconfiguração esteve associada à experiência corporal da narrativa permitida pela nova temporalidade baseada na ruptura com o passado.

A impossibilidade de aprender com o passado por meio da imitação atemporal, assim como a ampliação dos assuntos dignos de figurarem nas narrativas nacionais são dois fenômenos de extrema relevância nesta dissertação. A sensação de distanciamento entre passado e presente, tão comum na modernidade, gerou a necessidade de soluções que dessem sentido à história e a interpretação em perspectiva assumiu papel central nessa missão. Contudo a historiografia moderna não se resumiu apenas a esse tipo de experiência do tempo, já que o desejo antológico de uma experiência sensível do passado esteve sempre presente. Esta dissertação busca mostrar como a *História do Brasil* de John Armitage pode ser considerada uma narrativa que buscou incorporar práticas de presença por meio da utilização do sentimento, para produzir simpatia do leitor pela obra, suprimindo interpretações de sentido e buscando a quebra do distanciamento histórico. Aliado a isso, vislumbramos a historiografia brasileira da década de 1830 muito mais ligada aos parâmetros de uma historiografia de sentido, na medida em que não incorporou ao seu discurso práticas de ruptura e presentificação do passado.

Acreditamos ser possível identificar duas soluções básicas para dimensionar as transformações na experiência do passado, próprias da modernidade, no Brasil da primeira metade do século XIX: uma historiografia que valorizaria elementos de

continuidade histórica e outra que enfatizaria a necessidade de ruptura com o passado. Buscamos demonstrar como a *História do Brasil* de John Armitage pode ser lida dentro dos parâmetros de uma historiografia de presença em certos aspectos, já que não constitui uma narrativa emblemática de presença, mas oscila entre duas historicidades. A incorporação, pela historiografia brasileira oitocentista, de soluções epistemológicas de uma narrativa típica da cultura de sentido e o fato de terem ignorado os aspectos associados à cultura de presença, presentes na narrativa de Armitage, são sintomas da preferência da historiografia nacional por modelos baseados na continuidade histórica, em perfeita articulação com as bases gerais do processo de construção do Estado e da nação, ao menos de acordo com a autoimagem que dele fizeram seus construtores. A tentativa de afastar o sentimento de ruptura – e, com isso, consolidar um dos mitos fundadores da nação brasileira – teria dificultado, na historiografia brasileira, a incorporação de formas narrativas baseadas na descontinuidade.

É tendo em vista essas questões que o leitor se deparará com o último capítulo, no qual buscamos abordar a recepção que a *História do Brasil* obteve pelos contemporâneos brasileiros de Armitage e os problemas que envolvem a escrita da história nacional. Começamos pela polêmica sobre a autoria e tradução da obra, que sempre esteve ligada à figura de Evaristo da Veiga, pela grande proximidade que tinha com Armitage na época em que residiu na cidade do Rio de Janeiro e também pela preponderância da interpretação liberal moderada da independência brasileira que aparece na *História do Brasil*. O problema da escrita da história contemporânea se mostra como um ponto de debate para a historiografia da década de 1830 e a *História do Brasil* tem seus defensores e julgadores. A cronologia e a delimitação dos assuntos históricos acompanham essa discussão, assim como o problema da imitação e da consolidação do conceito moderno de história servem de pano de fundo para esse capítulo.

O leitor poderá encontrar no final desta dissertação, na parte “Anexos”, fotos do mausoléu da família Armitage na *Old Chapel* de Dukinfield, assim como a árvore genealógica dessa família. Ajuntamos a isso as litografias da primeira edição em inglês da *História do Brasil* de Evaristo da Veiga e José Bonifácio, os quais Armitage considerava os heróis de sua história. Na primeira edição brasileira, essas duas litografias foram substituídas por outras de Veiga e Bonifácio e também foram acrescidas as litografias de D. Pedro I e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

CAPÍTULO 1: NOVOS ESPAÇOS, NOVOS MUNDOS: A VIDA DE JOHN ARMITAGE

“Um Brasil [do século XIX] onde as primeiras fundições modernas, o primeiro cabo submarino, as primeiras estradas de ferro, os primeiros telégrafos, os primeiros bondes, as primeiras moendas de engenho moderno de açúcar, a primeira iluminação a gás, os primeiros barcos a vapor, as primeiras redes de esgotos foram, quase todas, obras de inglês.” Gilberto Freyre. *Inglêses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Top Books, 2000, p. 62.

1.1. A construção de um cenário: relações comerciais e tráfico escravo

A Grã-Bretanha encontrou, na afirmação do livre comércio entre as nações, e, na difusão de seus ideais por meio das relações comerciais, o ponto chave que iria lhe garantir a dominação de parte de todos os seis continentes até finais do século XIX. Dentre todos os continentes considerados integrantes do novo mundo, a parte sul da América foi aquela em que a Grã-Bretanha alcançou a menor expansão territorial. A *História do Brasil* de que vamos tratar ao longo desta dissertação foi escrita em 1836, originalmente em inglês, pelo comerciante John Armitage, que nasceu na pequena cidade inglesa de Failsworth aos 27 de setembro de 1807. Logo nos primeiros anos de sua infância, John mudou-se, juntamente com sua família, para uma cidade próxima, também de poucos habitantes, chamada Dukinfield.¹³ Ambas, geograficamente, fazem parte da Grande Manchester e ficam a poucos minutos da cidade de Manchester, a qual já sinalizava, nas primeiras décadas do Oitocentos, sua posição privilegiada na indústria do algodão dentre os domínios do Império Britânico.¹⁴ É importante ressaltar que, apesar de Dukinfield estar situada no condado de Cheshire, devido à sua proximidade com Manchester, desenvolveu o comércio do algodão manufaturado, típico da região de Lancashire.

¹³ Em 1792, foram fundadas as duas primeiras fábricas de algodão em Dukinfield, i.e., *Old Mill*, em Park Road, e *Furnace Mill*, em Bridge Eye.

¹⁴ ASPIN, Chris. *The cotton industry*. Buckinghamshire: Shire Publications, 2004, p. 4.

Mapa mostrando a posição geográfica de Manchester em relação à Dukinfield (12 quilômetros) e Failsworth (6 quilômetros).

<http://www.coachhouseconstruction.co.uk/builders-map.htm>

A educação do jovem John, filho mais velho de Cyrus e Sarah Armitage, teve início com curtas aulas lecionadas por ministros protestantes que exerciam função na *Old Chapel* de Dukinfield e, apenas por volta dos seis anos de idade, teve seus primeiros avanços na leitura.¹⁵ Sua família seguia a doutrina unitária, não-conformista, que surgiu como uma ramificação do Presbiterianismo, diferenciando-se por acreditar na unidade de Deus e, principalmente, por não acreditar na trindade e na morte de Cristo como um sacrifício ou uma expiação dos pecados da humanidade.¹⁶ Como Cyrus Armitage era um membro assíduo da comunidade unitária, que abarcava 18,15 % dos *cotton masters* e obtinha recursos suficientes advindos do comércio do algodão,¹⁷ em 1816, o reverendo Benjamin Goodier¹⁸ foi convidado a se mudar de Oldham, onde

¹⁵ ROSCOE, Jane. *Memoir of the Rev. Benjamin Goodier*. Liverpool: Rushton and Nelling, 1825, p. 29.

¹⁶ Maiores detalhes sobre as crenças unitárias e sua interligação com a Ilustração, Cf. SOARES, Luiz Carlos. Do presbiterianismo ao unitarismo: a trajetória dos dissidentes racionalistas ingleses. In: __. *A Albion Revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7Letras, FAPERJ, 2007, p. 69-80.

¹⁷ HOWE, Anthony. *The cotton masters, 1830-1860*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 62.

¹⁸ Failsworth, 25 de abril de 1793 – Montauban, 23 de julho 1818. A irmã de Cyrus Armitage, Martha, acabou casando com um membro da família Goodier. Cf. *Christian Reformer or unitarian magazine and review*. Op. Cit, New series, vol. VIII. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1852, p. 516.

exercia funções religiosas, para a sua casa, a fim de restabelecer mais rapidamente sua saúde, que estava um pouco abalada naquela época. Durante o curto período em que permaneceu com a família Armitage, o reverendo Goodier ocupou-se da instrução de John e de seu irmão Benjamin, ambos educados seguindo os “princípios liberais” de governo, educação e religião defendidos pelo Unitarismo.¹⁹ Contudo John, antes de alcançar a idade adulta, teve que interromper sua educação, para ajudar seu pai na fábrica de manufatura do algodão da família.

Apesar da existência da manufatura de lã e de seda, a indústria de algodão foi a que mais cresceu em Lancashire no século XIX.²⁰ Até mesmo o clima inóspito era uma vantagem. O ar úmido facilitava o processo de aglutinação das fibras em blocos, o que reduzia a pressão colocada pelas máquinas, barateando os custos da produção. Os fabricantes que construíram fábricas em regiões secas tinham custos de produção cerca de 10% mais alto. O terreno em Lancashire também era barato e o carvão e a água (essenciais para o branqueamento, tingimento e compressão do algodão) eram abundantes. Além disso, a facilidade com que ambos poderiam ser obtidos incentivou a introdução das máquinas a vapor. Enquanto Liverpool era o porto ideal, Manchester era o local perfeito para o comércio, devido ao seu histórico de corporações mercantis e à sua compacta limitação geográfica.²¹ Em 1861, 92% de todas as fábricas têxteis de Lancashire eram de algodão e essa região concentrava 70% de toda indústria de algodão da Grã-Bretanha.²² Tal centralidade da manufatura de algodão, como veremos, foi um dos elementos que permitiram a Armitage conseguir um emprego com representante de uma firma, tradicionalmente ligada ao comércio de têxteis, na distante terra do Brasil.

Tabela de fábricas e firmas têxteis em Lancashire 1835-1861²³

	1835	1841	1850	1856	1861
Algodão	676	1.105	1.235	1.480	1.979
Lã	99	141	116	99	101
Lã penteada	8	13	11	9	3
Linho	19	19	9	13	13
Seda	22	28	29	44	48

¹⁹ ROSCOE, Jane. *Op. Cit.*, p. 118.

²⁰ HOWE, Anthony. *Op. Cit.*, p. 1.

²¹ ASPIN, Chris. *Op. Cit.*, p. 3.

²² HOWE, Anthony. *Op. Cit.*, p. 1.

²³ Idem, *Ibidem*, p. 2.

Como exemplifica a tabela a seguir, o crescimento da produção das manufaturas têxteis teve impacto direto no crescimento populacional da pequena Dukinfield:

Tabela da demografia de Dukinfield (1801-1861)²⁴

Ano	1801	1811	1821	1831	1841	1851	1861
População	1,737	3,053	5,096	14,681	22,394	26,418	15,024

Contudo todo esse melhoramento na manufatura do algodão tornou-se, de certa forma, um problema após o início do bloqueio continental francês em 13 de maio de 1803. Após a coroação de Napoleão como Imperador, o significado da Revolução Francesa foi sendo bastante alterado em seus princípios, “levando a uma ordem na qual a expansão política, econômica e militar da França torna-se o elemento central de uma nova Europa, de um novo ocidente”.²⁵ Napoleão havia proibido a entrada de qualquer espécie de manufatura britânica em território francês, gerando uma réplica britânica também restritiva em relação aos produtos franceses. Como um dos resultados dessa medida, Napoleão decretou, em Berlim, no dia 21 de novembro de 1806, “uma ampla proibição de entrada de gêneros e produtos britânicos – por navios britânicos ou não – em todos os portos da Europa continental”.²⁶ Com isso, todo o país que comercializasse qualquer produto com a Grã-Bretanha seria imediatamente considerado inimigo francês. No intuito de responder a essa provocação, o governo britânico declarou o fechamento de seus portos aos produtos franceses, que poderiam ser transportados apenas em navios que tivessem um certificado de autorização emitido pela coroa britânica.

A Espanha, o reino da Itália, o reino da Etrúria, a Confederação do Reno, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca, a Prússia e a Rússia aderiam de imediato ao bloqueio francês e, em 1808, com a expansão do domínio napoleônico sobre a península itálica, teve sua abrangência alargada.²⁷ Os produtores das manufaturas têxteis inglesas perderam seus compradores regulares e se viram com um superávit de produção, que,

²⁴ NEVELL, Michael. *Tameside 1700-1930*. Tameside Metropolitan Borough Council, 1993, p. 12.

²⁵ SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A Corte e o mundo: uma história do no em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 16-19.

²⁶ Idem, Ibidem, p. 22-23.

²⁷ Idem, Ibidem, p. 22-23

em boa parte, foi exportado para seus novos consumidores luso-brasileiros depois da chegada da Família Real. Portugal teve um papel crucial no escoamento dos produtos ingleses e os tratados comerciais anteriores a 1808 entre Portugal e Inglaterra foram decisivos na construção dessa posição e na inserção britânica no Brasil do ponto de vista comercial e cultural no século XIX.²⁸ A transplantação da Corte portuguesa não acarretou apenas a vinda da Família Real, mas também a transferência da aliança de Portugal com a Inglaterra, que vinha desde o século XVII, para o Brasil.

Nesse sentido, a assinatura de alguns tratados teve grande importância como garantidores e definidores da posição privilegiada da Inglaterra no comércio português. Após a Restauração, em que um Portugal recém independente precisava de reforços para impedir a invasão espanhola, foi firmado o tratado de 1642, decisivo para a consolidação do comércio inglês em Portugal e nas suas colônias. Por outro lado, o tratado de 1654 concedeu aos comerciantes ingleses liberdade de comércio com o Brasil e com a costa ocidental da África em termos de igualdade com os portugueses.²⁹

Apesar de os tratados serem assimétricos quanto às obrigações e benefícios dos dois países europeus, o próprio tratado de Methuen, de 1703, criado na tentativa de superar a crise na exportação de lã inglesa, mostra que Portugal também obteve vantagens consideráveis na aliança feita com a Inglaterra. Enquanto os portugueses deveriam abonar os impostos dos tecidos e de toda manufatura de lã, a Inglaterra comprometia-se a importar o vinho português. Com essa disposição, Portugal assegurava o mercado inglês para seu vinho, que sempre sofreu grande concorrência dos produzidos na França.³⁰

A disponibilidade de capital líquido por parte da Inglaterra, no começo do século XVIII, foi uma grande vantagem na medida em que abria como possibilidade o investimento em múltiplas atividades comerciais, assegurando a centralidade inglesa. A aliança com Portugal, na luta contra a Espanha, na Guerra de Sucessão, garantiu aos ingleses o acesso às recém descobertas minas de ouro em Minas Gerais. Tais circunstâncias foram cruciais para a Inglaterra conseguir pagar pelos custos da guerra, assim como manter seu posicionamento no comércio internacional.³¹

²⁸ MANCHESTER, Alan K.. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 15.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 20-24

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 37.

³¹ BLACK, Jeremy. *Trade, empire and British foreign policy, 1689-1815: the politics of a commercial state*. London; New York: Routledge, 2007, p. 109.

Com a administração pombalina (1759-1777), ocorreram algumas mudanças na relação comercial entre Portugal e a Grã-Bretanha. O Marquês de Pombal iniciou sua carreira como embaixador em Londres no ano de 1738 e, durante os seis anos que permaneceu nessa função, não teve interesse em aprender a língua inglesa.³² Quando do seu regresso a Lisboa, encontrou D. João V em seus últimos dias de vida e, após D. José tornar-se monarca, foi nomeado Secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No decorrer dos anos, D. José mostrou ter maior confiança nele do que em qualquer de seus outros ministros.³³

A crise econômica instaurada em Portugal, entre 1756-1775, ajudou Pombal na efetivação de algumas medidas protecionistas que tinham em vista diminuir a dependência portuguesa das importações e, assim, melhorar sua economia. No intuito de reduzir a importação dos produtos manufaturados e das matérias-primas estrangeiras, principalmente depois da diminuição da extração do ouro brasileiro após 1760, Pombal criou e revitalizou várias indústrias regionais e fundou companhias comerciais com proteção Real. Nesse sentido, foi instituída a Companhia de Vinhos do Alto Douro com o objetivo principal de regulamentar o comércio de vinho extremamente prejudicado devido ao monopólio instaurado pelos intermediários e navios ingleses. Na colônia brasileira, foram criadas a Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão (1755) e a Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba (1759), as quais tinham “privilégios próprios exclusivos com precedência sobre os das feitorias inglesas em Lisboa e no Porto, quando e onde os respectivos interesses entrassem em conflito”.³⁴ Ao que tudo indica, a criação dessas duas companhias no Brasil estimulou bastante o comércio nessas regiões, aumentando seus rendimentos.³⁵

Enquanto essas mudanças aconteciam em Portugal, as manufaturas de algodão conquistavam papel de destaque na economia inglesa, principalmente por causa do aumento da produção desses artigos alcançado ao longo da revolução industrial. As inovações constantes na manufatura têxtil, como a invenção do Bastidor Hidráulico de Richard Arkwright, que tornou possível a produção intensiva das tramas longitudinais e latitudinais e o seu aprimoramento pela chamada Mula Fiadora (*Spinning Mule*) de Samuel Crompton, que era capaz de produzir um fio ao mesmo tempo forte e fino,

³² BOXER, Charles. *Império marítimo português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 180.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 181-182.

³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 191.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 184.

aumentaram a produção vertiginosamente e proporcionaram melhora significativa na qualidade do fio que era produzido. O crescimento das fábricas deu-se rapidamente em Manchester, enquanto que em 1782 havia apenas dois moinhos de algodão, em 1802 esse número aumentou para 52. Em 1811, 45% dos artigos produzidos em Lancashire eram confeccionados com o fio advindo da Mula Fiadora.³⁶

Tanto a centralidade do comércio de Portugal com a Grã-Bretanha, quanto a estabilização dessa potência como exportadora de manufaturas têxteis foram fenômenos que contribuíram para que futuramente pudesse existir um comerciante chamado John Armitage vindo para o Brasil como representante de uma firma de Manchester que vendia produtos têxteis.

O algodão manufaturado, juntamente com a cerâmica e o ferro, foram um dos principais produtos que abarrotaram o mercado luso-brasileiro após a chegada da Família Real portuguesa. Desde a instauração do bloqueio continental, a Grã-Bretanha estava totalmente pressionada por Napoleão, que buscou, por meio do enfraquecimento econômico, afetar a Grã-Bretanha também política e militarmente, de modo a torná-la uma força secundária. Como grande parte da Europa estava impossibilitada de comercializar com a Grã-Bretanha, a alternativa encontrada foi aumentar seus domínios para fora desse continente, no intuito de expandir seu Império e abarcar novos consumidores. Nesse sentido, conseguir o apoio de Portugal, que insistia em se manter neutro, era muito importante por causa das diversas colônias que conservava no ultramar.³⁷

Por outro lado, Portugal via-se encurralado entre a inimiga Espanha e o mar. No dia 26 de novembro de 1807, foi decidido, por unanimidade, pelo Conselho de Estado, o embarque da Família Real para o Brasil e, nesse mesmo dia, efetuaram-se todos os procedimentos necessários para tanto. Contudo, por causa do mal tempo, a armada britânica teve que fazer a proteção dos 36 navios que levariam os membros da Família Real e sua Corte para o Brasil até o dia 29 daquele mesmo mês, quando foi possível zarpar. A transferência da Família Real para o Brasil era uma mudança que poderia ser bastante lucrativa para a Grã-Bretanha, tendo em vista seu interesse no fim dos

³⁶ ASHTON, T. S. . *The industrial revolution, 1760-1830*. London: Oxford University Press, 1964, p. 71-74.

³⁷ SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo. *Op. Cit.*, p. 30.

monopólios portugueses, assim como na abertura de novas vias comerciais. O distante Brasil apresentava-se como uma excelente opção para ambas as questões.³⁸

D. João e toda a sua Corte desembarcaram na Bahia em 19 de janeiro de 1808 e, em 8 de março, já se encontravam na nova sede do Império Português: a cidade do Rio de Janeiro. As consequências políticas e sociais do decreto assinado em 28 de janeiro de 1808, que sancionava a abertura dos portos às nações amigas (Grã-Bretanha), foram de extrema importância para a independência brasileira, uma vez que essa medida contribuiu para o aumento da sensação de aceleração do tempo histórico, para a tomada de consciência das especificidades dessa parte do Império Português e, conseqüentemente, para a possibilidade efetiva da escrita de histórias nacionais brasileiras.

Pelo decreto de 1º. de abril de 1808, os portos para comércio estrangeiro ficaram restritos ao Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará e pelo decreto de 11 de junho de 1808, as taxas de importação sobre as mercadorias secas foram reduzidas de vinte e quatro por cento *ad valorem* para dezesseis por cento, assim como as taxas sobre provisões foram reduzidas um terço, para as mercadorias pertencentes aos portugueses ou importadas em seus navios.³⁹ Em outubro, foi fundado o Banco do Brasil, para efetuar a emissão de crédito como forma de estímulo ao desenvolvimento do comércio. Nesse mesmo ano, “noventa navios de bandeira estrangeira chegaram ao Rio, e dois anos mais tarde, 422 (estrangeiros e portugueses) chegaram a esse porto. Em 1811, havia na capital 207 estabelecimentos comerciais portugueses e 75 ingleses”.⁴⁰ A exportação do algodão brasileiro para a Grã-Bretanha também tinha destaque: em 1808 somaram £5.100.000, outras £1.662.000 desse produto foram exportadas através de Portugal; em 1809, £18.000.000 e, em 1810, £20.000.000. Além do algodão, era importada do Brasil grande quantidade de açúcar, cacau, café, couros, pelicas e tabaco.⁴¹

A Grã-Bretanha, estimulada pelos relatos de viajantes que passaram por esse mercado pleno em potencialidades e, enfrentando dificuldades de escoamento de sua

³⁸ Idem, Ibidem, p. 47-48.

³⁹ MANCHESTER, Alan K. *Op. Cit.*, p. 77.

⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 78. Cf.: Pereira da Silva. História do Império, II, 79-84.

⁴¹ PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História da civilização brasileira*. Tomo II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 89 e GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993, p. 138-139.

produção pelo bloqueio aos seus consumidores típicos, “não poderia tardar a instalar-se no Brasil como na sua melhor China: uma China a ser conquistada para os produtores ingleses mais por meio de anúncios de jornal do que pelo puro emprego de força naval ou da violência militar”.⁴² No intuito de estimular o comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha, Portugal publicou um anúncio nos jornais britânicos, para que os interessados em participar da *Association of English Merchants Trading to Brazil* manifestassem-se. 113 negociantes de Londres tornaram-se membros dessa organização em junho de 1808 e enviaram seus agentes para o Brasil.⁴³ Nesse mesmo ano, o comerciante John Lucock chegou em solo brasileiro como representante da firma *Lupton & Co.*, de Leeds, assim como alguns anos mais tarde John Armitage também viria representando a firma *Philips, Wood & Co*, de Manchester.

Com a chegada da Família Real, começaram os primeiros leilões ingleses na cidade do Rio de Janeiro promovidos pela *Turner, Taylor & Co.*⁴⁴ Os periódicos da época imprimiram grande número de anúncios de leilões nos primeiros anos da abertura dos portos brasileiros, que indicam uma falta de habilidade dos comerciantes ingleses com o seu novo público ou mesmo a frustração de uma expectativa não alcançada. Podemos encontrar nesses anúncios a descrição da chegada de produtos na alfândega carioca um tanto inusitados ao mercado luso-brasileiro, como os patins de gelo. As fazendas eram muito provavelmente o artigo mais ligado aos nomes de ingleses nos anúncios dos jornais luso-brasileiros dos últimos tempos coloniais e dos primeiros anos do Império, sendo comuns os leilões de gangas e chitas.⁴⁵ Os produtos de lã, linho e algodão ingleses abarrotaram as praças de comércio cariocas, vindo, em sua grande maioria, do porto de Liverpool e fabricados na região de Manchester.

Alguns remédios ingleses, como a magnésia, os calomelanos e os unguentos também fizeram moda entre os luso-brasileiros e as carruagens inglesas invadiram as ruas das grandes cidades. Sem esquecer a importância do machado e das serras inglesas, mais eficientes nas derrubadas de árvores, no difícil trabalho de abertura de novas estradas e lugares.⁴⁶ Por meio do comércio inglês, os luso-brasileiros tinham acesso não

⁴² FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Top Books, 2000, p. 168.

⁴³ Idem, Ibidem, p.183.

⁴⁴ Idem, Ibidem, p. 158-159.

⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 157. Gangas era o termo utilizado para tecidos de algodão na cor azul ou amarelo e chitas para os que tinham padrões muito coloridos.

⁴⁶ PANTALEÃO, Olga. *Op. Cit.*, p. 64-65.

apenas às mercadorias inglesas, como aos tecidos e ao cobre, mas também às novidades recebidas por intermédio da Inglaterra, como a porcelana chinesa vinda de Macau.⁴⁷

As companhias de seguro britânicas contra água, fogo, ladrões ou avarias de cargas (comuns no comércio de cabotagem) logo abriram filiais no Rio de Janeiro, tendo como a mais famosa delas a Companhia Loyd, de Londres. Além dessa, existiam mais seis seguradoras, não necessariamente inglesas, durante a administração joanina.⁴⁸ Frente à dificuldade que o Banco do Brasil enfrentava, por causa da balança desfavorável e das necessidades do Real Erário, as companhias de seguros constituíram-se em um dos principais esteios do comércio com a colônia brasileira que, mais uma vez, estava ligado aos interesses britânicos. Ao fazerem o desconto de letras, punham em circulação parte do dinheiro necessário para dar continuidade às operações mercantis e, ao tomarem seguros, ofereciam aos comerciantes maior segurança na realização dos seus negócios.⁴⁹

Todas essas mudanças desencadeadas com a vinda da Família Real e a abertura dos portos brasileiros foram transformadoras das condições em que a colônia vivia, na medida em que não apenas aumentaram a diversidade dos produtos comercializados, mas, do ponto de vista dos ideais britânicos, permitiram que o Brasil pudesse receber os benefícios do dinamismo instaurado pelo comércio e ver-se livre da opressão do estagnado Portugal. Por meio do contato com as pessoas de diversos lugares que vinham travar relações comerciais ou diplomáticas no Brasil ou mesmo com a variedade de produtos comercializados, seria possível ao povo residente nessa terra conhecer diferentes culturas, processo essencial para chegar ao estado de uma civilização comercial polida.

Por outro lado, os ingleses sabiam que esse notável progresso comercial alcançado nesses primeiros anos da abertura dos portos brasileiros poderia ser facilmente modificado com o término do domínio napoleônico e a entrada de novos concorrentes no mercado brasileiro. Consequentemente, exerceram forte pressão sobre a Corte portuguesa, para que os direitos que já obtinham em Portugal fossem assegurados também ao comércio com o Brasil e, com esse propósito, Lorde Strangford veio, em

⁴⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 160.

⁴⁸ GORENSTEIN, Riva. *Op. Cit.*, p. 159. São elas: Companhia de Seguros Marítimos Indemnidade, Companhia de Seguros Particular (que originou a Companhia de Seguros Permanente), Companhia de Seguros Previdente, Restauradora e Probidade.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 161.

1807, com a Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro.⁵⁰ Em decorrência dessas negociações, foram assinados dois tratados com a Inglaterra em fevereiro de 1810, o de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação; e uma convenção sobre o serviço de paquetes, no intuito de viabilizar a troca rápida de correspondência entre a Grã-Bretanha e o Brasil. Esses tratados garantiram o favorecimento dos comerciantes ingleses, visto que uma das cláusulas principais era a estipulação da taxa de impostos que os produtos ingleses deveriam pagar em apenas 15%, enquanto os portugueses pagariam 16% e os dos demais países 24%. Asseguraram também aos súditos ingleses o privilégio de extraterritorialidade, sendo julgados no Brasil e nas demais possessões portuguesas pelo Tribunal do Almirantado, composto por magistrados ingleses, e julgados de acordo com as leis inglesas em qualquer caso que requeresse tal medida judicial.⁵¹ Aliada a isso, existiu uma cláusula de proibição aos súditos portugueses “de continuarem com o tráfico escravo de qualquer parte da África, exceto das atuais possessões da coroa portuguesa naquele continente”.⁵²

Nessa época, a Inglaterra ainda não possuía o direito de revista dos navios suspeitos de transportar escravos, o que tornava realmente complicado, do ponto de vista jurídico, a apreensão de qualquer tipo de embarcação suspeita. Com isso, seus administradores se viram no dilema de ter que acertar acordos bilaterais de revista de embarcações com os países interessados na extinção do tráfico. Essa nova frente de cerceamento do tráfico pediu a criação de um Departamento de Tráfico Escravo, em 1819, para versar exclusivamente sobre a forma com que esses acordos seriam feitos, para conseguir efetivar com maior êxito a abolição do tráfico de escravos.⁵³

Sem sombra de dúvidas, apesar de todas as desvantagens que esses novos tratados ofereceram para a coroa portuguesa e seus negociantes pátrios,⁵⁴ a abertura dos portos às nações amigas causou uma verdadeira revolução na vida e na cultura dos luso-brasileiros pela incorporação da cultura britânica trazida pelas pessoas que passaram a residir nessa nova terra e de seus artigos que passaram a ser vendidos. A partir desse

⁵⁰ MANCHESTER, Alan K. *Op. Cit.*, p. 79.

⁵¹ NEVES, Lúcia M. B. P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 114

⁵² MANCHESTER, Alan K.. *Op. Cit.*, p. 90.

⁵³ BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1976, p. 29.

⁵⁴ Para maiores informações sobre a questão da ruína dos comerciantes portugueses com a chegada dos comerciantes ingleses, vide: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co., 1824-1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 380-381.

momento, o Brasil tornou-se um dos principais compradores dos artigos ingleses, o que envolvia tanto a incorporação do simples hábito de tomar chá, quanto a presença física de negociantes com diferentes costumes que contribuíram para novas dinâmicas sociais. Aliado a isso, o Brasil transformou-se em um constante objeto de investigação de viajantes e, por fim, teve uma longa parte de sua história traçada por Robert Southey na *História do Brasil*, publicada entre 1810-1819.

A questão da abolição do tráfico de escravos foi um ponto de longo desacordo entre as coroas portuguesa e inglesa e, posteriormente, brasileira e inglesa. A continuação da escravidão no Brasil era um problema econômico para a Inglaterra, principalmente no que diz respeito ao baixo preço do açúcar brasileiro. Desde a primeira metade do século XVII até a década de 1820, houve um significativo crescimento das *plantations* brasileiras de exportação de açúcar.⁵⁵ O açúcar produzido nas Índias Ocidentais era mais caro que o produzido no Brasil, pois além de as terras brasileiras serem mais baratas, os luso-brasileiros utilizavam-se quase que completamente da mão de obra escrava, enquanto que os senhores de engenho das colônias britânicas não o poderiam fazer. A única opção da Inglaterra era abolir o tráfico escravo português e, como as relações comerciais com a coroa britânica eram necessárias ao Brasil, o governo português poderia ser levado a pagar o preço da renúncia ao tráfico de escravos para manter essa vantagem.⁵⁶

Devido às dificuldades enfrentadas pelos britânicos de escoamento da produção causadas pelo bloqueio continental,

Os anos de 1807 e 1808 conheceram o estabelecimento de um amplo consenso entre seus setores dirigentes em torno da necessidade de abolição do tráfico de escravos como meio de fortalecer uma nova ordem econômica da qual ela seria hegemônica. Uma ordem incompatível com monopólios, fundada no livre-cambismo, no industrialismo e no trabalho livre, e que só poderia prosperar se irradiada para além do mundo europeu.⁵⁷

Essas e tantas outras tentativas e interferências britânicas sobre o tráfico de escravos ao longo do século XIX não estavam apenas diretamente ligadas aos interesses

⁵⁵ FLORENTINO, Manolo. Do tráfico de almas para o Brasil. In: _____. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 23-33.

⁵⁶ MANCHESTER, Alan K. *Op. Cit.*, p. 150.

⁵⁷ SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo. *Op. Cit.*, p. 28.

comerciais de suas colônias açucareiras, mas também à impossibilidade de compatibilizar uma civilização comercial e polida com o regime escravista.⁵⁸

O comércio luso-brasileiro com a Inglaterra continuou sem muitos abalos, apesar de toda a negociação em torno da abolição do tráfico. Contudo a tensão gerada pela longa permanência de D. João no Brasil contribuiu de forma decisiva para a eclosão da Revolução do Porto, que ajudou a acelerar a diferenciação entre americanos e europeus devido à percepção de muitos dos luso-brasileiros de que tal permanência fosse uma tentativa de recolonização do Brasil. Com o posterior apoio de Lisboa, em 15 de setembro de 1820, foi aclamado um novo governo e convocadas novas eleições para escolher os representantes nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, em Lisboa.⁵⁹

As províncias brasileiras reagiram de forma bastante distinta à revolução constitucional, algumas obedeceram totalmente ao poder de Lisboa, outras queriam formar associações regionais e outras ainda propunham sua total autonomia. Nesse sentido, não é possível afirmar que a Revolução foi “antibrasileira”, tendo em vista que o que existia como referência aos homens da época era o conjunto da monarquia portuguesa, e não uma unidade brasileira.⁶⁰

Configurando-se a partida de D. João como inevitável, foram enviadas várias petições de diversas províncias, no sentido de pedir a permanência de D. Pedro no Brasil e evitar uma possível desagregação territorial e as inconveniências advindas da falta de um poder administrativo na América. Um exemplo desse tipo de manifestação foi a representação da câmara de Porto Alegre, a qual alegava que as Províncias estavam geralmente separadas “por Governos, sem um ponto central, a que imediatamente dirijam seus recursos, e recebam os melhoramentos, que jamais poderão obter da Metrópole em tempo conveniente pela vasta extensão dos mares e duas mil e mais léguas.”⁶¹

⁵⁸ Como exemplo, citamos um memorando de Canning por ocasião da negociação do reconhecimento da independência brasileira: “uma oportunidade de realizar a melhor ação moral de que a sociedade humana é hoje suscetível, de se livrar da mais desconcertante discussão com que os Conselhos desta nação se vêem a braços e, finalmente, de salvar de uma completa ruína as nossas colônias das Índias Ocidentais. Para elas, sem dúvida, a única possibilidade de salvação seria através da abolição geral do tráfico de escravos, que só pode ser conseguido através do Brasil”. Citado em BETHELL, Leslie. *Op. Cit.*, cf. p. 46.

⁵⁹ PIMENTA, João Paulo (2002). *Op. Cit.*, p. 163.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 164.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 175.

Em 1821, seis anos após a derrota de Napoleão e efusivas manifestações populares, D. João retornou ao centro original do Império Português, deixando como Príncipe Regente do Brasil seu primogênito D. Pedro de Alcântara. Contudo essa situação foi abalada com a chegada, em 9 de dezembro daquele mesmo ano, dos decretos das Cortes que determinavam a anulação da regência, o retorno imediato de D. Pedro a Portugal, a obediência das províncias a Lisboa e a extinção dos tribunais no Rio de Janeiro. Tais notícias criaram a profunda impressão de recolonização, já acesa com a Revolução do Porto e impulsionou alguns brasileiros a estimularem D. Pedro a rejeitar a convocação das Cortes e a continuar no Brasil.

Aliada ao processo de emancipação política brasileira, aconteceu a consolidação da ideia de que o Brasil constituía-se como uma singularidade. A *História do Brasil* do inglês Robert Southey, publicada entre 1810 e 1819, foi pensada e escrita dentro desse contexto de formação da identidade nacional brasileira, tendo como objetivo mostrar o desenvolvimento e formação do Brasil desde a sua descoberta até a chegada da Família Real Portuguesa de um ponto de vista da continuidade identitária natural entre Brasil e Portugal. Mas isso não significa dizer que o Brasil já fosse encarado com rasgos próprios e características que o apresentavam como um organismo complexo e singular. O Brasil, para Southey, “descoberto por acaso, e ao acaso abandonado por muito tempo, tem sido com a indústria individual e cometimentos particulares, que tem crescido este império, tão vasto como já é, e tão poderoso como um dia virá a ser”.⁶² Southey buscou construir um relato no qual o Brasil foi mostrado enquanto uma nação em formação e, para isso, a herança portuguesa era de fundamental importância, na medida em que fornecia as bases para tanto.

O Império Britânico esteve focado no Brasil, não apenas do ponto de vista do comércio ou do tráfico de escravos, mas também na construção da identidade nacional brasileira por meio das propostas narrativas desenvolvidas pelos britânicos que se aventuraram na escrita da narrativa nacional. Em 1809, um ano antes da publicação do primeiro volume da *História do Brasil* de Southey, seu contemporâneo, o médico Andrew Grant, publicou a primeira *História do Brasil* escrita em inglês, que trazia um vasto apanhado histórico e geográfico dessa região, porém sem qualquer desenvolvimento argumentativo-narrativo estrutural.

⁶² SOUTHEY, Roberto. *História do Brasil*. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. Prefácio de Brasil Bandecchi. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 39. (Coleção Reconquista do Brasil)

A mudança da Família Real Portuguesa para sua extensa colônia americana e, posteriormente, sua independência, produziram a necessidade de um conhecimento mais profundo dos ingleses, desse seu novo e significativo mercado. Apesar de Southey parecer ter estado mais preocupado com sua glória pessoal e com a escrita de uma história universal do Império Português, não é improvável que essa mudança da Corte tenha, ao menos, influenciado sua decisão de começar a escrita de sua obra monumental, que acabou não sendo finalizada, pela história do Brasil. O fato de Southey ter sido um poeta “profissional” talvez o coloque em uma posição diferente e com motivações distintas tanto de Grant quanto de Armitage, já que ambos dedicaram suas histórias a comerciantes e tinham um enfoque maior no conhecimento dos aspectos políticos e humanos, tendo em vista a oportunidade comercial britânica que viam no Brasil. Como ficará esclarecido nos capítulos posteriores, quando nos referimos a um interesse comercial britânico, não significa apenas o desejo de vender mercadorias, mas toda uma concepção dos benefícios que o comércio oferece para o refinamento das maneiras e o desenvolvimento civilizacional.

A atenção britânica em relação ao Brasil continuou crescendo desde a decisão tomada por D. João de transferir toda sua Corte para esse território distante de Napoleão. Tal interesse pode ser notado não apenas pelo comércio constante entre as duas partes, mas também pelo aumento de britânicos que escreveram relatos de viagem ou mesmo histórias sobre esse novo foco de atenção. Entre o final do século XVIII e início do XIX, a configuração do Império Britânico mudou significativamente com a independência do que viria a ser os Estados Unidos da América, a incorporação da maior parte das suas colônias na Índia e a colonização efetiva tanto da Austrália quanto da Nova Zelândia, assim como do alargamento das suas relações comerciais.

O desenvolvimento do comércio inglês com o Brasil independente continuou de vento em popa, principalmente depois da assinatura do tratado comercial de 1827, das £20.000 movimentadas em 1825 pelos britânicos, elevaram-se a quase £30.000 em 1830 e o investimento inglês empregado nas minas de ouro retornava em bons lucros.⁶³ As fazendas inglesas também continuaram a ter bons compradores nos luso-brasileiros, como sinaliza um anúncio publicado no *Jornal do Commercio* de 8 de novembro de 1827 pelo negociante inglês Cannell em que divulga possuir “um grande sortimento de

⁶³ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 88. Cf. RIPPY, J. Fred. *Rivalry of the United States and Great Britain over Latin America*. Baltimore, London, Oxford, 1929, p. 130.

Fazendas de Lã, Linho, Algodão e Seda” para venda.⁶⁴ Provavelmente essas mercadorias anunciadas vinham da região de Lancashire, maior produtora de têxteis da Grã-Bretanha. No ano seguinte à publicação desse anúncio, 1828, John Armitage, aos 21 anos de idade, aceitava o convite para trabalhar na firma mercantil *Philips, Wood & Co*, gerenciada por Mark Philips e pelo unitarista George William Wood.⁶⁵

1.2. “Nas costas da distante terra do Sul”: John Armitage no Brasil

Em 1828, Armitage foi recebido por John Holland, gerente de negócios da *Philips, Wood & Co* no Rio de Janeiro, para iniciar suas atividades nesse ponto comercial em plena expansão.⁶⁶ É extremamente difícil precisar quais os artigos vendidos no mercado luso-brasileiro por essa firma e seus representantes, o certo é que figuraram como fabricantes de chapéus⁶⁷ e comerciantes de produtos químicos e corantes. A família Philips dedicou-se, por longos anos, a atividades comerciais diversas e integrou os grupos comerciais não conformistas de Manchester. Na primeira parte do século XIX, além da *Philips, Wood and Co.*, estavam em atividade a *Samuel Philips & Co.* – sediada também em Manchester e fabricante de tecidos pesados –; *Philips, Lee & Co.* – em Salford e envolvidos na fiação do algodão; *George Philips & Co.* – em Londres, como comerciantes; e *Philips, Cramond & Co.* – na Filadélfia, também como comerciantes.⁶⁸ Devido ao reconhecimento dos integrantes dessa família como comerciantes bem sucedidos, George Philips foi eleito membro do Parlamento de 1830 a 1852, seu irmão Mark Philips de 1832 a 1847 e Robert Needham Philips de 1857 a 1885.⁶⁹

Nos anos que compreendiam a participação de Mark Philips no Parlamento Inglês, houve uma sessão, em 17 de junho de 1833, na qual foi posta em pauta a petição dos comerciantes e armadores de Liverpool sobre a eliminação de todas as restrições

⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 159.

⁶⁵ Para informações sobre George Wood, vide: *The Christian Reformer Christian Reformer or unitarian magazine and review*. New series, vol. X. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1843, p. 726-730.

⁶⁶ John Holland aparece na lista dos comerciantes estrangeiros residentes no Rio de Janeiro em 1827. Cf. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: Companhia editor nacional, 1939, p. 308.

⁶⁷ KUMAGAI, Yukihisa. *The Lobbying Activities of Provincial Mercantile and Manufacturing Interests against the Renewal of the East India Company's Charter, 1812-1813 and 1829-1833*. Submitted in fulfillment of the requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. University of Glasgow, Department of Economic and Social History, April 2008, p. 200.

⁶⁸ CHAPMAN, Stanley. *Merchant Enterprise in Britain: from Industrial Revolution to World War I*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 64.

⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 66.

para importação do açúcar, quando comprado para fins de refinamento e posterior exportação. Segundo essa petição, os navios ingleses enfrentavam o grande problema de voltar, muitas vezes, com menos mercadorias que sua capacidade permitia quando exportavam para Cuba, Brasil, São Domingo, Índia, Batávia e o Arquipélago Indiano. Os comerciantes alegavam que o lucro poderia ser muito maior se a taxaço do açúcar que vinha de fora das colônias britânicas fosse reduzida e o monopólio abrandado. Nesse debate, Mark Philips, representante de Manchester no Parlamento, sustentou que o recebimento do açúcar do Brasil, em especial para refinamento na Inglaterra, não constituía um incentivo nem a continuação do tráfico escravo nem a utilização desse tipo de mão de obra, a qual era totalmente contra,⁷⁰ mas uma necessidade financeira tanto dos comerciantes luso-brasileiros quanto britânicos em relação ao problema da ida/volta de navios com sua capacidade subaproveitada. Por outro lado, argumentava que se o açúcar brasileiro não fosse refinado na Inglaterra, seria em outro lugar e os ingleses também perderiam a oportunidade de efetuar essa operação bastante lucrativa para o benefício dos refinadores, comerciantes, armadores e da Grã-Bretanha em geral.⁷¹

A posição de Mark Philips como comerciante de Manchester e com negócios no Brasil colocava-o como possível beneficiário da aprovação da importação do açúcar brasileiro para refinamento através do porto de Liverpool. Os interesses dos negociantes de Manchester no Brasil, apesar de não ser o foco central desta dissertação, parecem transpor o comércio têxtil.

Além da instância comercial, John Armitage, no período de sua estadia no Brasil (1828-1835), também esteve envolvido em atividades literárias. Compôs um poema inspirado no Rio de Janeiro:

Nas costas da distante terra do Sul,
Onde antes andavam índios selvagens e livres,
Uma poderosa cidade com orgulho abrilhanta a orla,
E reivindica de um império a soberania,
Oh! Amável é a paisagem que podes ver,
Onde do Rio as torres, montanhas e brancos conventos,
Pairam na margem de um mar azul!⁷²

⁷⁰ WILLIAMS, Eric Eustace. *Capitalism & slavery*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994, p. 156.

⁷¹ *DEBATES in Parliament, session 1833, on the resolutions and bill for the abolition of slavery in British Colonies*. London: Maurice and Co., 1834, pp. 511-5.

⁷² Tradução de Valdei Lopes de Araujo. *The Christian Reformer or unitarian magazine and review*. New series, vol. XIL. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1856, p. 318. No original:

Não possuímos muitas informações sobre esse pequeno fragmento, retirado de seu necrológio publicado no *Christian Reformer*, sabemos apenas que foi escrito antes da *História do Brasil* e que constitui apenas uma parte de um poema mais extenso. Desde a infância, Armitage nutria interesse pela poesia e, em geral, não era tido como inusitado que comerciantes ingleses escrevessem narrativas sobre os lugares em que se estabeleciam, não apenas para realizar atividades mercantis, mas também para mapear novas possibilidades de enraizamento do Império Britânico. Mesmo não sendo um funcionário do governo britânico, o será apenas na época de sua estadia no Ceilão, Armitage, por um lado, tinha o interesse em conhecer os aspectos gerais do Brasil – “principalmente pela consideração das vantagens que, do ponto de vista comercial, lhe adviriam do conhecimento perfeito dos fatos [...]” –, por outro lado, achava extremamente “interessante traçar o progresso gradual de um povo desde a barbaria até uma relativa civilização [...]”.⁷³ Ambos os aspectos estavam interligados no desejo de civilizar as nações que ainda não tinham encontrado no comércio e no refinamento das maneiras os motores de seu desenvolvimento. Apenas um poema não seria suficiente para formar uma imagem complexa do Brasil, a história poderia fornecer esse panorama de maneira mais satisfatória, na medida em que permitia traçar melhor a feição desse país que mantinha há tanto tempo relações comerciais intensas com a Grã-Bretanha.

1.2.1. A Defensora e a centralidade do trabalho escravo como limitador da sociedade comercial

De acordo com seus interesses literários, John Armitage foi admitido como membro da *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional* (1831-1835) na sessão de 17 de novembro de 1831.⁷⁴ Armitage, muito provavelmente,

“Within the shores of that far southern land,
Where 'erst the Indian wander'd wild and free,
A mighty city proudly gems the strand,
And of an empire claims the sovereignty.
Oh! lovely is the landscape ye may see,
Where Rio's turrets, cliffs, and convents white,
Stand on the margin of the azure sea!”

⁷³ ARMITAGE, João. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 25.

⁷⁴ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p. 78, nota 73. (Dissertação) Cf. Aurora Fluminense nº 17 de 11 de fevereiro de 1832.

escolheu a *Defensora* graças a sua amizade com Evaristo Ferreira da Veiga, que, além de ser um dos fundadores dessa sociedade, era também redator da *Aurora Fluminense* (1827-1835), principal periódico liberal moderado e de grande influência na Regência, do qual Armitage incorporou vários pontos de vista sobre a história nacional brasileira.⁷⁵ A *Aurora* teve papel decisivo na difusão das propostas de Evaristo em relação à necessidade de o soberano ter compromissos constitucionais e de um poder centralizado.⁷⁶ Apesar de não ter estudado em nenhuma universidade, Veiga aprendeu francês, latim e inglês quando jovem e cursou aulas de retórica e poética. Como seu pai, Francisco Luís Saturnino Veiga, tinha uma livraria no Rio de Janeiro, acabou dando continuidade, ao lado de seu irmão João Pedro, a essa atividade comercial e, posteriormente, abriu sua própria livraria na Rua dos Pescadores. Veiga também foi deputado pela província de Minas Gerais de 1830 até 1837, ano em que faleceu, e esteve constantemente envolvido nos rumos da política brasileira.⁷⁷ O partido liberal moderado, do qual era um dos principais representantes, tinha propostas de apoiar uma nação pautada na limitação do poder dos governantes por meio da divisão de poderes, instituições representativas e direitos de cidadania em que não prevaleciam propostas de igualitarismo social e político, tendo em vista o abismo que parecia separar a parte dos cidadãos interessados no bem comum e a outra de ignorantes que se deixavam manipular e não prezavam pela ordem social.⁷⁸

Uma das iniciativas articuladas por Veiga, no sentido de fortalecer o partido liberal moderado no cenário político, foi a vinculação de suas propostas à *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*. A criação da *Defensora* foi noticiada por Antonio Borges da Fonseca, em seu jornal *O Repúblico*, no dia 28 de maio de 1831, salientando que fora instituída com princípios distintos daqueles pregados pelas sociedades secretas que existiam no primeiro reinado, já que:

⁷⁵ Agradeço a preciosa informação sobre a atuação de John Armitage nesta Sociedade à Lucia Paschoal Guimarães, professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁷⁶ ANDRADE, Fernanda Costa Carvalho de. A medida da liberdade: a imprensa da Corte no período regencial (1831-1833). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, p. 28. (Dissertação)

⁷⁷ Para uma biografia completa da trajetória intelectual e política de Veiga, vide: SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Op. Cit., passim*.

⁷⁸ BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006, p. 61.

Só nos tempos do despotismo e das trevas podem utilizar-se sociedades secretas e nos tempos de liberdade e luzes tais sociedades secretas são prejudiciais à humanidade: a essas sociedades secretas se deve a perturbação da América Espanhola [...]. As sociedades patrióticas porém são de suma utilidade e vantagem: a análise das mais pequenas ações de governantes e governados, que possam ter influência direta ou indireta nas coisas sociais [...].⁷⁹

A *Defensora* surgia, logo após a abdicação de D. Pedro I, sob a égide de uma sociedade patriótica pronta para auxiliar a Regência em suas decisões e colaborar para o desenvolvimento da sociedade em geral. Depois da queda do Imperador, as principais preocupações dos grupos políticos que subiram ao poder foram “a preservação da ordem, a fim de que fossem mantidas as estruturas internas vigentes no Império e a criação de mecanismos políticos e sociais alternativos, que pudessem oferecer suporte ao governo da regência”.⁸⁰ A surpresa advinda da repentina abdicação de D. Pedro I, dos problemas gerados pela falta de um membro da Família Real capaz de assumir plenamente essa vacância, as condições em que foi constituído o governo provisório e a agitação popular que ameaçava tomar conta da capital brasileira contribuíram para aumentar o receio da subversão da ordem social e econômica. Foi nesse contexto de instabilidade e incertezas políticas que surgiu a *Defensora*,⁸¹ fundada em 10 de maio de 1831, com a finalidade principal de “segurar e dirigir a opinião e combater os restauradores”.⁸² Como indicativo da necessidade de preservar o estado Imperial Brasileiro, pode-se tomar o ecletismo partidário de seus primeiros sócios; políticos que, normalmente, não estariam juntos em um mesmo projeto, como os irmãos Andrada, Martin Francisco e José Bonifácio, e Evaristo da Veiga.⁸³

No intuito de ocupar o espaço que anteriormente era preenchido pela Corte palaciana, a *Defensora*, por um lado, deu início ao processo de desestruturação dos núcleos restauradores, denominados sob a alcunha de *caramurus*, que apoiavam D. Pedro I. Muitos deputados compunham seu primeiro Conselho (54,2%), o que facilitou tal manobra. Por outro lado, estendera sua atuação a alguns assuntos de interesse público, como a criação da Casa de Correção e de iniciativas articuladas à abolição do tráfico de escravos.

⁷⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, p. 18.

⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 18.

⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁸² Idem, *Ibidem*, p. 19.

⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 95.

Uma das propostas da *Defensora* em relação ao tráfico foi apresentada na sessão de 24 de novembro de 1833 pelo Conselheiro José da Rosa Salgado, objetivando postular, junto ao governo, o cumprimento da lei de 7 de novembro de 1831, que declarava livres todos os escravos que viessem de fora do Império e impunha penalidades àqueles que continuassem a importar negros da África. Tal proposta teve o apoio de Veiga que, contudo, pediu o adiamento da votação, pois os “defensores estavam por demais envolvidos na contenda para destruir José Bonifácio e promover o fechamento da Sociedade Militar”.⁸⁴ Aliada a isso, houve uma discussão iniciada em maio de 1834 para enviar uma circular às defensoras do interior do país, no sentido de apoiarem a causa da abolição do tráfico. Porém, pouco tempo depois, essa proposta foi mudada para uma petição à Assembléia Geral do Império para postular medidas mais enérgicas quanto à repressão aos traficantes de escravos. Apesar de todos os esforços, essa proposta também não gerou frutos, tendo em vista a grande controvérsia originada dentro da *Defensora* por causa da discussão da abolição do tráfico.⁸⁵ Diferentemente da campanha a favor da construção da Casa de Correção, essa nova iniciativa não obteve o mesmo sucesso dentro da casa moderada.

Das distintas iniciativas da *Defensora* em relação à discussão sobre o tráfico negreiro, a única que obteve sucesso foi o patrocínio da publicação do estudo de seu sócio Frederico Leopoldo César Burlamaque intitulado *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*, impressa em 1837.⁸⁶ Como foi uma obra encomendada, não reflete apenas a opinião de seu autor, mas traça um panorama mais completo do que a *Defensora* e seus membros discutiam sobre o tráfico de escravos, além de ser “o mais completo e contundente manifesto antiescravista saído das hostes da moderação”.⁸⁷ Aliado a isso, será interessante verificar como essa *Memória* articula-se perfeitamente com um fragmento sobre a escravidão escrito por Armitage, talvez pelo ensejo de alguma discussão calorosa nas reuniões da *Defensora*.

Apesar de a *Defensora* ter sido dissolvida em 1835 e, assim, antes da publicação da *Memória*, isso não significa que a obra não tenha sido lida pelos seus antigos sócios. Como o próprio Burlamaque indica, os membros da associação, em

⁸⁴ Idem, Ibidem, p. 162-163.

⁸⁵ Idem, Ibidem, p. 160-173.

⁸⁶ BETHELL, Leslie. *Op. Cit.*, p. 79.

⁸⁷ BASILE, Marcello. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Dimensões*, vol. 18, 2006, p. 372.

sessão oficial, tiveram acesso versão preliminar da obra.⁸⁸ A proposta inicial, que acabou resultando nessa *Memória*, foi levantada em 12 de janeiro de 1832, por Veiga, no intuito de se formar uma Comissão que denunciasse os abusos cometidos em desrespeito à lei de 7 de novembro de 1831, anteriormente mencionada.⁸⁹ Essa proposta foi apoiada pelos membros da *Defensora*, mas adiada para a próxima sessão, que teve lugar em 19 de janeiro e, nessa ocasião, foi adiada novamente a pedido de José Martiniano de Alencar.⁹⁰ Na sessão seguinte, de 26 de janeiro, foi pela terceira vez posta em discussão e, a pedido de José Ribeiro da Silva, foi votada uma emenda adicional à proposta de Veiga: “que a Comissão seja encarregada, não só de velar na execução da Lei, mas também de propor à Sociedade os meios, de que se deve servir, para melhorar a sorte dos Africanos no Brasil; e o melhor meio de diminuir o número dos escravos, tendo em vista o que praticaram os Estados Unidos”. A emenda foi aprovada até a palavra “Brasil”, sendo a segunda parte rejeitada, por se achar que já estava incluída na primeira.

Depois dessas discussões, originou-se um concurso promovido pela *Defensora*, novamente sob proposta de Veiga, no início de 1844, estabelecendo um prêmio de 400\$000 para quem apresentasse a melhor contribuição e quem atestou a premiação foi seu sócio Armitage: “[...] a Sociedade Defensora do Rio de Janeiro que é a mais influente associação patriótica do Brasil, ofereceu, em Fevereiro de 1834, um prêmio de quatro-centos mil réis à pessoa que apresentasse a melhor memória analítica sobre o assunto [o tráfico de escravos]”.⁹¹ A memória deveria seguir os quatro tópicos seguintes: mostrar quão odioso era o comércio de escravos; os meios pelos quais a importação de escravos poderia ser suprimida, seja pela introdução de colonos, seja por máquinas que facilitassem o trabalho na agricultura e na mineração; apontar as vantagens do trabalho livre; e exemplificar a nocividade da introdução dos escravos

⁸⁸ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial Fluminense, 1837, p. 24.

⁸⁹ *O homem e a América*: jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia de Thomas B. Hunt, 21 de janeiro de 1832. Número 15.

⁹⁰ *O homem e a América*: jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia de Thomas B. Hunt, 28 de janeiro de 1832. Número 16.

⁹¹ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 245. No original: “[...] and the ‘Sociedade Defensora’ of Rio de Janeiro, the most influential patriotic association in Brazil, in the month of February, 1834, offered a premium of Rs,400\$000, to the individual who should produce the best analytical memoir on the subject”. ARMITAGE, John. *History of Brazil* from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey’s History of that country. Vol. 1. London: Smith, Elder and Co., 1836, p. 368.

africanos para os costumes, civilização e liberdade dos brasileiros.⁹² O problema da introdução de escravos africanos no Brasil era tido como de suma importância, já que definia a posição do país dentro dos parâmetros civilizacionais, ou seja, entre as “nações civilizadas” ou entre as “hordas bárbaras”.⁹³ Burlamaque era da opinião de que com “a praga dos escravos o Brasil nunca poderá prosperar, e que as suas instituições estão ameaçadas a cada passo, e talvez mesmo a sua existência como Nação”, pela natural instabilidade advindas da importação de grande número de indivíduos escravos.⁹⁴

Acordando com a grande maioria dos argumentos levantados por Burlamaque e, indiretamente, pela *Defensora*, Armitage também ressaltou os aspectos negativos da escravidão:

A desmoralização e insegurança que devem existir em todo país onde a maioria da população é escrava é tão óbvia que não requer comentário. Há, contudo, outra razão que é frequentemente ignorada. Não é só o trabalho escravo mais caro que o trabalho livre, mas, em todos os lugares, tem o poder de aumentar o preço do trabalho livre e, consequentemente, da produção. Onde quer que haja escravos, um certo grau de ignomínia associa-se a todo tipo de ocupação manual. Aqui, qualquer homem com pele branca ou, melhor, uma pele mais acobreada, pertence às classes privilegiadas. O trabalho é o domínio dos escravos, e ele [o homem branco] é cavalheiro por nascimento. Embora sem um vintém no bolso, ele tem a alma de um gastador, e suas ideias estão consequentemente tão acima de seu estado, que fica por completo impedido de contrair matrimônio. Milhares e milhares de famílias, que por meio de seu próprio esforço poderiam se tornar úteis e honradas partícipes da sociedade, condenam-se então a uma vida voluntária de celibato e fome na escassa pensão oriunda do trabalho de uns poucos negros, ao invés de se entregarem à indústria.⁹⁵

⁹² Ao que parece, a *Memória* publicada por Burlamaque estava realmente de acordo com as ideais que Veiga tinha da escravidão. Cf. *Aurora Fluminense*, no. 910, de 14 de maio de 1834.

⁹³ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Op. Cit.*, p. III.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. IV.

⁹⁵ Tradução nossa. *Christian Reformer*. (1856) *Op. Cit.*, pp. 318-9. No original: “The demoralization and insecurity which must exist in every country where the majority of the population consists of slaves, are too obvious to require any comment. There is also another reason which is often overlooked. Not only is slave labour confessedly dearer than free labour, but it has universally the effect of raising the price of free labour, and consequently of productions. Wherever slaves are, a certain degree of ignominy inevitably attaches itself to all manual occupations. Here, every man with a white, or rather a coppercoloured skin, belongs to the privileged orders. Labour is the province of slaves, and he is by birth a gentleman. Though without a vintem in his pocket, he has the soul of a spendthrift; and his ideas are consequently so much above his station, that he is utterly precluded from matrimony. Thousands upon thousands of families who, through the instrumentality of their own exertions, might become useful and honourable members of society, thus condemn themselves to a life of voluntary celibacy and starve on the scanty pittance afforded them by the labour of a few negroes, rather than demean themselves by industry”.

A escravidão era considerada um fator limitador dentro da sociedade comercial em vários níveis. Na esfera econômica, aumentava o preço final das mercadorias, impedindo que a sociedade escravista fosse competitiva dentro do mercado interno e externo. Do ponto de vista social, impedia o desenvolvimento da indústria dos homens, que, ao invés de tornarem-se empreendedores, produzindo capital e desenvolvimento para a sociedade, ficavam atrelados à exploração servil.⁹⁶ Por fim, entregando-se ao celibato, não constituíam novos núcleos de interação social, ou seja, as famílias.

Burlamaque, assim como Armitage,⁹⁷ acreditava que a escravidão não poderia ser extirpada de forma imediata e definitiva em um curto período de tempo, mas era uma decisão que deveria ser tomada pelo povo e governo brasileiro, tendo em vista a prevenção de males futuros.⁹⁸ Na quarta parte da *Memória “Expende os meios por os quais a introdução de escravos Africanos pode ser suprimida...”*, o autor traz algumas propostas em relação ao método de se efetuar a abolição dos escravos. A libertação dos nascidos de escravos, por exemplo, é uma dessas medidas que livrariam a civilização brasileira da excessiva população não apenas escrava, mas negra.⁹⁹ Os escravos, quando homens, seriam considerados livres ao completarem a idade de 25 ou 30 anos e, quando mulheres, aos 20 ou 25 anos. Após isso, seriam mandados para uma colônia instituída para esse fim na África.¹⁰⁰

A crítica liberal moderada ao escravismo pautava-se na razão nacional, ou seja, a escravidão atrapalhava o Brasil, na medida em que não formava homens bons que fossem contribuir para a consolidação dos direitos constitucionais e desenvolvimento do Brasil.¹⁰¹ Nesse sentido, “[...] os indivíduos só seriam iguais em termos jurídicos e de oportunidades, mas qualquer iniciativa de estabelecer a igualdade social, eliminando ou

⁹⁶ Apesar da proposta de abolição do comércio de escravos feita em finais do século XVIII, essa foi uma questão delicada que teve diferentes repercussões dentro da sociedade britânica. Para uma explicação detalhada, vide: PORTER, Andrew. Trusteeship, anti-slavery, and humanitarianism. In: ___. (ed.). *The Oxford History of British Empire*. Vol. 3: The Nineteenth Century. Oxford; Oxford University Press, 1999, p. 202-208.

⁹⁷ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 244.

⁹⁸ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Op. Cit.*, p. V.

⁹⁹ Apenas a título de exemplificação, citamos a seguinte passagem de Burlamaque “[...] pela inabilidade dos negros para todo o serviço que exige a menor porção de inteligência. Todos os escravos reunidos, pondo-se em obra toda a inteligência e dexteridade de que são capazes, não conseguirão fabricar um bom alfinete”. Idem, *Ibidem*, p. 141. Não julgamos aqui um possível caráter racista de Burlamaque, mas, como enfatizou em diversos pontos de sua obra, o negro escravizado não obteve instrução de seu senhor e muito menos após ser alforriado, o que contribuiu profundamente para seu prejuízo.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 95.

¹⁰¹ BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). *Op. Cit.*, p. 64.

reduzindo diferenças de classe, representaria a violação arbitrária das desigualdades naturais legítimas humanas”.¹⁰² A distinção social, portanto, não tinha relação direta com a cor da pele, mas com o mérito.

Na opinião de Burlamaque, apesar de existirem brasileiros envolvidos no comércio escravo, eram os portugueses, em geral, os que traziam o maior número de escravos para o Brasil, pois não se importavam com as consequências que isso traria a um país que não é sua pátria: “tanto mais o país se arruinar, tanto mais satisfeita ficará a sua [sunha]: saciarão o seu ódio Nacional, e farão ao mesmo tempo os seus interesses”.¹⁰³ Os brasileiros, contudo, se não por causa dos sentimentos humanitários deveriam, pelo menos, pensar na segurança e no interesse nacional em “sair do torpor imbecil em que jazemos há três séculos”.¹⁰⁴ O antigo despotismo que reinava na terra brasileira protegeu a entrada de tantos milhões de africanos escravizados, pois convinha aos portugueses formar “um povo mesclado, sem espírito de nacionalidade, sem civilização”.¹⁰⁵

O *topos* dos trezentos anos de opressão já havia sido consolidado como possibilidade narrativa do passado colonial desde 1822, por meio da interpretação das medidas adotadas pelas Cortes de Lisboa, como uma tentativa de colocar o Brasil no estado de colônia submissa que se encontrava antes de 1808, com a vinda da Família Real.¹⁰⁶ A escravidão, implementada pelos invejosos portugueses, prejudicou e continuava a prejudicar o Brasil em diversos níveis, como que corroendo silenciosamente as bases que poderiam permitir ao povo brasileiro figurar dentre as nações civilizadas.

Por outro lado, a escravidão também prejudicava o continente africano, já que talvez sem esse sistema “esta desgraçada parte do Globo já tivesse adquirido alguma civilização pela *frequentação e comércio das Nações estrangeiras*”.¹⁰⁷ A escravidão, para Burlamaque, não era apenas desumana, mas ia contra todas as doutrinas cristãs, na medida em que privava o indivíduo de sua vontade. O escravo não podia ser convertido puramente ao cristianismo, nem exercer as virtudes cristãs, já que deveria resignar-se às

¹⁰² Idem, Ibidem, p. 62.

¹⁰³ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Op. Cit.*, p. 3.

¹⁰⁴ Idem, Ibidem, p. 3.

¹⁰⁵ Idem, Ibidem, p. 3.

¹⁰⁶ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo: USP, 2010. (Dissertação). Ver especialmente o capítulo 3.

¹⁰⁷ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Op. Cit.*, p. 5. Grifos nossos.

ordens de seu senhor, mesmo que essas muitas vezes descumprissem os preceitos católicos.¹⁰⁸ Ao fim e ao cabo, o escravo era um objeto sem vontade, sua vontade roubada era a vontade do senhor que, muitas vezes por medo, preferia deixá-lo em um estado de total ignorância. A falta de instrução, conseqüentemente, tornava os produtos desenvolvidos por eles de baixa qualidade, já que, como questionava-se Burlamaque, se as faculdades intelectuais não são desenvolvidas, como poderão ser as físicas, que apenas as refletem?¹⁰⁹ O embrutecimento, os castigos e os suplícios aplicados aos negros escravos por parte dos seus senhores não barbarizavam apenas o castigado, mas também quem castigava. A conseqüência natural desses atos era a divisão da nação em raças inimigas, sempre dispostas a pegar em armas e que nunca promoveriam, em cooperação, sua prosperidade.¹¹⁰

A escravidão, assim, não era apenas funesta aos escravos, mas também aos senhores e suas famílias, que deixavam de se empenhar no trabalho digno, para viver da renda gerada pelo trabalho escravo. Burlamaque dedicou todo o segundo capítulo de sua *Memória*, “*Fazer ver a nociva influência que a introdução de escravos africanos exerce sobre os nossos costumes, civilização e liberdade*”, para tratar das conseqüências da importação desse tipo de mão de obra. O primeiro efeito nocivo, apontado por Burlamaque, que os escravos geram nos seus senhores, é dispensá-los do trabalho que deveria fornecer seu meio de sobrevivência e, com o passar do tempo, fazer que eles olhem todo tipo de trabalho com desprezo, já que são realizados por escravos, pessoas, ou antes, “coisas reputadas vis”.¹¹¹ Tal fenômeno, explica, não é um privilégio brasileiro, foi sentido em todos os tempos em que houve a escravidão servil. Conseqüência disso, também sofrida pelos romanos, foi a entrega do cidadão ao ócio e, em seguida, ao vício e, caso ainda tivesse algum resquício de moral, produto exclusivo da educação ou do temperamento, não se entregavam ao crime.

Quando isso acontecia, o senhor, já considerando qualquer tipo de trabalho indigno e não podendo prover seu sustento e de seus escravos, fazia de tudo para conseguir um emprego público ou coisa que o valesse. Infelizmente, escreveu Burlamaque, “para os indivíduos que pretendem viver a custa das rendas públicas, todos

¹⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 6-9.

¹⁰⁹ Idem, Ibidem, p. 40-41.

¹¹⁰ Idem, Ibidem, p. 20.

¹¹¹ Idem, Ibidem, p. 22.

os empregos são ilustres, ou que pelo menos os livrará da miséria”.¹¹² Citando uma anedota como exemplo desse tipo de cidadão, exemplifica: “morro de fome, minha mulher e meus filhos, mas em que me hei de ocupar? Taverneiro não posso ser, nem Pedreiro, nem comerciante, porque sou Militar, e como tal sou nobre, e não posso exercer o comércio, a agricultura, ou a indústria”.¹¹³ Assim, a escravidão é, sem sombra de dúvidas, prejudicial à formação, repartição e acumulação das riquezas, tendo em vista que “rouba da classe livre laboriosa todos os meios de trabalhar com inteligência, e economia, dando ao mesmo tempo à classe dos senhores muitos vícios, que lhes faz consumir improdutivamente os frutos dos trabalhos da população escrava”.¹¹⁴

A distinção e promoção social na sociedade escravista, tanto para Burlamaque, quanto para Armitage, era feita pela cor da pele, e não pelo mérito individual. O comerciante exercia a função de propagador da sociedade comercial e o comércio era uma das possibilidades para acabar com o escravismo, já que demonstrava o real valor de um homem como trabalhador. Nesse sentido, ambos acreditavam mais na hipótese de que existia apenas uma diferença cultural, e não racial, que poderia ser derrubada por meio da expansão comercial. A natureza humana, portanto, era tida como uniforme em todos os lugares e a cultura poderia ser facilmente transformada.¹¹⁵

A Burlamaque não resta nem sequer o conforto de achar que “isto procede em grande parte do clima [ou do] calor”, pois tem plena certeza de que esses males advêm exclusivamente da escravidão e de suas consequências. Na divisão social que propôs, compunham a sociedade brasileira os escravos – que não tinham o direito de possuir, herdar ou transmitir qualquer coisa – a classe intermediária – os que deveriam ser empreendedores – e os indivíduos das classes abastadas – os senhores de escravos. Como já vimos, os escravos e os senhores estavam totalmente envolvidos e reduzidos em suas potencialidades por causa da escravidão e, como se não bastasse isso, a classe intermediária, em hipótese não possuidora de escravos, também sofria os “mais funestos efeitos” da escravidão, pois “os indivíduos que a compõem são menos empreendedores, menos robustos, menos esclarecidos, e finalmente menos próprios a converterem um deserto em país cultivado, que o não são os indivíduos da mesma classe nos outros

¹¹² Idem, Ibidem, p. 24-25.

¹¹³ Idem, Ibidem, p. 27-28.

¹¹⁴ Idem, Ibidem, p. 20.

¹¹⁵ Mais para a segunda metade do século XIX, essas ideias foram abandonadas em prol da crença na realidade subjacente das divisões raciais e os limites que isso traria para as mudanças culturais PORTER, Andrew. Introduction. In: ___. (ed.). *The Oxford History of British Empire*. Vol. 3: The Nineteenth Century. Oxford; Oxford University Press, 1999, p. 24.

países”.¹¹⁶ Com o regime escravista vigente, logo que obtinham uma soma capaz de pagar a compra de um negro, assim o faziam e almejavam também, como o senhor de escravos, deixar de trabalhar e viver da renda gerada pelo trabalho alheio. O Brasil, assim, tinha uma população escrava barbarizada; senhores de escravos corrompidos pelo vício, que, quando mal sucedidos nos negócios, entregavam-se ao roubo ou dedicavam-se ao emprego público; e os indivíduos que compunham a classe industriosa almejavam unicamente tornar-se senhores de escravos. Todos sofriam, em níveis e escalas diferentes, consequências, diretas ou indiretas, dos males da escravidão.

Com isso, Burlamaque pôde concluir:

A escravidão oferece obstáculos tais à multiplicação das riquezas, à criação de novos agentes de prosperidade, de subsistência e trabalhos proveitosos a massa da população, que, se os Povos entre os quais ela se acha estabelecida não tivessem comunicação com as Nações livres e industriosas, em poucos anos desceriam um grau da escala de civilização mais baixo que os negros do centro da África: as suas casas seriam barracas ou senzalas de palha; seus vestidos peles de animais; e por instrumentos de agricultura teriam alguns ramos de árvores, ossos ou pedras.¹¹⁷

O fenômeno da escravidão era encarado de uma forma mais ampla por esses sujeitos históricos, na medida em que todo e qualquer tipo de distinção social que não fosse fundada no mérito poderia ser fatal para o desenvolvimento da sociedade. Problema semelhante ao vivido na sociedade brasileira foi descrito por Armitage em relação à sociedade hindu. Em carta escrita na época em que viveu como comerciante no Ceilão (atual Sri Lanka) salientou que:

A raça cingalesa nada pode alcançar exceto por influência do nosso exemplo, mas eles são rápidos para copiar e ansiosos para aprender, e como não temos nenhuma das barreiras de castas, as quais são um objeto tão fatal para o progresso no continente indiano, eu, por exemplo, não me desespero por causa da Colônia. Quando me refiro a casta, quero dizer casta como existe aqui é meramente uma distinção social e não uma distinção religiosa.¹¹⁸

¹¹⁶ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Op. Cit.*, p. 61.

¹¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 142.

¹¹⁸ Tradução nossa. Centre of South Asian Studies, University of Cambridge. *Armitage Papers*, small collections, box 2, 3. Carta de Armitage a Emerson Tennent, datada de 29 de setembro de 1849, p. 9. No original: “the Singalese race can achieve nothing except through influence our example but they are quick to copy and anxious to learn, and as we have none of the barriers of Caste which are such a fatal object to progress in the Continent of India, I, for one, do not despair of the Colony. When I speak thus of caste I mean that caste as it exists here is merely a social and not a religious distinction”.

A organização da sociedade por meio de castas assegurava uma estrutura social imóvel e que, por sua vez, impedia a complexificação e o desenvolvimento daquela sociedade ou de qualquer outra que vivesse dentro do mesmo parâmetro de distinção social. A insegurança social que assolava os países com grande parte da população composta por escravos; os problemas enfrentados com a escassa mão de obra livre e, consequentemente, os elevados preços desta; a ignomínia que qualquer tipo de trabalho assumia imediatamente pela associação deste com a posição inferior do escravo dentro da sociedade; e o desenvolvimento retardado da indústria dos indivíduos são consequência que podem assolar qualquer tipo de sociedade que não valorize o mérito como forma de distinção social. Com o fim do tráfico de escravos, ocorreria maior estímulo ao empreendimento pessoal e comercial no Brasil, advindos da propagação das relações comerciais e da competitividade no mercado internacional.

Já no final de sua estadia de sete anos no Rio de Janeiro, Armitage escreveu a *História do Brasil*, a qual será analisada nos dois capítulos seguintes. Retornando à Inglaterra no dia 6 de julho de 1835¹¹⁹ – aos 28 anos – publicou, em 1836, sua *História* em dois volumes, que foi contemplada com excelente tradução para a língua portuguesa no ano seguinte. Armitage permaneceu poucos meses na Inglaterra, embarcando, em 1836, por outra companhia mercantil, da qual não possuímos o nome, para a cidade de Colombo, no Ceilão (atual Sri Lanka), aceitando um convite que considerava como irrecusável.¹²⁰ De fato, essa oportunidade acabou sendo o ponto de partida para, alguns anos depois, a abertura de suas próprias firmas comerciais. Armitage teve duas firmas em Colombo: a *Armitage, Scott & Co.* e a *Armitage Brothers*.¹²¹ Ao que tudo indica, ambas existiram em momentos distintos, sendo a primeira em parceria com o comerciante B. Scott. A única informação que possuímos a respeito da última firma é que fora representante, em Colombo, da *Triton Insurance Company* e que tinha um capital razoável.¹²² Em anúncios publicados no *The Colombo Observer*, pudemos especificar de maneira genérica quais os tipos de produtos e serviços prestados pela primeira firma mercantil de John Armitage – a *Armitage, Scott & Co.* – vendia cerveja,

¹¹⁹ RODRIGUES, José Honório (Org.). *Registro de Estrangeiros - 1831-1839*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1962, p. 16.

¹²⁰ Biblioteca Nacional, 50, 2, 024. É de se notar que a carta foi escrita em português.

¹²¹ National Archives of the United Kingdom. *John Armitage last Will and testament*. PROB 11/2238, p. 674.

¹²² *Glasgow Herald*. Glasgow: Caledonian Newspapers. Saturday, April 2, 1870, p. 7.

porter;¹²³ *sherry* em barris de 125 litros; guinchos pequenos; lonas de 12x15 metros; intermediavam fretes de cargas ou levavam passageiros em navios de Colombo para Londres, Madras ou Calcutá; e também foram representantes, em Colombo, da *Imperial Fire Insurance Company*.¹²⁴

Os produtos negociados e os ramos comerciais em que os cidadãos britânicos engajavam-se eram, sem sombra de dúvida, bastante abrangentes. Como vimos, quando se tratava do comércio com o Brasil, exportavam dos supérfluos patins de gelo até as tão cobiçadas manufaturas de algodão, assim como instituíram diversas casas de leilão e firmas de seguro. Nada disso foi diferente no Ceilão, como exemplificam os artigos comercializados e as atividades desenvolvidas por ambas as firmas de Armitage, contudo, além disso, os britânicos puderam interferir mais profundamente na forma de governo, já que o Ceilão era uma possessão britânica.

1.3. Os benefícios do comércio: John Armitage no Ceilão

A ilha do Ceilão, antes de se tornar colônia britânica, foi, primeiramente, colonizada pelos portugueses, em 1505, com a conquista de grande parte do litoral, enquanto que o resto do território ficou sob controle de reinos locais. Também teve colonização holandesa em 1658. No período das Guerras Napoleônicas, a percepção de que o domínio francês da Holanda talvez levasse à conquista do Ceilão, impulsionou a ocupação da costa da ilha pelos britânicos em 1796. Seis anos mais tarde, em 1802, a parte holandesa da ilha foi formalmente cedida aos britânicos, tornando o Ceilão uma colônia britânica. No ano seguinte, a primeira tentativa de dominação do interior da ilha, denominado Reino de Kandy, foi feita pelos novos colonizadores, mas a ocupação só foi bem sucedida na 2ª Guerra de Kandy, em 1815. A conquista do litoral e do interior foi obtida graças a um conflito interno, que permitiu a neutralização da dinastia local Kandy.¹²⁵ O governo do rei Sri Vikrama Rajasinha encontrou resistência por parte dos outros governantes devido a sua descendência tâmil.¹²⁶ Um golpe bem sucedido foi

¹²³ Porter é um tipo de *ale* preta bastante encorpada.

¹²⁴ National Archives of the United Kingdom, CO 59/20. Tal descrição dos produtos vendidos foi retirada dos anúncios publicados em edições do *The Colombo Observer* dos anos de 1847, 1852, 1853. Contudo, não podemos afirmar que a firma não tenha publicado anúncios em outros anos, anunciando outros artigos de venda sem serem esses mencionados acima, já que, por falta de tempo, não foi possível consultar os outros exemplares do *The Colombo Observer*.

¹²⁵ BURROWS, Sir Montagu. The conquest of Ceylon, 1795-1815. In: Dodwell, H. H. *The Cambridge History of British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1929, p. 400-408.

¹²⁶ Tâmil é a pessoa pertencente a esse grupo étnico nativo no nordeste do Sri Lanka e de Tamil Nadu, um estado da Índia.

organizado pelos líderes cingalês e tâmil, que reconheceram a Coroa Britânica como seu novo governante, e a linha de sucessão do reino de Kandy foi quebrada, assim como o rei Rajasinha tomado prisioneiro. Após esses acontecimentos, um tratado denominado Convenção de Kandy foi assinado, o qual garantia a proteção do budismo pela Coroa Britânica e deixava claro que o cristianismo não seria imposto como religião, como aconteceu durante o domínio português e holandês.

Aliado às atividades mercantis, Armitage também foi plantador de café no Ceilão.¹²⁷ Quando de sua estadia no Brasil, teve grande oportunidade de aprender as técnicas de cultivo e manejo do café. É importante lembrar que, no fim da década de 1820, o café estabeleceu-se como o terceiro produto brasileiro mais importante e lucrativo e, no fim da década seguinte, passou à frente do açúcar e do algodão e se tornou o principal item de exportação, abarcando 40% do total das exportações brasileiras.¹²⁸

Por volta de 1835, a canela ainda era o grande produto de exportação do Ceilão, mas com a competição da *Cassia Cinnamon*, de qualidade inferior, porém muito mais barata, e da canela javanesa, as exportações tiveram um forte declínio.¹²⁹ Antes do final da década de 1830, o cultivo de café já era realizado na colônia britânica, implementado desde a colonização holandesa, contudo era feito de forma artesanal e os plantadores de café sofriam com as altas taxas de importação que pagavam na Inglaterra. Em 1835, essa situação começou a mudar com a redução das taxas pagas pelo café cingalês para o mesmo valor pago pelas Índias Ocidentais e Orientais. Junto com essa mudança alfandegária, a demanda europeia pela bebida aumentou, em parte, devido à diminuição do consumo de vinho, especialmente na França e na Bélgica. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do café na ilha foi a libertação dos escravos nas Índias Ocidentais, que causou a diminuição da produção e, além de tudo, houve uma recusa por parte dos escravos livres de trabalharem nas plantações de café. As exportações das Índias Ocidentais para a Grã-Bretanha declinou rapidamente de

¹²⁷ Essa informação está escrita, à caneta, na página de rosto do primeiro volume da *History of Brazil* (primeira edição) que se encontra no Tameside Local Studies, Ashton-under-Lyne. Esse exemplar pertenceu a Daniel Fowler Howorth que, em pesquisas genealógicas, conseguiu tal informação. Hannah Armitage (1731-1817) foi bisavó de Daniel Howorth. Para maiores informações sobre a posição de Hannah na família Armitage, vide a árvore genealógica na parte “Anexos”.

¹²⁸ BETHELL, Leslie. *Op. Cit.*, p. 81.

¹²⁹ MENDIS, G. C. The rise of the plantations and the submergence of the people (1833-1850). In: ___. *Ceylon under the British*. New Delhi: Gautam Jetley, 2005, p. 65.

291.897 quintais britânicos¹³⁰ em 1827, para 148.554, em 1835, e 63.559, em 1845, tendo como o maior beneficiário dessa mudança o Ceilão.¹³¹

Em 1837, quando as perspectivas em relação ao cultivo do café no Ceilão começavam a melhorar, R. B. Tytler, que havia estudado métodos de plantio da bebida na Jamaica durante três anos, chegou à ilha e ensinou aos habitantes como poderiam tornar o café mais rentável por meio da adoção de práticas corretas de cultivo. As exportações de café passaram de 20.911 quintais britânicos, em 1828, para 30.000, em 1837, e 200.000, em 1845. Se em 1835 havia pouquíssimos plantadores europeus de café, em 1848 já existiam 367 plantações, totalizando 60.000 acres e o capital investido no café entre 1837 e 1845 girou em torno de £3.000.000.¹³² Além de o café ter ajudado no fortalecimento da economia local, em 1841, foi criado o Banco do Ceilão, ao qual o nome de John Armitage esteve associado como diretor regional,¹³³ que incentivou fortemente não apenas o cultivo do café, mas o crescimento do comércio nessa colônia, já que permitia a emissão de papel moeda sem o pagamento do imposto do selo.¹³⁴

A colonização direta, a escravidão capitalista e o nacionalismo econômico foram os três componentes centrais do mercantilismo britânico no século XIX. Todos esses fatores foram essenciais na reorganização do espaço político-econômico, contudo, a colonização foi, provavelmente, o mais importante deles, já que “os governantes britânicos, em particular, dependiam maciçamente da iniciativa pessoal de seus súditos para contrabalançar as vantagens dos que se haviam antecipado na expansão ultramarina”.¹³⁵ A Grã-Bretanha elevou a conquista territorial a um patamar nunca antes visto em escala mundial e, de fato, isso acabou se constituindo como o principal fator para designar a hegemonia britânica no século XIX pela “expressão *imperialismo* de livre comércio”.¹³⁶ A grande percepção dos governadores ingleses foi notar “que sua liderança na gestão da economia doméstica lhes dava uma vantagem considerável na

¹³⁰ Um quintal britânico equivale a 50,80234544 kg.

¹³¹ MILLS, Lennox A. *Ceylon under British Rule, 1795-1932*. London: Routledge, 1964, p. 227.

¹³² MENDIS, G. C. *Op. Cit.*, p. 66.

¹³³ WRIGHT, Arnold. *Twentieth century impressions of Ceylon: its history, people, commerce, industries and resources*. Colombo: Asian Educational Service, 1907, p. 70 e *Liverpool Mercury etc.* Liverpool, Friday, October 31, 1845, Supplement, p. 7.

¹³⁴ MENDIS, G. C. *Op. Cit.*, p. 67-68.

¹³⁵ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 49.

¹³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 54.

utilização das relações entre cidadãos nas diferentes jurisdições políticas, como instrumentos invisíveis de dominação sobre outros Estados soberanos”.¹³⁷

Foi assim que, em 1832, os britânicos estabeleceram uma administração central no Ceilão, desmembrando o antigo reino Kandy, alocado no interior, em diversas partes que foram associadas a partes do litoral, formando províncias mescladas no intuito de quebrar a antiga unidade política. Nesse mesmo ano, foram criados um Conselho Executivo e outro Legislativo, transferindo, assim, instituições políticas britânicas para sua nova colônia.

O Conselho Executivo era formado pelo Governador e cinco funcionários do governo e o Legislativo também pelo Governador, nove funcionários do governo e seis membros não oficiais (três europeus e três nativos) nomeados pelo Governador. Como critério de escolha dos representantes não oficiais nativos, dever-se-ia observar a diversidade étnica, sendo um cingalês, um burgher e outro tâmil do Sri Lanka.¹³⁸ A principal preocupação do governo britânico era promover um local em que as opiniões e as queixas pudessem ser expressas verbalmente por esses membros não oficiais. Discussões contra o imposto de exportação sobre a canela e o grão; as altas despesas militares; e a exigência de uma rede de estradas para melhor servir aos interesses agrícolas e comerciais foram algumas das maneiras pelas quais os membros não oficiais afirmaram-se dentro do Conselho Legislativo.¹³⁹ Os membros não oficiais nativos foram eleitos apenas em 1835 diante da dificuldade de encontrar pessoas que se enquadrassem nesse perfil e que, ao mesmo tempo, pudessem se expressar com desenvoltura na língua inglesa. A nomeação dos membros não oficiais europeus, em sua maioria ingleses, demorou mais dois anos, apenas em 1837, por causa das dificuldades de achar candidatos adequados entre os comerciantes ingleses, que, muitas vezes, eram meros agentes de alguma casa estrangeira e não tinham nem propriedade nem interesses permanentes no país.¹⁴⁰

Armitage ocupou uma dessas três vagas para membros europeus não oficiais entre 08 de maio de 1840¹⁴¹ e 22 de agosto de 1855, quando viajou para Manchester.¹⁴²

¹³⁷ Idem, Ibidem, p. 57.

¹³⁸ JAYASURIYA, J. E. *Educational policies and progress during British Rule in Ceylon (Sri Lanka) 1796-1948*. Colombo: Associated Educational Publishers, 1977, p. 106. É assim chamado cingalês o gentílico do Sri Lanka, burgher o descendente de portugueses e holandeses.

¹³⁹ Idem, Ibidem, p. 107.

¹⁴⁰ MENDIS, G.C. *Op. Cit.*, p. 75.

¹⁴¹ *ACCOUNTS and papers*. Colonies. Vol 31, 4 February – 9 August, 1845, p.16.

Entre os anos de 1853 e 1855, pelo menos, esse conselho fez imprimir alguns panfletos, no intuito de divulgar as comissões criadas e os projetos em que elas estavam envolvidas, que foram anexados às atas de sessão. Armitage participou de algumas dessas comissões, como a para delimitar os valores dos salários do governador, secretário colonial, sobre as taxas destinadas ao jardim botânico e a quantia que seria gasta nas instâncias educacionais. Por sua proposta, aprovada por 4 votos a 2, de 1854 em diante, só seriam financiadas pelo governo as *English Schools*, ou seja, as escolas que ministrassem suas aulas apenas em inglês. Um pouco mais adiante, veremos que, anteriormente, o governo financiava quase que todas as propostas, inclusive a polêmica ajuda às escolas em Jaffna. Cada item julgado por essa comissão era votado um por um e Armitage posicionou-se de forma negativa na maioria das votações em relação à diminuição dos salários e auxílios aos funcionários públicos.¹⁴³ Outras comissões em que esteve envolvido foram as para revogação de certos Impostos do Selo, como os que se aplicavam às transações financeiras; à construção de um telégrafo elétrico entre Colombo e Galle – para a qual foi feita uma estimativa financeira tendo em vista sua ampliação futura para linhas de conexão também entre Galle e Madras, Calcutá e Bombaim –; e a construção de uma ferrovia entre Colombo e o interior do Ceilão, para estimular o comércio entre as diferentes partes da ilha.

¹⁴² Em seu lugar foi nomeado o Capitão Henry Charles Bird. Cf. *Hampshire Telegraph and Sussex Chronicle*. Portsmouth, Saturday, December 15, 1855, p. 08. Curiosamente, nas referências que temos de sua partida, aparece que esta era temporária, e não uma despedida formal. Houve até um debate sobre a abertura de precedente quanto a deixar uma cadeira no Conselho Legislativo aguardando a volta de seu representante. Esse foi o caso de Armitage já que a nomeação de Henry Bird foi *bona fide*. Cf. *The Morning Chronicle*, London, Saturday, October 20, 1855, p. 7.

¹⁴³ National Archives of the United Kingdom, CO 57/21.

Mapa das possessões britânicas na Índia em 1857.
www.britishempire.co.uk/images2/indiamap1857.jpg

Em 1845, Armitage integrou a Comissão da *Ceylon Railway Company* juntamente com Laurence Phillips, dono da firma *Laurence Phillips & Son* e parente próximo de Mark Philips, um dos donos da firma pela qual Armitage atuou como representante no Rio de Janeiro.¹⁴⁴ O objetivo principal pelo qual a *Ceylon Railway*

¹⁴⁴ Não conseguimos precisar exatamente qual era o grau de parentesco entre Laurence e Mark Philips, contudo, sabemos que Laurence era irmão de Samuel, que nos referimos como dono da firma *Samuel Philips & Co.*, por meio da nota de fechamento de sua firma. Cf. *The Bankers' magazine, journal of the*

Company foi criada era possibilitar a construção de uma ferrovia, no intuito de estabelecer comunicações eficientes entre as diversas partes da ilha, já que, com seu rápido crescimento, tinha se tornado a colônia mais importante da Grã-Bretanha. Ano após ano, constatava-se um aumento do capital britânico investido no Ceilão e, com essa ferrovia, a estimativa era duplicar esses investimentos. A primeira rota que seria estabelecida pela *Ceylon Railway Company* era entre Colombo e Kandy, porém, posteriormente, seriam feitas consultas para a abertura de novos trechos. Como o Ceilão não tinha erupções vulcânicas e possuía um solo bem adaptado à construção de ferrovias, os custos de construção seriam baixos, no máximo, £6.000 por milha,¹⁴⁵ sendo que a companhia já possuía £1.000.000.¹⁴⁶

Armitage descreveu, em uma carta ao Governador George Anderson em 1853, na época em que era presidente do *Committee of privy council for trade and foreign plantations*, que existia uma grande demanda pela melhoria do transporte entre Colombo, principal porto marítimo da ilha, pelos produtores de café situados no interior. A melhoria da comunicação entre essas duas partes era fundamental, tendo em vista as dificuldades que os plantadores de café enfrentavam com a abolição dos privilégios que o Ceilão tinha com o Governo Britânico, as peculiaridades negativas do clima, as adversidades do solo que eram praticamente desconhecidas no primeiro momento em que se começou o plantio, pelo preço do café que tinha caído pela metade e pela legalização da adulteração do café com chicória. Na opinião de Armitage, com a melhoria do transporte para o interior da ilha através de uma ferrovia, o Ceilão “poderia progredir rapidamente e tornar-se um grande país exportador e uma colônia de grande importância para a Grã-Bretanha, por competir com sucesso com *seu trabalho livre* contra toda a competição estrangeira no cultivo do café”.¹⁴⁷ Os produtores de café do Brasil, por exemplo, faziam grandes progressos a respeito das formas em que realizavam o transporte dessa mercadoria, enquanto que o Ceilão sofria com a demora na construção de uma ferrovia, inclusive já paga, mas que não pôde ser levada adiante

money market and railway digest. January to December 1848. Volume 8. London: Groombridge & Sons, 1848, p. 35.

¹⁴⁵ Lembrando que uma milha equivale, aproximadamente, a 1,6 quilômetros.

¹⁴⁶ *Allen's Indian Mail and register of intelligence for British & foreign India, China & all parts of the East*. London, Saturday, October 4, 1845, p. 606.

¹⁴⁷ Tradução nossa. No original “would rapidly advance and become a large exporting country, and a colony of much importance to Great Britain, by successfully competing with *her free labour* against all foreign competitors in coffee cultivation”. *REPORTS from Commissioners*: twenty volumes. Railways; woods and forests, local acts (preliminary inquiries). Session 31 January – 12 August 1854. Volume 38, 1854, p. 186. Grifos do autor.

por causa da forte crise instaurada pouco tempo depois de proposta em 1847. Outro benefício da construção imediata da ferrovia seria a prevenção da flutuação do preço do arroz, base da alimentação da população nativa e dos imigrantes não qualificados. Algumas vezes o preço pago em Kandy chegava a diferir em 200% em relação ao cobrado em Colombo.¹⁴⁸ Aliado a isso, ter-se-ia também uma melhora na possibilidade de deslocamento desses imigrantes não qualificados, os quais estavam expostos ao roubo e às doenças, e também incentivaria a criação de lugares dignos para que estes pudessem se hospedar ao longo de suas jornadas.¹⁴⁹

Pouco antes de participar da fundação da Câmara de Comércio do Ceilão, John Armitage, aos 6 de setembro de 1838, casou-se com Fanny Henriette, filha única de John Jumeaux, e com a qual teve seis filhos.¹⁵⁰ A Câmara de Comércio¹⁵¹ foi criada em 25 de março de 1839, tendo em vista que o Ceilão era uma colônia britânica havia 43 anos e, ao longo desse tempo, Colombo tinha se tornado um ponto comercial de centralidade na ilha. Durante muitos anos, a canela foi o principal produto de exportação cingalês, seguido do comércio de elefantes, Araca,¹⁵² nozes da Areca, tabaco, côco, óleo de côco, cardamomo, cera de abelha, pérolas e pedras preciosas.¹⁵³ Até 1823, a balança comercial do Ceilão sempre fora desfavorável, pois o preço dos produtos exportados nunca era suficiente para contrabalancear os artigos importados, como o arroz e os têxteis. Com a introdução do cultivo do café, essa situação mudou significativamente.

A Câmara de Comércio foi criada por meio da iniciativa de James Alexander Stewart Mackenzie, na época Governador do Ceilão, para promover a agricultura e o comércio na ilha. Foi estabelecida em reunião aos 20 de fevereiro de 1839, da qual participou a comunidade mercantil interessada nessa nova proposta, e foram nomeados cinco dos presentes para compor uma Comissão de redação das regras e regulamentos

¹⁴⁸ *REPORTS from Commissioners. Op. Cit.*, p. 187.

¹⁴⁹ Como informação complementar, vale a pena dizer que o trecho da ferrovia entre Colombo e Kandy foi inaugurado em 1 de agosto de 1867, ou seja, alguns anos depois da morte de Armitage. Cf. WRIGHT, Arnold. *Op. Cit.*, p. 195.

¹⁵⁰ Infelizmente não conseguimos muitas informações sobre John Jumeaux, apenas que ocupava um cargo público, era comerciante e morreu por volta do dia 9 de abril de 1850. Cf. *Allen's Indian Mail and register of intelligence for British & foreign India, China & all parts of the East*. London, Tuesday, June, 4, 1850, p. 333.

¹⁵¹ A Câmara de Comércio do Ceilão existe até os dias de hoje: <http://www.chamber.lk/>.

¹⁵² A araca é uma bebida alcoólica típica das Índias Orientais, feita a partir de frutos fermentados, cereais, cana de açúcar ou da seiva do coqueiro e tem cor âmbar dourado, que a distingue do incolor arak, do Oriente Médio.

¹⁵³ THE CEYLON CHAMBER OF COMMERCE. *The Ceylon Chamber of Commerce 1839-1964*. Colombo: Ceylon Chamber of Commerce, 1964, p. 14.

da Instituição, que seriam posteriormente votados e aprovados. A Comissão era composta por John Armitage, E. J. Darley (que também participou do Conselho Legislativo), G. Crabe, Stephen Vertue e C. D. Parlett.¹⁵⁴

Em 25 de março do mesmo ano, teve lugar a Assembleia Geral, na qual Armitage esteve presente, para votação e aprovação do estatuto da Câmara de Comércio do Ceilão¹⁵⁵ e, conseqüentemente, procedeu-se a escolha do presidente. Foi eleito como tal Joseph Read, e a Comissão permanente foi composta por C. D. Parlett, D. Wilson, Stephen Vertue, G. Crabbe e John Armitage. A firma *Armitage, Scott & Co.* era uma das que compunham a Câmara de Comércio e Armitage figurava também como seu representante, ao lado de seu sócio B. Scott. Os principais objetivos da Câmara eram manifestar, nas questões comerciais, a opinião da comunidade mercantil do Ceilão e de cooperar com outros para conseguir realizar essa meta; coletar estatísticas e outras informações relativas ao comércio, indústria etc; formular regras para regulação do comércio local; e resolver os litígios e as diferenças em questões de costume e uso.¹⁵⁶ Nesse ano, segundo estimativas de exportação divulgadas, o café ultrapassou significativamente a canela, somando no montante de exportações £125.700 contra £52.000 da canela. Vale destacar que foi nesse período que as primeiras sementes de chá começavam a ser plantadas no Ceilão.¹⁵⁷

Outro projeto em que Armitage esteve diretamente envolvido e de que temos documentação a respeito foi a *Central School Commission*, criada em 27 de março de 1841, pelo mesmo Governador Mackenzie referido acima, no intuito de promover a instrução da população do Ceilão, sendo composta de, no máximo, nove membros. Destes, um deveria ser clérigo da Igreja da Inglaterra, um Ministro Presbiteriano e um sacerdote ou leigo da Igreja Católica.¹⁵⁸ Os membros dessa Comissão foram Philip Anstruther (Secretário Colonial) eleito presidente, Reverendo J. P. Horsford (Capelão Colonial), Reverendo G. MacVicar (Capelão Presbiteriano), Reverendo C. Antonio (Sacerdote da Igreja Católica), Reverendo D. J. Gogerly (Missionário Wesleyano), Reverendo Joseph Bailey (Missionário), John Armitage (Membro não oficial do Conselho Legislativo), A. Oliphant (Chefe de Justiça) e P. E. Woodhouse (Agente do

¹⁵⁴ Idem, Ibidem, p.16.

¹⁵⁵ Os 19 pontos do estatuto são transcritos em THE CEYLON CHAMBER OF COMMERCE. *Op. Cit.*, p. 17.

¹⁵⁶ Idem, Ibidem, p. 23.

¹⁵⁷ Idem, Ibidem, p. 21.

¹⁵⁸ JAYASURIYA, J. E. *Op. Cit.*, p. 123.

Governo da Província Ocidental).¹⁵⁹ A presente Comissão tinha o dever de promover a educação em língua inglesa para as pessoas de qualquer opinião religiosa na colônia Britânica.¹⁶⁰ Foi reforçada a necessidade de não adotar nenhum tipo de material didático que pudesse ter o efeito de excluir alunos de qualquer crença religiosa, já que essa tinha sido uma falha da antiga *Central School Commission*, formada também para incentivar a instrução local, mas que acabou pecando pelos conflitos internos entre os membros das igrejas anglicana, católica e não-conformista.

A *Central School Commission* conseguiu incentivar o desenvolvimento da educação na ilha durante seus primeiros anos (1841-1847) devido à injeção de grandes somas de dinheiro pelo governo britânico. Ao final do ano de 1847, a Comissão tinha sobre seu gerenciamento a *Colombo Academy* (atualmente *Royal College*), três escolas centrais para garotos, três escolas superiores para garotas, 53 escolas de ensino elementar em que as aulas eram ministradas apenas em inglês, 24 escolas de ensino em língua vernácula – as aulas eram ministradas apenas nesse idioma – e ajudava financeiramente 28 escolas inglesas em Jaffna. Da pequena soma de £3.398 recebida do Império Britânico em 1841, aumentou para £9.558 em 1847, o que incentivou a educação dos habitantes da ilha de forma considerável. Porém o governo teve que, em 28 de setembro de 1848, por questões orçamentárias, pedir a redução dos gastos para o ano seguinte de £10.684 para £6.000. Para contrabalancear essa balança desfavorável, a Comissão sugeriu que se criassem ou fossem aumentadas as taxas de ensino existentes, ficando isentas do pagamento de qualquer taxa apenas as escolas para meninas, com aulas ministradas em inglês e em língua vernácula.¹⁶¹ Em 1852, também foram abolidas as taxas pagas pelos garotos que desejassem estudar em escola ministrada em língua vernácula e igualmente reduzidas as taxas aos meninos que pretendessem estudar nas aulas ministradas em inglês e mistas, nas quais tinham primeiro aulas em língua vernácula, depois, em inglês.¹⁶²

Como vimos anteriormente, desde 1832 a produção de café na ilha estava crescendo vertiginosamente. Inicialmente, o café era plantado basicamente por funcionários militares e civis da administração colonial, mas logo depois começaram a chegar especuladores para comprar terras e plantar cafezais, o que levou a uma

¹⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 126.

¹⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 124

¹⁶¹ Idem, Ibidem, p. 132.

¹⁶² Idem, Ibidem, p. 133.

imigração maciça de mão-de-obra externa, uma pressão sobre aluguéis e preços dos alimentos e tensões com as comunidades locais que criavam gado, os quais eram impedidos de pastar livremente. Também há de se notar que o governo britânico adotou medidas de incentivo à expansão comercial na ilha, como a de 1812, em que qualquer europeu tinha o direito de ter concessões de terras de até 4.000 acres livre de impostos por cinco anos.¹⁶³ A expansão do café produziu uma riqueza rápida, mas quando os cafeeiros começaram a morrer, acabou-se por descobrir que algumas áreas compradas eram impróprias para o plantio, provocando a falência repentina de muitos produtores.¹⁶⁴ A depressão econômica, principalmente por causa da crise do café, que aconteceu em 1847, fez que o governo britânico criasse também novos impostos sobre o selo, liteiras e carruagens de circulação, fato que causou grandes dificuldades na crise já iniciada.¹⁶⁵

Assim, no meio de uma crise do seu principal produto de exportação e com novos impostos a pagar, no dia 6 de julho de 1848, uma multidão de cerca de 4.000 pessoas apresentou uma petição contra os novos impostos cobrados pelo governo britânico. Os ressentimentos contra as imposições tomaram a forma de uma série de distúrbios nos distritos de Mālatē e de Kurunāgala, que eram duas das áreas da ilha mais difíceis de governar, já que, por serem distritos situados no interior, fizeram parte do Reino de Kandy. Nesse período, ocorreram diversos saques a prédios públicos e lojas em Kandy, Mālatē e Kurunāgala. Tais manifestações acabaram por tomar proporções maiores que a esperada, graças à falta de aptidão do governo local, que não soube calcular corretamente as condições reais do país e realizou uma avaliação precoce da situação. Assim, foram tomadas medidas severas pela administração britânica para reprimir as manifestações que era interpretada como uma rebelião dos chefes kandyan e dos bhikkhus¹⁶⁶ para derrubar o domínio britânico. As medidas repressivas tomadas por Lord Torrington, na época Governador, não foram aprovadas por parte da população europeia residente na ilha, a qual realizou representações junto ao Secretário de Estado, bem como a outros membros do Parlamento na Grã-Bretanha. Em resposta aos seus pedidos, um inquérito parlamentar foi realizado por uma comissão da Câmara dos

¹⁶³ THE CEYLON CHAMBER OF COMMERCE. *Op. Cit.*, p.15.

¹⁶⁴ *Ceylon, and Lord Torrington administration* (From *The Calcutta Review*, nº 23), 1849. <http://www.jstor.org/stable/60100510>

¹⁶⁵ JAYASURIYA, J. E. *Op. Cit.*, p. 108.

¹⁶⁶ São denominados bhikkhus os monges budistas do sexo masculino.

Comuns, Lord Torrington foi convocado a dar esclarecimentos, dois outros funcionários foram demitidos e as licenças de armas de fogo, cães e lojas foram revogadas.¹⁶⁷

Após viver 19 anos no Ceilão, Armitage voltou para a Inglaterra em 30 de agosto de 1855, com o estado de saúde bem comprometido. Durante o tempo em que viveu na ilha, foi um dos diretores do Banco local, membro do conselho legislativo por oito anos e também atuou como representante consular do governo belga. Nesse período, Armitage esteve envolvido em comissões que buscavam melhorias educacionais, a multiplicação de estradas e de modos de trafegar entre partes diferentes do Ceilão, o incentivo ao cultivo de produtos favoráveis ao clima e contribuir para o aumento das exportações.

Em sua partida, Armitage proferiu o seguinte discurso na ocasião da entrega de uma baixela de prata em uma cerimônia pública:

Desde minha chegada nesta colônia, tem havido um progresso maravilhoso na prosperidade da comunidade comercial nativa. Não estão elas apenas mais opulentas que anteriormente, mas seu número aumentou dez vezes. E qual, eu perguntaria, é o segredo deste sucesso? Simplesmente isto, que em lugar de depender dos outros e de confiar nos príncipes, vocês confiaram em si mesmos, em sua própria economia, na sua integridade e indústria, e os resultados mostram que sua confiança não foi mal depositada. Eu acredito inteiramente que a prosperidade das classes industriais aqui está apenas em seu começo. Se para este começo eu tenho sido capaz de contribuir um pouco, mesmo que timidamente, será uma agradável fonte de lembrança durante toda a minha vida futura.¹⁶⁸

Após sua chegada em Manchester, onde se estabeleceu ao lado da família e amigos, os problemas de saúde não foram abrandados, o que levou ao seu falecimento em 17 de abril de 1856, aos 48 anos, em casa. Armitage foi enterrado no mausoléu pertencente à família na *Old Chapel* de Dukinfield.

A trajetória de vida de Armitage esteve diretamente ligada aos ideais de comércio e civilização do Império Britânico em todas as esferas que atuou, seja como

¹⁶⁷ MENDIS. G. C. *Op. Cit.*, p. 87.

¹⁶⁸ Tradução nossa. *Christian Reformer* (1856). *Op. Cit.*, p. 320. No original: “Since my arrival in this colony, there has been a wonderful progress in the prosperity of the native trading community. Not only are they more opulent than formerly, but their numbers have increased tenfold. And what, I would ask, is the secret of your success? Simply this, that instead of relying on others and putting your trust in princes, you have trusted to yourselves, to your own economy, your integrity and your industry, and the result shows that your trust has not been misplaced. I fully believe that the prosperity of the industrious classes here is but in its commencement. If to this commencement I have been able to contribute a little, however feebly, it will be a pleasing source of retrospection during the whole of my future life”.

comerciante, funcionário do Império Britânico ou mesmo historiador. Não foi apenas um comerciante, no sentido estrito do termo, mas um comerciante inglês preocupado em desvendar terras distantes que se mostravam como excelentes parceiros comerciais, assim como uma oportunidade civilizacional irresistível. Como veremos no próximo capítulo, sua *História do Brasil* traça não apenas o desenrolar da história brasileira desde 1808 até a abdicação de D. Pedro, mas a história de um país oprimido pela mãe pátria invejosa do filho próspero. No seu relato, enquanto a Grã-Bretanha enviava seus súditos, no sentido de tornar suas colônias mais prósperas e polidas, Portugal não acreditava no livre comércio e na interação gerada pela sua expansão. Do ponto de vista britânico, essa expansão não se daria apenas no horizonte comercial, já que as pessoas teriam a oportunidade de consumir produtos diversos, mas também de entrar em contato com costumes e pessoas diferentes, ocasionando uma mudança dinâmica da sociedade. Em uma perspectiva que imaginava ser totalmente distinta da portuguesa, Armitage acreditava que somente a partir dessa interação entre pessoas e coisas é que seria possível ao Brasil superar os males causados pela forma com que foi colonizado, ou seja, superar as limitações de uma colonização que visava mais mantê-lo inerte que despertar suas vocações.

“Levantou-se então [D. Pedro I], e dirigindo-se para o Ajudante Frias, apresentou-lhe o decreto, dizendo-lhe com lágrimas nos olhos: ‘Aqui está a minha abdicação; desejo que sejam felizes! Retiro-me para a Europa, e deixo um país que tanto amei, e ainda amo’. As lágrimas sufocaram-lhe então a voz, e retirou-se apressadamente para a sala imediata, onde estava a Imperatriz, acompanhada dos Embaixadores francês e inglês”. João Armitage. *História do Brasil*, p. 225.¹⁶⁹

2.1. Ver e tocar o passado: paixão e sentimento

O gênero de escrita histórico, como todo gênero, não é algo fixo, nem tampouco linear-evolutivo. A forma como se escreve história está constantemente aberta à revisão, na medida em que os autores respondem aos interesses sociais do momento e de seus leitores.¹⁷⁰ A *História do Brasil* de John Armitage foi escrita originalmente em inglês, a fim de apresentar a este público o progresso da sociedade brasileira de um estado selvagem para um civilizado.¹⁷¹ Apesar de ter sido traduzida rapidamente para o português, no ano seguinte da sua publicação, 1837, o público leitor ao qual Armitage almejava ao escrever sua *História* não era o brasileiro e tal perspectiva influenciou de forma decisiva na composição dessa obra.

O surgimento de um leitor e de uma literatura sentimental na época moderna não foi um fenômeno restrito às literaturas. Apesar de o romance, em particular, ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento da sentimentalidade, essas experimentações cognitivas também aconteceram no plano da historiografia, na medida em que houve a incorporação do vocabulário sentimental como possibilidade de interpretação da história. Na historiografia britânica setecentista, efetuou-se um processo de alargamento dos assuntos históricos e do público leitor de história, que exigiram novas soluções

¹⁶⁹ No original: “He then rose, and advancing towards the Adjutant, Frias, presented him the decree, observing, with tears in his eyes, ‘He is my abdication; may you be happy! I shall retire to Europe, and quit a country that I have loved dearly, and that I still love.’ Here tears choked his utterance, and he retired hastily to the adjoining room, where was the Empress, along with the English and French Ambassadors”. ARMITAGE, John. *The History of Brazil* from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey’s History of that country. Vol. 2. London: Smith, Elder and Co., 1836, p. 132-133.

¹⁷⁰ PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. xi.

¹⁷¹ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 25.

narrativas para o relato historiográfico.¹⁷² A expansão do horizonte dos estudos históricos para além da esfera política e militar, e, principalmente, o interesse britânico em explorar a sociedade, os costumes e os sentimentos consolidaram-se como uma das mudanças historiográficas centrais ocorridas nesse período.¹⁷³ David Hume, um dos mais importantes historiadores britânicos setecentistas, em sua *História da Inglaterra*, não acreditava que um bom estilo e imparcialidade fossem suficientes para garantir uma narrativa que contasse a história nacional, incorporando sincronicamente outros componentes ao relato do passado, como a simpatia, a filosofia da história, a atualidade e a vivacidade.¹⁷⁴ Sem dúvida, como o próprio Hume relatou, a inclusão do público feminino como leitor de história tornou urgente a incorporação do sentimento dos agentes históricos e, conseqüentemente, de sua vida privada como forma de explicar as decisões e rumos da história nacional, seja porque os homens achassem que as mulheres interessavam-se por esse tipo de narrativa, seja porque elas realmente se interessavam. Tal alargamento do horizonte historiográfico contribuiu de forma decisiva para a escrita da *História do Brasil* de Armitage, na medida em que apresentou como possibilidade bem sucedida a escrita da história nacional pela via da incorporação de novas temáticas à narrativa.

Hume também entendia a história como parte fundamental da educação feminina, pois era mais instrutiva que os “ordinários livros de divertimento” e mais divertida que as “sérias composições”. A narrativa histórica estaria entre o romance e os livros religiosos, mas sem herdar nem o excesso de distanciamento da realidade do romance, nem o fanatismo da religião. A história teria, basicamente, duas funções primordiais, ou seja, educar e entreter o leitor, funções essas que já preocupavam os historiadores clássicos de outra forma. Por meio da expressão da plenitude da natureza humana, a história mostraria que os membros do sexo masculino e feminino “estão longe de ser essas criaturas perfeitas as quais estão inclinadas a imaginar, e *Esse Amor* não é a única paixão que governa o mundo masculino, mas é frequentemente ultrapassado pela avareza, ambição, vaidade e milhares de outras paixões”.¹⁷⁵ O estudo da história pelo sexo feminino seria largamente recomendado, já que, primeiramente,

¹⁷² Para um panorama detalhado deste fenômeno, vide PHILLIPS, Mark Salber. *Op. Cit.*, *passim*.

¹⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 71-72.

¹⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 158-159.

¹⁷⁵ Tradução nossa. No original: “our sex, as well as theirs, are far from being such perfect creatures as they are apt to imagine, and *That Love* is not the only passion, which governs the male-word, but is often overcome by avarice, ambition, vanity, and a thousand others passions”. HUME, David. *Of the Study of History*. In: __. *Essays: moral, political and literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985, p. 564.

seria possível observar a sociedade humana em sua infância, avançando para a perfeição de uma forma agradável ao leitor, depois, o conhecimento histórico traria erudição – fator fundamental para que entre marido e mulher haja algum tipo de conversação sustentável – assim como a história fortalece o caráter, pois os historiadores são os verdadeiros amigos da virtude.¹⁷⁶ Hume acreditava que a novela e o romance¹⁷⁷ apresentariam uma realidade distorcida por causa da aversão aos fatos e de um apetite para o falso, enquanto a história seria o gênero que representaria as próprias cores da virtude, o verdadeiro caráter da raça humana, sendo, assim, a melhor opção de leitura e de experiência para o sexo feminino.¹⁷⁸

Aliado ao processo de alargamento do público leitor, o sujeito histórico também foi complexificado, tendo em vista que sua interioridade e vida privada passaram a ser fatores centrais de explicação das decisões públicas. O surgimento da concepção moderna de indivíduo alterou marcadamente a maneira pela qual as paixões humanas eram descritas na historiografia, uma vez que o psicológico estabeleceu-se como um lugar de relevância para o entendimento das ações humanas. Nesse sentido:

Como a narrativa do homem sentimental não é uma imitação da ação, o homem sentimental em si mesmo não é tampouco um modelo para imitação, no sentido de ser um instrumento para produzir sentimentos nos leitores. Imitar um homem sentimental, seja ele ficcional ou real, não é apenas um absurdo – uma vez que ele não é um homem de ação – mas também eticamente condenável. A imitação dos sentimentos é, por definição, afetação.¹⁷⁹

A falência do modelo clássico de escrita da história ocasionada pelo distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” exigiu novas soluções historiográficas.¹⁸⁰ A historiografia, não mais o repositório de exemplos passíveis de imitação e repetição, ainda continuou, mesmo que não sob os mesmos

¹⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 565-567.

¹⁷⁷ Ao contrário de Hume, que não distingue o romance da novela, Hugh Blair, em seu ensaio “Philosophical Writing, Dialogue, Epistolary Writing, Fictitious History”, diferencia detalhadamente a novela do romance, utilizando aspectos cronológicos, formais e de conteúdo para separar um gênero do outro. Cf.: BLAIR, Hugh. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*. London: Charles Daly, 1839.

¹⁷⁸ HUME, David. *Op. Cit.*, p. 564.

¹⁷⁹ Tradução nossa. No original: “As the man of feeling narrative is not an imitation of an action, the man of feeling himself is not so much a model for imitation as an instrument to produce feeling in readers. To imitate a fictional or actual man of feeling is not only absurd – since he doesn't act – but also ethically objectionable. Imitation of feeling is by definition affectation”. VAN SANT, Ann Jessie. *Eighteenth-century sensibility and the novel: the senses in social context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 121.

¹⁸⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*

fundamentos da história mestra da vida, tendo uma função pedagógica, seja para a vida política, seja para a nova demanda moderna: a educação sentimental e a imaginação nacional. Em lugar do ensinamento moral clássico, que objetivava a estabilização e conservação do passado, o ensinamento moderno não comporta mais a ideia de imitação. Se, por um lado, era impossível imitar a sensibilidade ou o sentimento frente ao mundo, por outro, a aceleração do tempo histórico não permitia a estabilização dos modelos morais a ponto de ser possível segui-los. Apesar de serem vocábulos próximos, é importante destacar que existe uma diferença entre sensibilidade e sentimento. A sensibilidade está associada ao corpo e, com isso, baseada nos sentidos físicos e no processo de sensação. Sensibilidade traz continuamente uma experiência baseada no tocar na consciência, que emerge de uma sensação psicológica da capacidade natural de sentir. Por outro lado, sentimento estaria associado à mente, a um refinamento do pensamento como resultado verbalizado dessa capacidade de sentir.¹⁸¹ Nesse contexto, a experiência corporal da narrativa – dada no plano das emoções – assume um lugar central na forma em que essa nova relação com o mundo é assimilada e verbalizada pelo indivíduo, assim como possuir sensibilidade perante o mundo constitui-se como o primeiro passo para o refinamento dos sentimentos humanos.

Certamente essa necessidade pedagógica moderna (a educação sentimental), juntamente com a reconfiguração do vocabulário retórico das emoções (*páthoi*) humanas, afetou profundamente o modo pelo qual a historiografia e seus limites foram pensados.¹⁸² Em linhas gerais, podemos traçar dois planos para entender a sensibilidade moderna.¹⁸³ Um primeiro, ligado à retórica clássica, em que a *visão* foi tida como o campo privilegiado em que as emoções seriam reveladas, ou seja, o orador deveria exibir “um acontecimento com palavras tais que as ações parecem estar transcorrendo e as coisas parecem estar *diante dos olhos*”.¹⁸⁴ A *demonstratio* seria o ornamento de sentença mais apropriado para “amplificar e apelar à misericórdia, pois, com uma narrativa desse tipo, expõe todo o ocorrido e coloca-o como que *diante dos olhos*”.¹⁸⁵ O

¹⁸¹ VAN SANT, Ann Jessie. *Op. Cit.*, p. 4.

¹⁸² A tradução dicionarizada de *páthos* é: 1. o que se experimenta ou se suporta, 2. experimento, experiência, 3. o que acontece; acontecimento, 4. infortúnio; calamidade; dano; doença, 5. o que afeta a alma; perturbação; piedade; prazer; amor; aflição; tristeza; cólera. MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Equipe de coordenação). *Dicionário grego-português*. Vol. 4. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 2.

¹⁸³ VAN SANT, Ann Jessie. *Op. Cit.*, p. xi.

¹⁸⁴ [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, IV, 68. Grifos nossos.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, IV, 69. Grifos nossos.

olhar sobre o sofrimento, empregado pela historiografia moderna, seria uma estratégia retórica tradicional para criar piedade e estabelecer a similitude entre a observação patética e a observação investigativa do sofrer.¹⁸⁶

A retórica clássica, desde sua sistematização por Aristóteles, foi tida como a faculdade de observar, em qualquer caso, as formas possíveis de persuasão do ouvinte ou leitor, sendo a persuasão um tipo de demonstração, na medida em que a audiência/leitor poderia ser mais facilmente persuadida quando levasse em consideração que o exposto foi demonstrado.¹⁸⁷ O orador poderia alcançar a persuasão do público utilizando-se de três meios: a partir do desenvolvimento lógico de um argumento; por meio da percepção do caráter humano e sua animosidade em suas diversas formas; ou do entendimento das emoções humanas teoricamente a ponto de poder descrevê-las, saber suas causas e como poderiam ser despertadas.¹⁸⁸

Os modos de persuasão lançados pelo orador também seriam de três tipos. O primeiro estaria ligado ao caráter do orador, no sentido de que quanto mais confiável, mais facilmente sua plateia poderia ser convencida. O segundo reside na sua capacidade de colocar a audiência em certo estado de espírito, no qual, por meio da escuta do discurso e do despertar das emoções, todos sejam persuadidos. Aristóteles argumenta que, de acordo com a disposição do ouvinte, os julgamentos podem vir a ser maleáveis, ou seja, o orador deve imbuir sua audiência de emoções que facilitem a persuasão. Por fim, o terceiro modo de persuasão está na prova ou na prova aparente, a qual é produzida pelas próprias palavras do discurso.¹⁸⁹

Assim, existiriam vários tipos de emoções que poderiam ajudar na persuasão, como a ira, calma, amizade, inimizade, o medo, a confiança, vergonha, desvergonha, animosidade, rudeza, piedade, indignação, inveja e emulação.¹⁹⁰ As emoções foram definidas por Aristóteles como todos os sentimentos que mudam os homens e alteram seus julgamentos.¹⁹¹ Não cabe aqui uma explicação detalhada de todas as emoções elencadas e, com isso, concentramos na piedade, tendo em vista a centralidade que obteve no vocabulário moderno da sentimentalidade.

¹⁸⁶ VAN SANT, Ann Jessie. *Op. Cit.*, p. xi-xii.

¹⁸⁷ ARISTOTLE. *Rhetoric*. Translated by W. Rhys Roberts. Mineola: Dover Thrift Editions, 2004, I, 1355a. e I, 1355b.

¹⁸⁸ Idem, Ibidem, I, 1356a, 20-25.

¹⁸⁹ Idem, Ibidem, I, 1356a, 1-20.

¹⁹⁰ Para uma discussão pormenorizada a respeito da amizade, vide: VIANO, Cristina. Amizade e emoções de rivalidade em Aristóteles: uma origem comum?. *Journal of Ancient Philosophy*. Vol. II, Issue 1, 2008.

¹⁹¹ ARISTOTLE. *Op. Cit.*, II, 1378a, 20.

A piedade foi definida por Aristóteles como um sentimento de dor causado pela *visão* de algo perverso, destrutivo ou doloroso que acontece a alguém que não merece tal punição. Para o sentimento de piedade ser despertado, é necessário que o acontecido seja algo que poderia ter ocorrido a alguma pessoa próxima ou até ao próprio ouvinte/espectador. Para sentir piedade, a audiência também precisa acreditar na bondade do sofredor, uma vez que se acreditar que ninguém é bom, implicará na conclusão de que todos merecem uma punição. Geralmente o ouvinte sente piedade quando lembra que a mesma fatalidade um dia lhe aconteceu, com alguém próximo ou mesmo que seja possível de acontecer no futuro. Todas as coisas desagradáveis e dolorosas, como a morte, em suas várias formas, lesões, dores corporais, idade avançada, doenças em geral e inanição, tendem a excitar piedade, assim como os males advindos do acaso como o desamparo, a falta de amigos, as deformidades, fraquezas e mutilações.

As pessoas que motivam piedade geralmente são aquelas que a audiência conhece, mas não podendo ser muito próximas, senão o sentimento de medo poderia sobressair ao de piedade. Também é comum sentir piedade por aqueles que são próximos em idade, caráter, disposição, posição social ou nascimento, pois o ouvinte/espectador tem a impressão de que as mazelas poderiam lhe acontecer com mais facilidade. A piedade é despertada quando o sofrimento dos outros pode ser tido como algo próximo ao ouvinte/leitor/espectador, capaz de acontecer com ele, e para maximizar essa emoção, o orador deve utilizar de gestos, roupas e movimentos dramáticos, a fim de colocar o desastre *diante dos olhos*. As pessoas mais dignas de piedade são as vítimas de caráter nobre, pois a piedade é especialmente excitada por causa de sua inocência, assim como pela narração de seus infortúnios *diante dos olhos*.¹⁹²

Essa apropriação da piedade e da forma com que deveria ser despertada pelo vocabulário da sentimentalidade é um sintoma marcante da importância que os preceitos retóricos clássicos ainda tinham na modernidade. Apenas a título de exemplo, citamos uma carta da época em que David Hume escrevia sua *History of England* em que afirmava que: “antes de tudo um historiador deve ser verdadeiro e imparcial; a seguir, deve ser interessante. Se você não disser que eu fui justo para ambos os partidos; e se a Senhora Mure não se apiedar do pobre Rei Charles, devo queimar todos os meus

¹⁹² Esse parágrafo e o anterior são resumos de ARISTOTLE. *Op. Cit.*, II, 1385b, 5-15.

manuscritos e voltar para a Filosofia”.¹⁹³ A figuração estética dessas cenas de piedade, largamente mobilizadas pela retórica clássica, poderiam levar ao efeito da quebra do distanciamento temporal entre a obra e o leitor e sua utilização na narrativa foi re-significada pela historiografia moderna, na medida em que passou a figurar não apenas como possibilidade de identificação entre as partes envolvidas, facilitando a persuasão, mas como um processo de experiência não mediada provocada por meio da narrativa sentimental.

Existe uma diferença clara entre a retórica das emoções clássica e a moderna. Aproximações linguísticas são sempre matéria controversa, como é o caso da palavra *aisthêsis* e seus derivados, que poderiam ser traduzidos literalmente como sensação, sensitivo, sensível, contudo tal tradução confunde o sentido original da palavra, na medida em que seu significado mescla-se ao vocabulário moderno “sensação”, no qual está em jogo uma impressão física, seja no âmbito dos sentimentos ou das emoções. O significado de *aisthêsis*, pelo contrário, está mais próximo de “percepção sensível” em que a apreensão é dada por meio dos cinco sentidos.¹⁹⁴

A partir da recontextualização das emoções pela fisiologia do sistema nervoso, sua significação tradicional foi combinada, completada e alterada pelo significado do *tocar*, visto que essa experiência permite ao indivíduo sair de sua mente por meio do ato de tocar e ser tocado.¹⁹⁵ Apesar dessa mudança, alguns elementos tradicionais continuaram presentes na teoria do sentimento moderno, como a estratégia retórica para produzir a piedade e os modelos de uma narrativa clássica do sofrimento. A novidade foi o convite para maneiras de agir experimentais e a centralidade do corpo, adquirida pela incorporação de aspectos fisiológicos, para descrever a resposta psicológica.¹⁹⁶ Dessa forma, a linguagem da sensibilidade diz respeito ao entendimento literal do processo de sensação, assim como de experiências psicológicas relacionadas ou correspondentes.¹⁹⁷

¹⁹³ Tradução nossa. No original: “the first Quality of a Historian is to be true and impartial; the next to be interesting. If you do not say, that I have done both Parties Justices; and if Mrs Mure be not sorry for poor King Charles, I shall burn all my Papers, and return to Philosophy”. Citado em PHILLIPS, Mark Salber. *Op. Cit.*, p. 279.

¹⁹⁴ REIS, Maria Cecília Gomes dos. Prefácio. In: ARISTÓTELES. *De anima*. São Paulo: Ed.34, 2006, p. 10-1.

¹⁹⁵ VAN SANT, Ann Jessie. *Op. Cit.*, p. xi-xii.

¹⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. xiii.

¹⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 11.

Tal centralidade corporal está diretamente ligada à supressão temporal ocasionada pela narrativa sentimental, que valoriza um tipo de experiência do mundo baseada na quebra do distanciamento entre o que é narrado e o leitor. Nesse sentido, as categorias “cultura de sentido” e “cultura de presença” ajudam na compreensão desse fenômeno de uma forma complementar, já que foram formuladas para explicar dois tipos de percepção do mundo que podem levar a diferentes historiografias.

A cultura de sentido teria sido marcada pela constante procura pelo significado do mundo, e a hermenêutica, enquanto método cognitivo que buscava, por meio da interpretação de textos, descobrir o sentido das coisas, figura como uma das formas epistemológicas pelas quais os agentes históricos responderam a essa demanda por sentido causada, de forma geral, pelo distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas. Dentro da cultura de sentido, a verdade foi considerada principalmente como a concordância entre o significante e o significado, pois a relação direta com o mundo não era suficiente “para expressar toda a verdade presente na sua profundidade espiritual, e, portanto, estabelece[-se] uma constante demanda de interpretação como um ato que compensa as deficiências da expressão”.¹⁹⁸

A cultura de presença teria surgido como um movimento de saturação epistemológica dessa necessidade constante de interpretação e significação do mundo. Enquanto na cultura de sentido buscava-se uma representação capaz de permitir a manipulação das coisas sem tocá-las, na cultura de presença valoriza-se o retorno às coisas em si mesmas. Os momentos de presença, portanto, não têm nenhuma mensagem e nada se tem para aprender com eles em matéria de utilidade para a vida. São momentos de intensidade, uma vez que, por um breve momento, ocorre a suspensão da realidade presente e outra realidade presentifica-se.¹⁹⁹

Com isso, uma historiografia de presença coloca em segundo plano ou, em sua forma mais radical, abandona as questões relativas à representação da realidade, à busca de sentido e à interpretação como componentes fundamentais da história. O esgotamento do cronótopo “tempo histórico”, que tinha no tempo a forma de explicar e organizar as narrativas evolutivas, marca profundamente a cultura de presença. O tempo é uma dimensão primordial para as culturas de sentido, porque é com o passar do tempo

¹⁹⁸ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 13.

¹⁹⁹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004, p. 98.

que as transformações históricas solidificam-se e podem ser melhor avaliadas.²⁰⁰ A relação com o mundo na cultura de presença não é temporal, mas espacial; as coisas no mundo têm um impacto sobre o corpo humano e é na descoberta do objeto fora de seu uso prático que ele adquire um sentido próprio. Para conseguir o efeito de presença, devem-se suspender as atribuições de sentido, pois é por meio da materialidade do real que o conhecemos e sentimos.²⁰¹

Esse desejo pela experiência imediata do passado surge com a dilatação do presente, o qual não é mais entendido como um espaço comprimido por um passado categoricamente diferente e um futuro aberto, ou seja, o desejo pela presentificação pode ser associado a um presente estendido em que a sensação de deixar o passado para trás não está mais em jogo e o futuro mostra-se como algo fechado.²⁰²

Seria impossível propor que a *História do Brasil* de Armitage foi formulada apenas nos parâmetros de uma historiografia de presença, tendo em vista que a interpretação e a narrativa evolutiva estão marcadamente inscritas nesta obra. Entendemos, assim, os momentos narrativos de suspensão da realidade presente por meio da sentimentalidade como situações em que ocorre a supressão da interpretação em favor da quebra da distância temporal entre a narrativa e o leitor da obra. A *História do Brasil* não é uma obra exemplificadora de um único registro histórico, mas o local em que dois tipos de temporalidades distintas, não excludentes, convergem. Essa oscilação estrutural entre uma narrativa de presença e sentido pode ser tomada como uma característica da historiografia moderna, em que a saturação epistemológica tende a variar de forma sincrônica.²⁰³ É interessante ressaltar também que “aspectos sensuais da realidade histórica foram reprimidos como uma orientação para entender a história da historiografia”²⁰⁴ o que, de fato, originou uma carência de estudos que versassem sobre esse aspecto estrutural da narrativa.

Nessa perspectiva, a *História* de Armitage divergiu profundamente da historiografia escrita pelos brasileiros. Grande parte da historiografia brasileira oitocentista teve como modelo epistemológico, e não apenas isso, sentiu sua realidade nos padrões de uma cultura de sentido. A narração de fatos da vida privada, feita de

²⁰⁰ Idem, Ibidem, p. 83.

²⁰¹ Idem, Ibidem, p. 123-126.

²⁰² Idem, Ibidem, p. 121-122.

²⁰³ ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich GUMBRECHT. *Varia História*, v. 22, 2006, *passim*.

²⁰⁴ Idem, Ibidem, p. 323.

forma sentimental por Armitage, possivelmente foi tida como característica negativa dessa *História*, uma vez que a inserção desses elementos poderia indicar um descaso com a dignidade nacional. Por outro lado, problemas teóricos e políticos subjacentes à escrita da história contemporânea, a necessidade de efetuar um levantamento documental, para que a memória do passado não fosse perdida, e mesmo a delimitação cronológica da história do Brasil figuram como discussões que parecem ter assombrado muito mais os sonhos dos brasileiros oitocentistas do que preocupações sobre as formas narrativas em geral.

A caracterização feita por John Armitage de D. Pedro I como um imperador volátil que se deixava levar pelos seus sentimentos e pelos rumos de sua vida privada e da Imperatriz Leopoldina como a catalisadora de todos os males advindos de um casamento infiel vai ao encontro dessa nova forma historiográfica inaugurada pela historiografia britânica setecentista. D. Pedro, após conseguir a dissolução da Assembleia Constituinte, reconheceu publicamente Domitila como sua concubina, conferindo-lhe o título de Marquesa de Santos, edificando “um palácio para sua residência, na vizinhança de S. Cristovão. Ao mesmo tempo o seu tratamento para com a infeliz Imperatriz era o mais insensível”.²⁰⁵ As dificuldades enfrentadas por D. Pedro no relacionamento conjugal e a publicidade de seu envolvimento com outra mulher não são apenas elementos pictóricos ou anedóticos de sua vida privada, mas serviram como ponto central no desfecho de algumas decisões políticas importantes para o Brasil. A exploração da vida pessoal e sentimental de D. Pedro e da Imperatriz Leopoldina são passagens estruturantes no livro de Armitage, que visam legitimar o movimento que levou à abdicação e à Regência.

A mobilização do vocabulário patético do sofrimento auxiliou Armitage na narrativa dessa história nacional, principalmente no que se refere ao drama conjugal enfrentado pela Imperatriz. Ao invés de focar a narrativa do sofrimento em D. Pedro, no qual *a priori* seria mais difícil de encontrar identificação por meio da simpatia entre seus leitores, transferiu todo o sofrimento para a traída e indefesa Imperatriz. A temática

²⁰⁵ ARMITAGE, João. *Op.Cit.*, p. 112-113. No original: “[...] he had no longer the same motives, either for the exertion of his talents, or the concealment of his failings. Temptations were necessarily multiplied around him; men of integrity were as much as possible excluded from his presence; and the plain and simple language of truth and soberness, was superseded by the vilest adulation. [...] and erected a palace for her residence in the immediate vicinity of San Christovao. At the same time, his treatment of the unfortunate Empress was most unfeeling.” ARMITAGE, John. *Op. Cit.* Vol. 1, p. 200-201.

do casamento, como fonte infinita de sofrimento e desgosto, não passou despercebida na *História do Brasil*.

Armitage relata que por ocasião do desempenho insatisfatório da tropa brasileira na guerra em Montevideú, Dom Pedro resolveu encontrá-la, na esperança de poder conferir novo vigor e estímulo aos seus soldados. Durante essa viagem, a Imperatriz ficou gravemente doente por causa de uma pancada desferida por seu esposo antes de sua partida:

Durante a ausência do Imperador, a Imperatriz enfermou-se e morreu. Das notícias cautelosas que então se publicaram a respeito deste triste acontecimento, nenhuma informação exata se pôde colher; mas infelizmente, para o crédito de D. Pedro, a verdade é hoje muito conhecida. Antes da sua partida tivera ele uma entrevista com a Imperatriz, de que alguma altercação resultou: a sua união desde muito tempo era infeliz. Toda a preponderância que deveria pertencer à Imperatriz, passara para a Marquesa de Santos; e tal era a paixão de D. Pedro por esta senhora, que por uma carta imperial havia reconhecido como sua filha uma menina que ela dera à luz em 1825, conferindo-lhe o título de Duquesa de Goiás. A sua conduta para com a Imperatriz era a mais dura; asseverava-se até que lhe dera pancadas na precitada altercação. Talvez haja nisto exageração; mas, o que é certo, é que a desgraçada Imperatriz, que se achava nessa ocasião muito adiantada na sua gravidez, foi conduzida logo do lugar da entrevista para o leito de dor, e só se ergueu para uma curta peregrinação à Igreja da Glória, onde se fazia debalde preces para a sua melhora. Depois de uma dolorosa enfermidade, os sofrimentos de Sua Majestade terminaram com a morte em 11 de Dezembro de 1826.²⁰⁶

Não bastassem os sofrimentos vividos pela Imperatriz advindos de um casamento sem amor e de uma gravidez abortada prematuramente por um ato inconsequente de seu marido, Armitage continua a descrição de sua morte admitindo que era:

²⁰⁶ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 140. No original: “during the absence of Emperor, the Empress sickened and died. From the garbled accounts which were at this time published regarding this distressing event, but little accurate information can be gleaned; but unfortunately for the credit of Don Pedro, the truth is at present only too notorious. Before his departure he had an interview with Her Majesty, on which occasion some altercation ensued. Their union had long been unhappy. All the influence which ought naturally to have appertained to the Empress had passed into the hands of the Marchioness de Santos; and to such an extent had the infatuation of Don Pedro for this lady, attained, that in an official edict he had recently avowed an infant, to which she gave birth in 1825, as his daughter, by the title of Duchess de Goyaz. His demeanour towards the Empress was at the same time unfeeling, and on the present occasion he is even accused of having had the brutality to strike her. In this there may possibly be some exaggeration, but what is certain is, that the unfortunate Empress, who was at this period far advanced in her pregnancy, was forthwith conveyed from the scene of their interview to a sick-bed, whence she never rose again, excepting to perform a short and painful pilgrimage to the Gloria Church, where vows were in vain offered up for her recovery”. ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 264-265.

[...] penoso, mesmo para um estrangeiro, o conhecer que seus últimos momentos foram amargurados por um insulto, que poderia mui bem ter-lhe sido poupado. Nas agonias da febre que precedera a morte, a Marquesa de Santos teve o cruel arrojo de apresentar-se para ser admitida à câmara da enferma. Esta exigência produziu naturalmente alguma confusão na antecâmara, sobre a qual Sua Majestade se quis informar. Até então havia ela suportado o mau tratamento de D. Pedro com a mais exemplar submissão, mas esse último insulto fez reviver no peito da Imperatriz a nobre dignidade da Casa de Áustria, e recusou em termos decisivos e explícitos receber a intentada visita. Enraivecida por esta denegação, a Marquesa tentou dirigir-se à câmara da augusta doente, e te-lo-ia conseguido a não ser a interposição pessoal do Marquês de Paranaguá, Ministro da Marinha, que se postou à porta e lhe disse: “Tenha paciência, Senhora Marquesa, Vossa Excelência não pode entrar”. Retirou-se portanto a Marquesa ameaçando vingar-se de todo o Ministério, o que com efeito executou em parte pouco tempo depois. Ainda antes de falecer a Imperatriz, já a Marquesa havia escrito a D. Pedro queixando-se do mau tratamento que encontrara no paço.²⁰⁷

O desfecho dessa história é apresentado com a volta de D. Pedro à Corte, não para as exéquias fúnebres de sua esposa, mas indignado pelas injúrias feitas à Marquesa pelo Ministro da Marinha, e tratando em reunião seus Ministros de forma vulgar, todos pedem demissão conjunta de seus cargos.

Armitage recorre ao discurso direto, tão comum na retórica clássica e utilizado largamente, no intuito de produzir maior impacto nos leitores, para amplificar a força de seu argumento. A incorporação de estratégias retóricas clássicas é visível em seu discurso, contudo o interesse pelo sentimento e mesmo o embate produzido narrativamente entre as figuras da Imperatriz e da Marquesa de Santos são uma total novidade. David Hume, na *History of England*, também utilizou-se dessa estratégia de

²⁰⁷ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 141. No original: “It is painful even to the stranger to know, that her last moments were embittered by an insult, which might well have been spared. During the agonies of the fever prior to her decease, the Marchioness de Santos had the heartless effrontery to present herself for admittance to the sick-room. The demand naturally created some confusion in the antechamber, of which Her Majesty inquired the cause. She had hitherto borne the ill-treatment of Don Pedro with the most exemplary submission, but this last insult instantaneously called up in her bosom the proud spirit of the House of Austria, and she refused, in decisive and explicit terms, to receive the projected visit. Incensed beyond measure at the refusal, the Marchioness attempted to force her way into the chamber of the Royal Invalid, and would have succeeded, had it not been for the personal interposition of the Marquis de Paranogoa, the Minister of Marine, who planted himself on the threshold, and told her, ‘Tenha paciência Senhora Marqueza Vossamerce não pode entrar.’ — ‘Have patience, my Lady Marchioness, you cannot enter. ‘Her Ladyship, in consequence, retired with many threats of vengeance on the entire Cabinet, some of which were shortly after carried into execution. Before the death of the Empress had taken place, the letters of the Marchioness, complaining bitterly of the treatment which she had met with in the Palace, were already far advanced on their way to Don Pedro”. ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 265-266.

confrontar duas mulheres diretamente, a rainha Elizabeth e Mary da Escócia, na tentativa de potencializar o sentimento de piedade dos leitores por meio da utilização do vocabulário do sofrimento na narrativa.

A figura feminina talvez parecesse encaixar-se melhor na narrativa sentimental, tendo em vista que o mundo feminino foi se constituindo como o horizonte da sensibilidade em si. Os romances de Samuel Richardson, por exemplo, apontam a sensibilidade feminina como a melhor encarnação do instinto social, em que virtudes sociais, como a delicadeza e a sensibilidade, tinham um terreno fértil. Nesse sentido, a conversa e a amizade conectam-se com hábitos de sociabilidade, em que a sensibilidade feminina foi representada como a base de uma comunicação mais livre e virtuosa.²⁰⁸ O feminino também era tido como o espaço das paixões, onde figuravam as deusas caprichosas Fortuna e Luxúria. O mundo feminino seria alçado ao papel de refinar as paixões, mesmo correndo o risco de tornar a sociedade efeminada. Ao longo do século XVIII, o papel das mulheres como “empreendedoras culturais, estimulando a troca de polidez e refinamento, de diversas maneiras” consolidou-se e as noções de comércio e cultura cada vez mais foram sendo associadas ao processo de refinamento das paixões.²⁰⁹

Tratando da morte da Imperatriz, Armitage declara que:

Quando finalmente se extinguiu a vida, fizeram-se todos os preparativos segundo as etiquetas da Corte para o solene beija-mão que deveria ter lugar no dia seguinte. Como verdadeiros Cortesãos, as criaturas da fortuna de D. Pedro evitavam quando lhes era possível a presença da Imperatriz; à exceção de alguns fiéis criados que a haviam acompanhado da Alemanha, e que se achavam ligados a ela por outros nas suas horas de solidão. Contudo, logo que a Imperatriz se tornou insensível às suas atenções, apresentaram-se circundando o augusto cadáver: aqueles mesmos que a haviam tratado com frieza e insulto em quanto vivera, curvavam-se agora com baixa a adulação perante estas cinzas; e durante algumas semanas as colunas do *Diário Fluminense* se encheram de elegias, monodias, enfadonhas e exageradas narrações da pompa e do cerimonial que se executara nas exéquias fúnebres. Depois de ter sido exposta em estado por três dias, seus despojos mortais foram depositados no Convento de Nossa Senhora da Ajuda, e a terra veio cobrir a filha dos Césares, a irmã da esposa de Napoleão. De gênio amável, porém destituída de atrativos pessoais, nunca teve a felicidade de ganhar as afeições de D. Pedro; acrescento a isto que antes da sua chegada havia-se este ligado a uma

²⁰⁸ MULLAN, John. *Sentiment and Sociability: the language of feeling in the Eighteenth Century*. Oxford: Clarendon Press, 2002, p. 4-5.

²⁰⁹ POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 153-158.

pessoa de quem D. João o separara violentamente. É talvez a esta circunstância que se pode atribuir a causa da negligência, e mesmo da crueldade com que D. Pedro tratara sua desgraçada esposa. Se ela tivesse preponderado mais em seu ânimo, melhor teria sido, tanto para ele, como para o Brasil; porquanto eram as suas vistas muitas vezes varonis, e gozava de considerável popularidade, o que ao depois se evidenciou pelo pagamento de suas dívidas, que subiam a oitenta contos de réis, pelo cofre da nação, ordenado pela Assembléia Legislativa.²¹⁰

Não se trata de fazer um julgamento das escolhas e atos da Imperatriz, mas, como ressaltou Hume em seu *Tratado*, de ter em mente que a simpatia é crucial nesse jogo de forças, no sentido de que a “‘tendência’ da ‘paixão’ de uma pessoa pode ser julgada, ‘não com imparcialidade’, mas ‘por uma simpatia com os sentimentos das pessoas, que têm uma relação mais especial com ela’”. A simpatia poderia inventar ou elaborar um contato que transcende interesses particulares²¹¹ e, ao mesmo tempo, suspender as atribuições de sentido do leitor.

A inter-relação de uma sociedade comercial, como será apresentada no próximo capítulo, com a linguagem do sentimento é latente, na medida em que esse tipo de sociabilidade depende da exteriorização dos sentimentos. A sociabilidade é fundada tanto na delicadeza e na efusão do sentir, quanto na valorização do afeto.²¹²

²¹⁰ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 141. No original: “When, at length, the vital spark became extinct, preparations were made, in conformity with the established rules of Court etiquette, for a solemn “beijamão” or kissing of hands, to take place on the following day. Like true courtiers, the adherents to the fortunes of Don Pedro had, before this, abstracted themselves as much as possible from the presence of the Empress, and with the exception of a few faithful attendants, who had followed her from Germany, and who were bound to her by other ties than those of interest, none were found willing to cheer her hours of solitude. No sooner, however, had she become insensible to their attentions, than all again crowded around her. They who had treated her with coldness and insult while living, now bent down in lowly adulation to her ashes; and for weeks after, the columns of the *Diario Fluminense* were filled with little beside elegies, monodies, and fulsome and exaggerated relations of the pomp and ceremonies instituted on the melancholy occasion. After having lain in state three days, her remains were finally interred in the Convent of Nossa Senhora de Ajuda, and the earth closed over a daughter of the Caesars, and a sister to the bride of Napoleon. Amiable in her disposition, but devoid of personal attractions, she never had the happiness to secure the affections of Don Pedro, who had another attachment at the period of her arrival from the object of which he was violently separated by Don Jon; and to this circumstances may, perhaps, be traced some of the instances of neglect, and even of cruelty, with which he treated his unfortunate wife. Had her influence over him been greater, it might have been well both for himself and for Brazil; for not only were her views often masculine, but that her popularity was also considerable, was shortly afterwards evinced by the payment of her debts, amounting to eighty contos, from the national purse, by an act of the Legislative Assembly”. ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 265-267.

²¹¹ Tradução nossa. Citado em MULLAN, John. *Op. Cit.*, p. 55. No original: “‘tendency’ of a person’s ‘passion’ can be judged, ‘not with impartiality’ but ‘by a sympathy with the sentiments of those, who have a more particular connexion with him’”.

²¹² Idem, *Ibidem*, p. 2 -7.

2.2. *A sociedade comercial como horizonte interpretativo da história nacional*

A partir de finais do século XVIII, o vocabulário do humanismo comercial²¹³ surgiu como horizonte explicativo do grau de desenvolvimento civilizacional das nações. Por meio do comércio, seria possível promover a expansão cultural e o refinamento das maneiras, já que essa atividade intensificaria o contato dos homens com as pessoas e as coisas produzidas. Armitage relata como a colonização portuguesa, até 1808, gerou a impossibilidade de desenvolvimento de uma sociedade comercial no Brasil. Ao invés de Portugal estimular o desenvolvimento das sociabilidades modernas em sua colônia, realizou uma colonização baseada na inveja dos progressos brasileiros.

A esfera do sentimental, que surgiu como foco historiográfico graças ao interesse britânico pelo mundo do social, constitui um dos elementos do humanismo comercial que teve início, basicamente, do embate entre dois modos de se discursar sobre a política: o humanismo cívico e o modo jurídico, articuladores dos vocabulários da linguagem da virtude republicana e da linguagem da jurisprudência. Tal linguagem foi construída por meio da necessidade de compatibilizar *virtude e comércio*, sem que isso levasse fatalmente à corrupção do cidadão, que deveria ao mesmo tempo ser autônomo e prover sua autonomia por meio do comércio. Antes do século XVIII, virtude e comércio eram conceitos que estavam em vocabulários políticos opostos. Por um lado, virtude esteve associada ao humanismo cívico em que o *vivere civile* tornava o homem cidadão e, assim, a virtude era a realização do bem público na esfera política. Por outro lado, o vocabulário da jurisprudência preocupava-se com o que era possível ser distribuído – as coisas e os direitos – em oposição à virtude, que não poderia ser reduzida nem a um direito, nem ser distribuída. A esfera de destaque da jurisprudência, ao contrário do republicanismo cívico, não reside na política, mas no social, pois é neste plano em que as coisas podem ser distribuídas. O cidadão passa então a “ser definido não por suas ações e virtudes, mas por seus direito às coisas e sobre as coisas”. A jurisprudência pode ser vista como “predominantemente social, preocupada com a administração das coisas e com as relações humanas que se realizam por mediação das coisas, em oposição a um vocabulário cívico do puramente político, orientado para as

²¹³ O tradutor deste artigo optou por traduzir “*commercial humanism*” por humanismo mercantilista, contudo achamos que humanismo comercial indica melhor o que Pocock pretendia dizer. Por isso, adotamos a nomenclatura humanismo comercial, ao invés de humanismo mercantilista.

relações pessoais não mediadas, implicadas pela igualdade e pelo governar e ser governado”.²¹⁴

Com a aproximação entre virtude (humanismo cívico) e comércio (jurisprudência) no século XVIII, a primeira sofreu uma redefinição e começou a atender pelo nome de “maneiras”. Na medida em que o mundo medieval foi deixando de existir, pela inserção do comércio no dia-a-dia das pessoas, as relações e interações dos seres sociais com os outros e com as coisas foi se tornando mais complexa e desenvolvendo diversos aspectos da personalidade do indivíduo. Esse novo tipo de relação era:

[...] de natureza social e não política, as capacidades que elas levavam o indivíduo a desenvolver não eram chamadas de ‘virtudes’, mas de ‘maneiras’ [...]. A psicologia social da época afirmava que encontros com coisas e pessoas evocavam paixões e as refinavam, transformando-as em maneiras. Era preeminente a função do comércio refinar as paixões e polir as maneiras.²¹⁵

Nesse tipo de sociedade comercial, que surgiu junto com o humanismo comercial, a virtude foi redefinida como prática e refinamento das maneiras e o homem especulativo “[...] não devia ser escravo de suas paixões, ele tinha de moderá-las, convertendo-as em opinião, experiência e interesse, e em um sistema de laços sociais que esses elementos reforçavam”. À medida que o refinado homem da sociedade comercial e cultivada olhava para o passado, enxergava paixões ainda não socializadas, às quais ele dava nomes como ‘barbarismo’ e ‘selvageria’.²¹⁶

A centralidade do comércio como fator de expansão cultural e o refinamento das paixões, dado por meio do contato com as pessoas e coisas, são aspectos desse vocabulário de fins do século XVIII extremamente relevantes para entender o horizonte linguístico disponível para John Armitage. A expansão do Império Britânico apropriou-se e modificou o vocabulário do humanismo comercial por meio da incorporação de novos elementos a essa linguagem. A expansão comercial foi certamente o componente sustentador da construção do Império Britânico, permitindo à Inglaterra ser o entreposto para o mundo. Os recursos advindos de outros países ou regiões, a adaptabilidade dos seus cidadãos e instituições foram fatores decisivos, não só para a emergente economia

²¹⁴ POCOCK, John. *Op. Cit.*, p. 91.

²¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 97.

²¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 155.

da Grã-Bretanha, mas também para o desenvolvimento pleno de seu Império.²¹⁷ Essa rede comercial também propiciou o encontro entre pessoas de partes e continentes distintos, fazendo que o tipo de experiência entre pessoas e coisas do humanismo comercial fosse multiplicado entre seus participantes.

A esfera social foi o espaço em que o cidadão tinha a oportunidade de entrar em contato com as pessoas e as coisas, na tentativa de polir as maneiras, e sua interioridade tornou-se o lugar no qual esse contato seria forjado. A esfera do sentimental teve grande importância dentro da linguagem do humanismo comercial, juntamente com o mundo do social, comercial e cultural, na definição da virtude moderna.²¹⁸ Com isso, a educação sentimental, ou seja, o processo de refinamento das paixões adquiriu destaque nessa nova sociedade comercial, na medida em que foi considerada como o primeiro passo para o viver em sociedade.

Para Armitage, os portugueses e seus descendentes brasileiros não formavam uma sociedade comercial em vários aspectos. A educação sentimental constituinte de uma sociedade comercial não apresentava indícios de existência em solo brasileiro. Comparando a vivacidade e sociabilidade dos espanhóis e a apatia dos portugueses e brasileiros, Armitage declarava que:

A jovialidade dos americanos espanhóis, e particularmente das mulheres, que contrasta com a monótona gravidade dos portugueses, e dos seus descendentes brasileiros, atrai a atenção dos viajantes. No Brasil há muito poucas relações sociais, ainda mesmo entre amigos íntimos. As mulheres são retiradas em reclusão quase claustral, e tomam muito pequena parte na conversação da sociedade. Em Montevideu e Buenos Aires pelo contrário, todas as noites são dedicadas ao teatro, ao baile ou tertúlia, ou à partida: nem a guerra, nem a revolução, nem a fome podem mudar a inclinação nacional a este respeito: daqui nasce a superior atração das senhoras espanholas. As suas maneiras são encantadoras, e ainda que imperfeitamente educadas, a sua conversação é cheia de espírito e da variedade. Não é portanto de admirar que este contraste tanto preponderasse sobre os oficiais brasileiros: acharam nas senhoras espanholas muitos atrativos, e mais acessível sociabilidade do que jamais haviam experimentado nas suas patrícias, de modo que muitos casamentos se efetuaram, mesmo na expectativa de proximamente entrar em campanha.²¹⁹

²¹⁷ PORTER, Andrew. Introduction. *Op. Cit.*, p. 9.

²¹⁸ POCKOCK, John. *Op. Cit.*, p. 98.

²¹⁹ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 132. No original: “The gaiety of the South American Spaniards, and particularly of the females, as contrasted with the monotonous gravity of the Portuguese and their Brazilian descendants, arrests in a remarkable degree the attention of every traveler. In Brazil there is but little social intercourse even amongst intimate friends. The women are retained in almost conventual seclusion, and have but little voice in society. In Monte Video and Buenos Ayres, on the contrary, every evening is dedicated either to the theatre, the ball, or the tertulia, or sirée; and neither war, nor revolution,

Armitage detém-se na descrição da falta de sociabilidade das mulheres portuguesas e brasileiras, que não foram introduzidas à sociabilidade moderna das conversações filosóficas, da dança, enfim, do viver em sociedade. A criação de espaços de sociabilidade, como clubes e cafés, juntamente com a imprensa periódica seriam importantes para o desenvolvimento da esfera pública social brasileira.²²⁰ Começa a delinear-se a contraposição, que está sempre presente na *História do Brasil*, entre o modelo britânico, não só de colonização, mas de historicidade, o qual Armitage apresenta como comercial e dinâmico, em contraposição ao português, atrasado e estagnado. Assim, para o autor, a expansão comercial seria uma das formas pelas quais a sociabilidade, gerada pela maximização do contato entre pessoas e coisas de diferentes partes do mundo, poderia ser adquirida pelos brasileiros.

No início de sua *História do Brasil*, Armitage resume o estado da sociedade brasileira antes da chegada da Família Real, alegando que:

No fim do século passado, a população podia ser estimada em cerca de três milhões e seiscentas mil almas, das quais dois quintos eram escravos, sendo a maior parte da gente livre uma raça mista de origem africana, índia e europeia; mas a branca continuou a ser a única a quem eram confiados os poderes políticos. É óbvio que não podia existir homogeneidade de ideias e de costumes em um povo composto de tantas castas; contudo, o caráter mais geral era aquele que facilmente se pôde calcular, segundo a natureza das instituições. Mantido pelo trabalho dos escravos, habitando um clima onde as produções da terra, são quase espontâneas, *privado do estímulo e das ciências que a livre comunicação com as nações estrangeiras teria ministrado*, era pela maior parte um povo indolente e apático.²²¹

nor famine, have as yet been able to change the national bias in this respect. Hence the superior attractions of the Spanish ladies. Their manners are in general fascinating; and though imperfectly educated, their conversation is replete with wit and variety. It cannot be surprising then, that the contrast should have had its weight with the Brazilian officers. They found superior attractions among the Spanish ladies, and a greater facility of access to society than they had as yet experienced among their own countrywomen; and many marriages were the result even on the verge of an expected campaign.” ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 245.

²²⁰ Para um detalhamento desse processo no Brasil, vide MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

²²¹ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 30. Grifos nossos. No original: “At the close of the last century, the population might be estimated at about three millions, six hundred thousands; of whom, about two-fifths were negro slaves. The majority of the free population were also a mixed race, derived jointly from African, Indian, and European origin; the white inhabitants being the only class as yet entrusted with political power. In the ideas and manners of a people comprising so many different castes, it is evident there could be but very little similarity; still their more general characteristics were in every respect such as might be anticipated from the nature of their institutions. Provided for by the labour of slaves, inhabitants of a climate where the productions of the earth are almost spontaneous, and devoid alike of

Para Armitage, a falta de estímulo no desenvolvimento das sociabilidades modernas seria o resultado da privação de uma sociedade comercial pelos habitantes do Brasil.²²² Relata em sua *História* que, até o início do século XIX, não havia nenhuma tipografia ou universidade brasileira e a educação era extremamente precária. Além disso, um povo apático é um povo sem paixão. Considerando a reformulação da virtude pelo humanismo comercial, a paixão deixou de ser um vício para se constituir como virtude, desde que polida pelo comércio, formatada pela educação sentimental e transformada em maneiras. As paixões humanas ou o sentimento são componentes fundamentais dessa historicidade.

Armitage, apesar de não contrapor diretamente as diferenças entre as propostas de colonização portuguesa e britânica deixa clara a deficiência da postura de Portugal diante de sua colônia. O inglês William Knighton escreveu, em 1845, uma *History of Ceylon* e, ao final da obra, realizou um breve esboço do estado atual de desenvolvimento da ilha em relação à época em que se tornou uma das colônias britânicas. Orgulhava-se principalmente dos muitos progressos promovidos pelo governo britânico, por meio do estímulo do comércio, que resultaram na criação de escolas, abertura de estradas, o melhoramento da produção agrícola, entre outras coisas.²²³

De forma totalmente diversa, Armitage descreve várias vezes uma suposta inveja dos portugueses em relação aos avanços do Brasil, que impedia o desenvolvimento desta região e oprimia suas potencialidades.²²⁴ Existia uma diferença marcante entre o Brasil independente e o Brasil colônia, não apenas formulada na *História do Brasil*. Uma interpretação sobre o desenrolar da história nacional como oprimida por Portugal foi sendo construída principalmente após a proclamação das Cortes de Lisboa, quando

the stimulus and the instruction, which must have resulted from a more unrestricted communication with foreigners, they were for the most part an indolent and apathetic race” ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 8-9.

²²² Armitage chega a afirmar que: “[...] ausência de todos os dados de sociabilidade que podia se afirmar a não existência de uma opinião pública”. Grifos do autor, cf. ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 31. No original: “[...] and such was the absence of all the elements of sociability, that public opinion could not at this period be said to have any existence”. ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 10. Na passagem em inglês não aparece nenhum grifo.

²²³ KNIGHTON, William. Present State of Ceylon. In: __. *The History of Ceylon from the earliest period to the present time*. Edinburgh: Longman, Brown, Green & Longmans; Smith, Elder & Co; Madden & Malcolm, 1845, pp. 358-369.

²²⁴ As páginas em que os portugueses aparecem como tendo ciúme/inveja (*jealousy*) dos progressos do Brasil são: p. 17, 30, 36, 38, 41 da edição em português. Exceto na página 17 em que *jealousy* foi traduzido por “apreensões”, todos os outros trechos constam como ciúme ou inveja.

se instaurou a sensação entre os brasileiros de estarem regredindo do ponto de vista das liberalidades políticas e a mãe Portuguesa constantemente figurou como opressora desse que deveria ser o mais novo Império. O conceito de opressão foi largamente utilizado na luta política na Independência, assim como o conceito de despotismo esteve associado à eliminação de um governo baseado em sistema colonial que destruía a liberdade dos brasileiros.²²⁵

A história do Brasil e de Portugal apresentavam rasgos de ruptura por causa do fantasma do passado colonial e da recolonização. Sintoma dessa percepção foram os dois Manifestos públicos divulgados por D. Pedro pouco tempo antes da Independência. O primeiro deles, publicado em 1º de agosto de 1822 e escrito por Joaquim Gonçalves Ledo, intitulava-se *O Manifesto aos Povos do Brasil* e justificava que foram as artimanhas da Corte de Lisboa que obrigaram os brasileiros a buscar em D. Pedro seu representante e garantidor dos direitos, tendo em vista que os legisladores portugueses extrapolaram suas funções, que não os permitia serem soberanos de toda a monarquia portuguesa. O segundo pronunciamento público veio cinco dias depois, com o *Manifesto às Nações Amigas*, escrito por José Bonifácio, o qual ponderava a necessidade de ruptura com Portugal, mas dizia que, devido ao despotismo das Cortes de Lisboa, na insistência de retroceder ao sistema colonial antigo, o povo brasileiro via-se sem escolha.²²⁶ Poucos meses depois, poderia ser lido pelos brasileiros no periódico *O Espelho* que o medo da recolonização pairava por causa da intransigência da Corte de Lisboa de exigir a volta de D. Pedro para Portugal,

A adoção de um governador das Armas independente do Rio de Janeiro em cada província, a criação de governos fantasmas e sem força constituídos pelas Juntas ligadas diretamente à Lisboa e o emprego exclusivo de europeus, não só nos cargos comuns da nação, mas até mesmo nos particulares do Novo Mundo [...].²²⁷

Diante da justificativa de que os brasileiros deveriam ser independentes, sob a proteção de D. Pedro, para não serem recolonizados, instaurou-se o discurso do passado colonial como despótico e opressor.

²²⁵ *Apud*: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 124-129.

²²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 365-366

²²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 370

Este estado de “colosso submisso, sem pretensões, e dependente de Portugal”²²⁸ em que o Brasil encontrava-se antes de 1808, também teve sérias consequências para a metrópole, na medida em que:

Semelhante a todas as dominações fundadas sobre a violência, o poderio português encerrava em si mesmo o germe de sua destruição. Além da aniquilação da sua nobreza, cuja aristocracia podia contrapesar a do clero, a demasiada extensão dos domínios exauriam as riquezas e a população da Metrópole; se os seus habitantes houvessem tido o comércio como objeto essencial, assim como o tinham os holandeses na mesma época, teriam podido enriquecer a Metrópole; mas desgrazadamente o espírito cavalheiresco era o que predominava, e a conquista era o fim primário a que se propunha com sacrifícios que agora parecem incríveis.²²⁹

A expansão portuguesa teria se preocupado mais com a exploração de partes diferentes do globo terrestre do que em alimentar os valores de uma sociedade comercial, preferindo continuar como uma sociedade medieval, em que prevalecia o espírito cavalheiresco. As consequências da postura cavalheiresca portuguesa refletiam em todas as dimensões dessa sociedade:

A pobreza da literatura portuguesa é reconhecida em toda a Europa; Durante os três últimos séculos mui raros escritores lusitanos tem aparecido: contudo, o idioma essencialmente derivado do latino, do teutônico e do árabe, é rico, harmonioso e fluente. No começo do século décimo-sexto, quando a ambição das empresas conduzia os portugueses ao descobrimento do Brasil e à conquista de parte da Ásia, apareceram poetas e historiadores, que se possuíam do espírito e da idade em que viviam, e nasceu uma então nova literatura, contemporânea da descoberta de um novo mundo: mas o estabelecimento da Inquisição no reino que se seguiu, a excessiva emigração para a Ásia, a África, e a América, e a aniquilação da maior parte da nobreza de Portugal, que nesse tempo era quase a única classe instruída, nas guerras estrangeiras, e nas expedições suscitadas pelo fanatismo, contribuíram para a extinção prematura desta preeminência intelectual.

²²⁸ ARMITAGE., João *Op. Cit.*, p. 31. No original: “colossal yet submissive and unaspiring dependency of Portugal” ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 12.

²²⁹ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 169-170 e p. 173. No original: “Like all other empires based on violence, however, this of the Portuguese appears to have engendered within its own bosom the seeds of this overthrow. Independently of the annihilation of her nobility, whose aristocracy alone could balance that of the Clergy, the too extensive dominions of the mother country drained her alike of her riches and of her population. Had her inhabitants, like the Dutch at the same period, had chiefly a commercial object in view, they might possibly have enriched the parent State; but unfortunately, the 'spirit of chivalry' was far too rife amongst them, and conquest was the great and primary object, at a cost which at present appears almost incredible.” ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 2, p. 4-5.

A energia de um povo bravo e empreendedor encolheu-se de repente; e nas próprias palavras de um cronista português: “Um Estado, que poucos anos antes havia suscitado a admiração e a inveja universal, tornou-se logo depois um objeto de exemplo e de compaixão a toda a Europa.” Conquanto esta asserção pareça anômala, a decadência da nação portuguesa pode ser rastreada pelas vantagens sucessivas que alcançara na África, na Ásia e na América.[...]

Por ocasião da descoberta da passagem à Índia, e da conquista de uma parte desse território, a emigração de todas as classes da população ainda mais se aumentou. Além da ambição das empresas, natural aos ânimos ardentes, havia os três mais fortes incentivos que dominam no peito humano, fanatismo religioso, nacionalidade, e o amor do ganho. Todos, desde os indivíduos da mais alta hierarquia, até aos da mais baixa, estavam imbuídos da convicção que aqueles que morriam combatendo os mouros, e os outros povos infiéis, tinham segura a sua salvação, qualquer que fosse a gravidade de seus pecados; e daí se originava a energia e intrepidez com que eram conduzidas estas novas cruzadas.²³⁰

Tendo em vista o processo de independência, o Brasil não mais poderia apresentar-se como possível local onde a regeneração de Portugal seria efetuada. Talvez a melhor solução para o Brasil, pensava Armitage, fosse, pelo comércio e pela interação com novos horizontes, chegar à tomada de consciência de que a sociedade cavalheiresca não deveria ser também seu destino.

O representante máximo português em solo brasileiro, D. Pedro I, parecia também não ter o comércio como um dos objetivos principais para o polimento de seus

²³⁰ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 168-169. No original: “The poverty of Portuguese literature is well known throughout Europe. During the last three centuries scarcely a single Lusitanian writer of genius has laid his lucubrations before the public. Yet the language, an idiom derived principally from the Latin, Teutonic and Arabic tongues, is in itself rich, harmonious, and flowing; and at the commencement of the sixteenth century, when the thirst of enterprise led alike to the discovery of Brazil and partial subjugation of India by the Portuguese, the poets and the historians of the time caught the spirit of the age in which they lived, and a new literature arose coeval with the discovery of a new world. But the establishment of the Inquisition during the following reign, the excessive emigration to Asia, Africa and America, and the annihilation of the greater part of the Portuguese nobility, who were at this period almost the only instructed class, in foreign wars, and fanatical expeditions, contributed to bring this intellectual pre-eminence to a premature close.

The energies of a brave and enterprising people were suddenly contracted, and in the words of a Portuguese Chronicler, 'a State that a few years before had been an object of universal admiration and envy, was ere long held out as a warning and an object of compassion to all Europe.' Anomalous as the assertion may appear, the decay of the Portuguese nation may be in a great measure traced to her uninterrupted success alike in Africa, Asia and America [...].

On the discovery of the new route to India, and the partial subjugation of this territory, the emigration of all classes of the population, as well as of the nobility, was still further increased. In addition to the thirst for adventure natural to all ardent minds, they were actuated by three of the most powerful incentives which can influence the human breast - religious fanaticism, the spirit of nationality, and the love of gain. From the highest to the lowest, they were all imbued with conviction, that whoever died combating with the Moors and other infidels, was certain of salvation, however manifold his crimes; and hence the energy and intrepidity with which these modern crusades were carried on.” ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 2, p. 3-4.

súditos. Principalmente por causa de seu envolvimento com a guerra da Cisplatina, Armitage caracterizou D. Pedro como um monarca bélico:

Elevado ao título de herói, durante a luta da Independência, parece ter sido guiado antes pelo exemplo de outros potentados, do que *pela madura consideração do estado social, e das necessidades do Brasil: daí talvez a ansiedade com que se empenhou em uma guerra, que de certo teve a sua origem na agressão, e que, depois de acabrunhar o comércio, embaraçar o progresso dos melhoramentos, e exaurir as finanças do Brasil, terminou com a completa cessão da província disputada*. Nas circunstâncias que preponderavam no Brasil, quando D. Pedro subiu ao trono, carecia-se mais de um hábil administrador, do que um herói.²³¹

A guerra não poderia trazer benefício algum ao Brasil, pelo contrário, esvaziava os cofres públicos e estagnava as atividades comerciais no país. A Guerra da Cisplatina, iniciada oficialmente contra Buenos Aires em 10 de dezembro de 1825 e que se estendeu até 27 de agosto de 1828, foi motivo de diversas críticas a D. Pedro de maneira geral. Com o apoio de Buenos Aires e liderados por João Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera, a província da Cisplatina declarou sua independência do Brasil, resultando no início da guerra. Essa não foi a primeira vez que a região do rio da Prata constitui-se como alvo de disputas. Inicialmente, em 1680, era tida como território português, após a fundação da Colônia do Sacramento, contudo passou a pertencer à Espanha em 1777. Como teve uma colonização mais efetiva no período do domínio espanhol, seus habitantes herdaram tanto a língua quanto os costumes desse povo, motivo pelo qual a reincorporação desse território por D. João, em 1821, gerou tanto desconforto na região.²³²

O desfecho da guerra foi desastroso para o Brasil, pois não apenas perdeu parte de seu território com o acordo selado pelo governo britânico, que criou a República Oriental do Uruguai, mas também viu seus cofres em risco com as despesas da guerra. Tal envolvimento bélico brasileiro não recebera uma boa acolhida na *História do Brasil*

²³¹ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 226. Grifos nossos. No original: “Elevated into a hero during the struggle for independence, he appears to have been guided rather by the example of the other potentates, than by any mature consideration of the existing social state and necessities of Brazil; and hence, perhaps, the eagerness with which he embarked in a war, which had certainly its origin in aggression, and which, after crippling the commerce, checking the progress of improvement, and exhausting the finances of Brazil, ended only in a full and unrestricted cession of the province in dispute. Under the existing circumstances of Brazil, when Don Pedro ascended the throne, it was an administrator rather than a hero that was required.” ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 2, p. 136.

²³² PIMENTA, João Paulo (2002). *Op. Cit.*, p. 215.

de Armitage. A caracterização de D. Pedro como um monarca bélico foi um ponto negativo de sua personalidade, na medida em que preferiu dedicar-se a uma atividade que Armitage via como limitadora da sociedade comercial e dos benefícios que esta poderia trazer ao Brasil.

A personalidade D. Pedro I certamente foi traçada de diversas formas dentro da historiografia brasileira oitocentista. Além dessa caracterização de Armitage, houve muitas outras que buscaram salientar sua pretensa tendência despótica. O alemão Carl Seidler, por exemplo, definiu o monarca como um “Napoleão transatlântico, porém sem os louros da vitória”, sendo “um dos personagens centrais do que o autor chamaria de uma ‘mogiganga tragi-heróica’, em que são descritas as desventuras da Guerra Cisplatina e os acontecimentos do império de 1825 a 1835”.²³³ Em outro contexto, foi comparado a Carlos X no que diz respeito às supostas tendências despóticas e absolutas de ambos, assim como, em outros momentos, também sofreu comparações nos mesmos termos com Bolívar e Fernando VII.²³⁴

O Brasil necessitava de um governante que o reconhecesse como separado e diferente de Portugal em um sentido mais amplo, ou seja, o Brasil era dotado de peculiaridades que deveriam ser levadas em conta, para equiparar-se às demais nações civilizadas e por civilizadas dever-se-ia entender sociedades comerciais. Armitage analisa o que possivelmente gerou a abdicação do monarca brasileiro:

Na verdade, nem o progresso da instrução, nem os esforços sediciosos do jornalismo, nem as irregularidades da vida privada de D. Pedro, eram a causa principal da sua impopularidade em todo o Império. Outra causa militava, além da má administração do Gabinete, causa de que nunca se fez menção, mas que todavia se fazia geralmente sentir: era nunca ter ele sabido ser o – HOMEM DO SEU POVO – nunca ter-se constituído inteira e verdadeiramente brasileiro.²³⁵

O Brasil e os brasileiros não poderiam ser encarados como uma parte, mesmo que desmembrada, de Portugal, pois existiam “peculiares necessidades, circunstâncias, e

²³³ LISBOA, Karen. Olhares estrangeiros sobre o Brasil no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: Senac São Paulo, 1999, p. 274.

²³⁴ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 16-17.

²³⁵ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 212-3. No original: “If the plain truth must be spoken, neither the progress of intelligence, nor the seditious efforts of the Journalists, nor the irregularities of the private life of Don Pedro, were the main cause of this own personal unpopularity throughout the entire Empire. For this there was another cause, apart also from the mal-administration of the Cabinet; a cause never openly alluded to, yet universally felt, and this was in his never having known how to become the MAN OF HIS PEOPLE, - in his never having constituted himself entirely and truly a Brazilian”. ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 2, p. 104.

localidades do Brasil” que não poderiam ser negadas.²³⁶ A independência contribuiu sensivelmente para acentuar a diferença entre portugueses e brasileiros, uma vez que os portugueses eram tidos como a classe privilegiada, tanto do ponto de vista financeiro, quanto político, enquanto os brasileiros não obtinham o mesmo tipo de privilégios.²³⁷ Nesses primeiros anos de 1820, a identidade brasileira foi constantemente contraposta à portuguesa em diversas instâncias. Após a queda do ministério dos Andradas, “o partido andradista se viu totalmente isolado e se entrincheirou na imprensa para dar combate aos novos adversários, procurando insuflar na opinião pública um ânimo antilusitano”.²³⁸ Nesse sentido, *O Tamoio* foi lançado menos de um mês após Bonifácio e seu irmão Martim Francisco terem saído de seus cargos. Claramente a favor dos Andradas, o periódico ganhou grande circulação, aumentando sua periodicidade em pouco tempo. Na terça-feira, 12 de agosto de 1823, *O Tamoio*, em sua primeira edição, denunciava os prejuízos da colonização portuguesa: “a sórdida avareza, o receio de perder tão rico tesouro, foi constantemente quem ditou as leis da sua administração, leis tirânicas, e absurdas, que em vez de prosperarem o nascente estabelecimento só tendiam a atrasá-lo, e a tirar-lhe as forças”.²³⁹

A preponderância dos portugueses no governo era tida como uma estratégia absolutista de D. Pedro e, após sua partida para Portugal, vista como tentativa de restauração da ordem anterior.²⁴⁰ O partido caramuru, por exemplo, apesar de não desejar de forma homogênea a volta do monarca, sempre viu seu governo com certo saudosismo, chegando a cogitar que D. Pedro poderia governar o Brasil durante a menoridade de seu filho.²⁴¹

A crítica severa aos portugueses e ao Imperador teve início no começo de 1831. Para os liberais moderados, existiam os bons portugueses, ou “adotivos”, que corroboravam com a causa nacional e os maus, que buscavam a volta do Brasil ao estado de opressão colonial. Depois da Garrafada, esse discurso mudou e uma facção

²³⁶ ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 206. No original: “peculiar necessities, circumstances, or localities of Brazil”. ARMITAGE, John. *Op. Cit.*, vol. 2, p. 87.

²³⁷ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 333-334.

²³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 334-335.

²³⁹ *O Tamoio*. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto & Cia., 12 de agosto de 1823. Número 01, p. 2.

²⁴⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca no início dos anos 1830. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006, p. 121.

²⁴¹ BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). *Op. Cit.*, p. 88.

lusitana foi apresentada na *Aurora Fluminense* como havendo se instalado no Brasil após a independência, no intuito de promover sua recolonização por meio do confronto entre os adotivos e brasileiros.²⁴²

O embate entre portugueses e brasileiros, entre opressão e liberdade, despontava como uma possibilidade de entendimento da história nacional e uma saída para a afirmação do Brasil enquanto dotado de singularidades. É curioso notar as palavras de Antônio Carlos de Andrada e Silva quando defendia seu projeto de naturalização para os que não haviam nascido no Brasil. Alegava que nenhum português poderia “amar de coração uma ordem de coisas que implica na ruína de sua pátria de origem” e “se eu fosse português detestaria a separação e a Independência do Brasil”.²⁴³ Desde a independência e do sentimento antilusitano que estava se desenvolvendo, a tensão entre o Brasil ser governado por um português, D. Pedro I, como se nessa terra tivesse nascido, era latente e provavelmente só pôde ser solucionada com a abdicação em favor de um legítimo patriarca nacional: D. Pedro II.

À frente da abdicação estavam os liberais moderados e exaltados, que apesar de serem facções com projetos de nação distintos, uniram-se contra D. Pedro. Desde 1826, os liberais moderados reuniam uma nova geração de políticos oriundos, em sua maioria, das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, que tinham fortes vínculos com os “produtores e comerciantes do interior mineiro, ligados ao abastecimento da corte e associados a indivíduos oriundos da pequena burguesia urbana e do setor militar”. Pouco tempo depois, por volta de 1829, os liberais exaltados articulavam-se com um “perfil social mais heterogêneo, pertencendo, em geral, às camadas médias urbanas (em particular, profissionais liberais e funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos) e com pouquíssima representatividade nos quadros da elite política imperial”.²⁴⁴ Desse modo, as divergências entre os dois principais grupos políticos concentravam-se mais no perfil institucional “de modo a definir o lugar das elites provinciais no novo Estado e na forma como consideravam a interação dos demais setores sociais”.²⁴⁵

²⁴² RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.*, p. 122.

²⁴³ NEVES, Lúcia M. B. P e MACHADO, Humberto Fernandes. *Op. Cit.*, p. 98.

²⁴⁴ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 59-60.

²⁴⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007, p. 28.

A formação de facções distintas e com diferentes projetos e tendências de governabilidade surgiram em oposição a D. Pedro I e no contexto das disputas pelo governo regencial, que trazia ao cenário desarticulado da elite política imperial novas opções.²⁴⁶ O período regencial foi o momento chave de construção da nação brasileira, em que a independência foi garantida, assim como os rumos da ordem nacional.²⁴⁷ Os liberais moderados, principalmente, obtiveram a maior parte do poder político da época, agrupando-se em torno da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, que se alastrou pelo país, chegando a mais de 90 filiais.²⁴⁸

Homens como Januário da Cunha Barbosa, Evaristo da Veiga, Justiniano José da Rocha, John Armitage, Frederico Leopoldo César Burlamaque estiveram ligados, em algum momento de suas vidas, pela égide da moderação. Foi nesse período de grandes mudanças e transformações, com a difusão da imprensa, reformas administrativas e militares, que a *História do Brasil* de John Armitage foi lida pelos brasileiros. Também nesse curto espaço de tempo, poderemos observar grandes mudanças historiográficas e epistemológicas, como a transformação do conceito antigo de história para o moderno e a tentativa de delimitar os rumos do que deveria ser a história nacional. Exploraremos esses tópicos no próximo capítulo.

²⁴⁶ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). *Op. Cit.*, p. 97.

²⁴⁷ MOREL, Marco (2003). *Op. Cit.*, p. 10.

²⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 36.

CAPÍTULO 3: A *HISTÓRIA DO BRASIL* E OS BRASILEIROS OITOCENTISTAS

3.1. Evaristo da Veiga e a autoria da *História do Brasil*

Após a publicação da *História do Brasil*, surgiram dois debates, um em relação à autoria e outro em relação ao tradutor brasileiro (ou português), diretamente ligados ao envolvimento de John Armitage com Evaristo da Veiga. O primeiro debate, sobre a autoria, só surgiu em finais do século XIX e início do XX. Podemos verificar, por meio dos comentários que saíram logo depois da publicação da *História do Brasil* em língua portuguesa, que não havia dúvidas quanto a Armitage ser o autor dessa obra. Contudo, com o passar dos anos e a perda das informações pelo tempo, Eugênio Egas foi impelido a buscar dados sobre esse ilustre desconhecido escritor. Com o intuito de solucionar cabalmente o problema sobre a autoria desta *História*, ofereceu “Ao Leitor” informações inéditas da trajetória de Armitage até aquele momento.²⁴⁹ Por meio de uma carta enviada ao editor do periódico inglês P. C. (são indicadas apenas suas iniciais), obteve informações que o levaram a assegurar a existência de John Armitage e, por conseguinte, a comprovação autoral da *História do Brasil*. A polêmica que Eugênio Egas tentava solucionar era calcada nas dúvidas em relação à autoria e à tradução brasileira dessa obra. Muitos defenderam a hipótese de que o verdadeiro escritor da *História do Brasil* teria sido Evaristo da Veiga e, depois de abandonada essa especulação, cogitaram que Veiga poderia ter sido seu tradutor.

José Joaquim Machado de Oliveira, em uma de suas cartas ao Barão Homem de Mello, datada de 9 de novembro de 1860, buscou responder o questionamento que tanto intrigava seu amigo e os brasileiros letrados do Rio de Janeiro: “que grau de veracidade há na crença geralmente aceita de que a *História do Brasil* de John Armitage é escrita por Evaristo Ferreira da Veiga, como ordinariamente se afirma [...]”.²⁵⁰ José Joaquim Machado, que tinha conhecido Veiga quando ambos eram membros da Câmara dos Deputados, em 1829, e, em 1834, também participou da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* considerava-se como um bom testemunho e avaliador para essa persistente dúvida. Devido a essa proximidade contínua com Veiga,

²⁴⁹ EGAS, Eugênio. Ao leitor. In: ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 11-15. Tal edição constitui-se como a mais cuidadosa que possuímos em língua portuguesa. Algumas edições excluíram partes consideráveis da obra de Armitage, sendo o exemplo mais crítico disso a produzida pela editora Melhoramentos, na qual todas as notas de rodapé são simplesmente suprimidas sem nenhum aviso aos leitores. Cf. ARMITAGE, João. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

²⁵⁰ SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Op. Cit.*, p. 302.

José Joaquim Machado teve a oportunidade de conhecer John Armitage em visitas à casa do jornalista, nas quais muitas vezes encontrou o comerciante inglês:

Ou assistindo as palestras sobre a opinião reinante, em que era ele apenas ouvinte, mas circunspecto e sem pronunciamento individual, principalmente nas questões políticas, e na caracterização dos personagens do tempo, ou no gabinete do exímio escritor e profundo estadista, e conferenciando com ele em *tête à tête*, e tomando-lhe apontamentos sobre o assunto, ignorando então e que ao depois e ao aparecimento da História do Brasil pode inferir-se que versavam sobre ela.²⁵¹

Aliado a isso, José Joaquim Machado também relata que viu Armitage na Cisplatina em 1828, provavelmente em pesquisas para compor sua *História*, quando o primeiro fazia parte do exército que lá estava por ocasião da guerra. Com isso, responde ao seu amigo que considera “infundada a crença admitida geralmente de que a História do Brasil pelo Sr. Armitage fora escrita por Evaristo Ferreira da Veiga”.²⁵² Por causa da “homogeneidade de idéias e pensamentos entre a História do Brasil e a Aurora Fluminense”, muitos se deixaram enganar pela proposta de que tinham sido redigidas pela mesma pessoa. Porém:

A História é contemporânea da Aurora, e que sendo a doutrina desta geralmente aceita, aplaudida, e a única que convinha a esse país livre, o historiador contemporâneo, que fosse imparcial, consciencioso e sectário das instituições livres, não podia subtrair-se a esposar sua doutrina, e a fazer mesmo algumas transcrições textuais dela, como praticou o Sr. Armitage, sem que por isso se desvirtuasse por plágio.²⁵³

Fora isso, José Joaquim Machado tinha convicção de que “o digno tradutor dessa mais digna História” era Veiga e podia-se notar isso pela “elegância do estilo, e o emprego adequado da dicção, que lhe eram tão comezinho, e que ali se revelam tão copiosamente”.²⁵⁴

Veiga veio a falecer no dia 12 de maio de 1837, mesmo período em que a tradução para o português da *História do Brasil* foi publicada, logo depois de completados 10 dias de sua volta ao Rio de Janeiro, após uma viagem de quase cinco

²⁵¹ Idem, Ibidem, p. 304.

²⁵² Idem, Ibidem, p. 304-305.

²⁵³ Idem, Ibidem, p. 305.

²⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 306.

meses a Minas Gerais. Tais acontecimentos acarretaram na impossibilidade de questioná-lo sobre os rumores de que era o tradutor dessa obra.²⁵⁵ Aliada a isso, a primeira edição brasileira não tinha o nome do tradutor em sua folha de rosto, na qual estava apenas escrito “traduzido por um brasileiro”. Todos esses fatores levaram à especulação de Veiga como possível tradutor da *História do Brasil*.

Só foi viável solucionar esse impasse graças à divulgação da carta enviada por Armitage, de Boulogne-sur-Mer, cidade francesa bastante próxima da Inglaterra, a Veiga, juntamente com um exemplar de sua *História*. Datada de 21 de setembro de 1836, provavelmente só chegou às mãos de seu destinatário dois meses depois. Veiga partira para Minas em 22 de novembro desse mesmo ano, sendo improvável que tenha feito a tradução dos dois volumes dessa obra entre esse pouco tempo de sua residência no Rio e a partida para Minas. Tampouco é difícil cogitar que Veiga tenha realizado a tradução em Minas, já que não há menção alguma a isso na correspondência intensa que manteve com seu irmão João Pedro.²⁵⁶

Atualmente, ainda não sabemos o nome do verdadeiro tradutor da *História do Brasil*, apesar de podermos afirmar que não era Veiga.²⁵⁷ Contudo acredita-se que essa obra foi traduzida para a língua portuguesa por Joaquim Teixeira de Macedo, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e chefe de seção na Secretaria dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro. Apesar de essa hipótese ser chancelada por Ramiz Galvão, não está isenta de dúvidas.²⁵⁸

3.2. A escrita da história contemporânea como um problema

A polêmica sobre a escrita da história contemporânea que vamos analisar pode ser vista como sinalizadora da existência sincrônica, na primeira metade do século XIX brasileiro, de dois conceitos de história: o antigo e o moderno.²⁵⁹ De forma geral, o conceito antigo de história, preponderante até o final do século XVIII, movimentava a concepção de natureza humana, na qual a imutabilidade e, por derivação, o caráter

²⁵⁵ Pelas resenhas da *História do Brasil* que saíram em periódicos brasileiros podemos indicar os meses de março e abril como os de possível publicação desse livro.

²⁵⁶ SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Op. Cit.*, pp. 299-300.

²⁵⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen afirma que o tradutor dessa *História* foi Evaristo Ferreira da Veiga. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 13.

²⁵⁸ EGAS, Eugênio. *Op. Cit.*, p. 14.

²⁵⁹ Sigo, na maioria das vezes, as proposições de Reinhart Koselleck em relação ao conceito antigo e moderno de história. Cf. KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004.

cíclico da vida exerciam preponderância, e na qual o tempo presente tinha centralidade, sintetizado pela expressão estóica *carpe diem*. No plano da autoafirmação do relato historiográfico, de modo geral, era indiscutível que a escrita da história recente tivesse maior validade que a passada, uma vez que a autoridade do historiador estava fundada na visão – na experiência do relatado – e na possibilidade de inquirição das testemunhas oculares. Tucídides, por exemplo, teria produzido uma história verdadeira por ter ido ao cenário da guerra do Peloponeso, participado dela e conversado com quem presenciou seu desfecho. A autópsia realizada através da visão do próprio historiador garantia o *status* de verdade ao relato e também o organizava, na medida em que, frequentemente, a ordenação da narrativa era feita tendo em vista a ordem em que o historiador testemunhou o relatado e, dessa forma, tendia a seguir um ordenamento cronológico.²⁶⁰ Assim, quanto mais próximo de seu objeto, maiores seriam as chances de obter relatos completos sobre a história vivida, cabendo ao historiador organizar as informações e até mesmo indicar seu grau de veracidade. Entre os séculos I a. C. e I d. C. o historiador foi questionado sobre a sua imparcialidade ou parcialidade em relação ao jogo político, porque, ao narrar a história contemporânea, corria o sério risco de confundir suas paixões com a verdade do acontecido, iniciando, assim, um dos maiores problemas teóricos envolvendo o ofício de historiador.²⁶¹

A definição amplamente repetida do conceito antigo de história formulada por Cícero, ironicamente um não historiador, no seu tratado *De Oratore* [Sobre o orador], no qual propunha que “*historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia, nisi oratoris, immortalitati commendatur?*” ecoou por séculos.²⁶² A história acumulava funções de testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, intérprete da antiguidade e, principalmente, poderia trazer a imortalidade para o cidadão romano que tinha a chance de ver seu grande feito enaltecido por uma boa narrativa histórica.²⁶³ A história, assim,

²⁶⁰ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Nova edição revista e aumentada. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 274-275.

²⁶¹ Para um estudo pontual sobre a importância da obra do historiador latino Tácito, no que diz respeito às inovações da historiografia romana frente ao cânone historiográfico até então, vide: VARELLA, Flávia Florentino. *Sine ira et Studio: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito*. *História da Historiografia*, número 1, 2008, p. 71-87.

²⁶² CICERO. *On the orator*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001, 2.9.36.

²⁶³ O próprio Cícero desejou que sua fama fosse perpetrada por meio da escrita da história de seu consulado. Cf. Cícero. *Ad familiares*, 5, 12. *Apud*: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 153.

tornou-se, ao mesmo tempo, o repositório dos modelos morais a serem seguidos ou vituperados e o tribunal da posteridade.

Com a passagem para o conceito moderno de história, essa antiga função moral de instruir e melhorar o cidadão por meio de juízos sofreu uma grande transformação. Se, no princípio, a história fática, submetida às normas morais, tinha sido assunto do historiador como investigador filosófico, desde finais do século XVIII a importância que a moralidade tinha como prova foi transferida para a “história mesma”. Os historiadores iniciaram uma discussão enfática sobre se deveriam introduzir seus juízos na narração ou se não era mais apropriado deixar que a história mesma falasse por si, o que excluía a utilização dos ornamentos retóricos.²⁶⁴

Por meio da Ilustração, fortalecia-se a proposição de que o historiador deveria tomar uma posição enfática em favor da verdade e, em especial, em favor da doutrina moral das histórias. A esperança ou o medo do juízo da posteridade, já despertado no conceito antigo de história, havia sido reconhecida novamente como efeito regulador sobre o comportamento humano. Com isso, o historiador deveria ser *bonus iudex et incorruptus censor*.²⁶⁵ A história era pensada como filosofia que instrui com exemplos e ao historiador moralizante cabia também a função de juiz filosófico, tendo o juízo histórico convertido-se em uma expectativa histórica de que a justiça fosse feita. A história não era mais particular, mas tornava-se um processo ao reivindicar para sua execução a missão de fundação e administração da justiça.²⁶⁶ A moral contida na história temporalizou-se na história como processo.

O conceito moderno de história adquiriu seu formato não antes do último terço do século XVIII e, para tanto, ocorreram duas mudanças fundamentais. A primeira delas foi a formação do coletivo singular, que reuniu em um conceito comum a soma das histórias individuais e, a segunda, a fusão de “história” como sequência de acontecimentos e como investigação histórica, ciência ou relato histórico.²⁶⁷

Por volta da metade do século XVIII, Johann Chladenius chegou a duas conclusões fundamentais para o delineamento do conceito moderno de história. Primeiramente, assumiu a relatividade de toda experiência, tendo em vista que duas pessoas podem reclamar a verdade, que é única, para si. A possibilidade de existirem

²⁶⁴ KOSELLECK, Reinhart (2004). *Op. Cit.*, p. 60.

²⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p. 61.

²⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 62.

²⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 27.

vários pontos de vista, multiplicando as possibilidades de verdade, admite que pessoas que olham um objeto de diversos pontos de vista terão também diferentes representações do que olham. Em segundo lugar, é impossível ter a reprodução total do acontecido na análise das testemunhas e dos comportamentos e, com isso, a perspectiva do historiador afetaria igualmente a investigação e exposição posteriores.²⁶⁸ O historiador teria que ter seu próprio ponto de vista, já que, além de definir a qualidade de sua história, assumia a positividade desta. Mas isso não significa que todos os relatos são partidários, pois estes distorcem a história, e que o relato histórico deve apenas assumir a historicidade do historiador.²⁶⁹

Complementariamente a essas duas constatações, houve a formulação de que o crescente distanciamento temporal do passado não era apenas constitutivo para a mudança deste, mas que com o crescimento dessa distância aumentavam também as possibilidades para o conhecimento. Desse modo, o testemunho ocular viu-se expulso de sua posição, até então de privilégio, apesar de já relativizada, de fonte principal de conhecimento da história. O passado deixava, assim, de ser conservado pela lembrança, pela transmissão oral ou escrita e constituía-se como um processo crítico.²⁷⁰ O perspectivismo temporal resultou em uma história que parecia afastar-se com crescente velocidade dos fundamentos que se tinha previamente estabelecido, resultando na consciência de viver em uma época de transição.²⁷¹

A polêmica em relação à validade da *História do Brasil* escrita por John Armitage está diretamente ligada à possibilidade de, no Oitocentos brasileiro, ainda ser inquestionável a escrita da história contemporânea, ou seja, de não se ter consolidado plenamente o distanciamento temporal entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Tal polêmica foi travada, nos meses de abril e maio de 1837, entre dois periódicos cariocas: *O Chronista* e o *Correio Oficial*.

Não é isento de dúvida o nome do redator do *Correio Oficial*. José Honório Rodrigues afirma que seria Januário da Cunha Barbosa o redator desse juízo da *História do Brasil*, mas não apresenta nenhum respaldo bibliográfico.²⁷² Em Helio Vianna, a última referência nos extratos dos jornais que apresenta, que ligam o Cônego ao *Correio*

²⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 116.

²⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 118.

²⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 119.

²⁷¹ Idem, Ibidem, p. 126.

²⁷² RODRIGUES, José Honório (1978). *Op. Cit.*, p. 363.

Official, data de dezembro de 1835.²⁷³ Além dessa data, realmente próxima ao escrito dessa polêmica, e da afirmação de Rodrigues, Justiniano José da Rocha, que polemizou com Cunha Barbosa sobre a obra de Armitage, oferece mais uma informação que corrobora com a hipótese de que Cunha Barbosa seria o redator do *Correio Official* em maio de 1837. Em resposta do dia 13 de maio à provocação do redator do *Correio Official* de que a *História do Brasil* em questão não era imparcial, Rocha alega que:

Um homem existe que representou papel eminente em nossa cena política na época da independência, que deportado no tempo do poderio dos Andradas, voltou à pátria, e de então para cá foi sempre o mais valente e firme campeão do poder, em defesa do qual empregou seus abalizados talentos e sua vasta literatura, esse homem merece do historiador do Brasil pelo menos uma menção honrosa, e em balde o procuramos, não achamos seu nome no livro de Armitage.²⁷⁴

Interpretamos tal passagem como característica do estilo sarcástico de Rocha, já que Cunha Barbosa cumpre os dois requisitos apontados, ou seja, foi deportado na época do ministério dos Andradas e não é citado uma vez sequer na *História do Brasil*.

Toda a polêmica sobre a *História do Brasil* começou quando o redator de *O Chronista*, Justiniano José da Rocha, publicou uma nota em abril de 1837 comentando a tradução que saía à luz da obra de Armitage e esclarecia que:

Ir-se-há nela buscar juízo independente dos homens e das cousas: quer-se há ver a história contemporânea despida das preocupações dos interesses dos partidos; a história contemporânea com todos os privilégios de história antiga pela distância da pessoa que a escreveu.²⁷⁵

Entretanto, escrevia Rocha, o leitor irá se decepcionar, uma vez que não encontrará um relato imparcial oriundo de uma investigação empírica. O motivo central disso teria sido a amizade perniciosa que John Armitage manteve com Evaristo da Veiga na época de sua residência no Rio de Janeiro e que influenciou de forma direta e decisiva a escrita da história da independência brasileira. Rocha sublinha que só pode ser encontrada nesta *História* “[...] o juízo parcial e hostil que ali se faz dos maiores homens do Brasil, dos Andradas, dos Vasconcellos” já que “é a história do Brasil escrita pelo redator da Aurora, no tempo de seu maior predomínio, no tempo em que era chefe

²⁷³ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 318.

²⁷⁴ *O Chronista*. Nº 62, 13 de maio de 1837, p. 248.

²⁷⁵ *O Chronista*. Nº 53, 12 de abril de 1837, p. 209.

e alma de um partido”.²⁷⁶ Por mais que Armitage reivindique no prefácio da *História* sua imparcialidade, inerente a um estrangeiro que não esteve envolvido de corpo e alma na luta política brasileira e que não tinha nenhum vínculo com a história nacional em questão, isso não convenceu o redator de *O Chronista*, que colocou em dúvida toda a sua *História do Brasil*, por se tratar de obra parcial. Para Rocha, a história contemporânea só poderia ser escrita por alguém totalmente isento de contato com o solo brasileiro e com os intelectuais que viveram no período que almejavam estudar, despindo a escrita da história contemporânea da grande vantagem de poder utilizar das testemunhas oculares.

Em resposta aos argumentos de Rocha, o redator do *Correio Oficial*, Januário da Cunha Barbosa, saiu em defesa da imparcialidade da *História do Brasil* de Armitage e, conseqüentemente, da escrita da história contemporânea. Expôs que Armitage viajou para diversas partes do Brasil e conheceu seus habitantes, assim como pesquisou e estudou as publicações e documentos até então existentes sobre o assunto de que iria tratar. Na escrita da história contemporânea, a figura do historiador acaba mesclando-se com a do viajante, na medida em que ambos têm como atestado de veracidade o fato de terem visto o que objetivam narrar.²⁷⁷ A mudança epistêmica de um conceito antigo para o moderno de história ainda não está totalmente completa nesse momento no horizonte discursivo brasileiro e Cunha Barbosa reivindica a *opsis* como certificado de verdade do relatado.

Aliado a isso, argumentou que:

Quando os acontecimentos históricos estão *feitos*, quem melhor do que aqueles que o fizeram, ou neles tomaram importante parte, os pode expor e explicar? Certamente as épocas, que Armitage passa em revista, já estão transatas; a Independência, o reinado e queda do primeiro Imperador, são fatos *feitos*, e que já pertencem à história [...].²⁷⁸

A história da independência brasileira e dos que a tornaram possível estaria completamente terminada e nada melhor do que as pessoas que vivenciaram essa experiência para relatar seu surgimento, desenrolar e fim. A história contemporânea

²⁷⁶ *O Chronista*. Nº 53, 12 de abril de 1837, p. 210.

²⁷⁷ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia: noções de escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 49.

²⁷⁸ *Correio Oficial*. Nº. 100, 9 de maio de 1837, p. 400.

poderia ser mais bem escrita pelos que tiveram a oportunidade de presenciar os acontecimentos que se tornaram históricos. Assim, Cunha Barbosa continua seu argumento, respondendo ao problema levantado por Rocha em relação à influência de Veiga na escrita da *História do Brasil*:

[...] se com efeito o autor para os narrar [os feitos], como o Chronista o avança, foi inspirado, com especialidade, pelos relatórios, escritos e explicações do Publicista distinto [Evaristo da Veiga], que antes de 7 de abril lutou com tanta sagacidade, talento, e intrepidez, contra os abusos, e teve depois tanta influência nas medidas, que escoraram o edifício social, não podemos fugir de louvar a sua prudência e desejo de acertar com o verdadeiro espírito dos fatos, que queria relatar aos seus concidadãos da Inglaterra.²⁷⁹

Armitage não poderia ter tomado melhor decisão do que a de ter Evaristo da Veiga como conselheiro para a escrita de sua *História*, como já tinha insinuado José Joaquim Machado em outra passagem. A mediação do distinto publicista é tida como fundamental na filtragem dos fatos verdadeiros, auxiliando o autor na distinção de como as coisas realmente aconteceram. Aliado a isso, apresentava também a história que Cunha Barbosa tinha como a que deveria permanecer para a posteridade. Por estar dentro da disputa política e ter sido a figura chave dentro do partido liberal moderado, Veiga permitiu a Armitage “[...] tomar exata idéia das eras em que brilharam, para poder evocar as suas sombras [...]”. Quando os atores dos dramas políticos transatos ainda existem, os historiadores gozam desta fortuna”.²⁸⁰ A questão em jogo não diz respeito a uma tentativa sintética de levar em conta todos os pontos de vista, mas de adotar o que era mais de acordo com aquilo que Cunha Barbosa acreditava ser melhor para a construção da nação. Além dos problemas teóricos que envolviam a escrita da história contemporânea, a apresentação feita por meio da *História do Brasil* do processo de independência e abdicação de D. Pedro, pelo prisma liberal moderado, pode ter contribuído de forma decisiva para a posterior recepção dessa obra no Brasil. Justiniano José da Rocha, assim como Cunha Barbosa, fizera parte da *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional* juntamente com Veiga em defesa dos ideais

²⁷⁹ *Correio Official*. 9 de maio de 1837, p. 400.

²⁸⁰ *Correio Official*. 9 de maio de 1837, p. 400.

liberais moderados no início da década de 1830. Contudo, por volta de 1836, Rocha afastou-se da moderação²⁸¹ e a crítica a *História do Brasil* tem reflexos dessa escolha.

Vale a pena ressaltar que o possível partidarismo que essa história teria em relação aos liberais moderados não foi notado e tido como problemático em nenhuma das resenhas publicadas fora do solo brasileiro. Todas focaram na lacuna temporal que a obra veio suprir, formando uma legítima continuação da *História do Brasil* de Southey, e salientavam o aspecto opressor da colonização portuguesa contido nessa história, assim como a proposição de que D. Pedro teve que abdicar por não ter se tornado um brasileiro.²⁸²

3.2.1. O palco da nação: o IHGB e a história contemporânea

A viabilidade da escrita contemporânea também foi um tema bastante polêmico dentro das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nos *Extrato dos Estatutos* e na *Breve Notícia*, ambos de 1839, o IHGB surge como uma filial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e com a intenção de, por meio das letras, auxiliar na administração pública e no esclarecimento dos brasileiros.²⁸³ O objetivo principal desse projeto patriótico seria “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”.²⁸⁴ A *Lembrança* (1839) de Januário da Cunha Barbosa tinha o objetivo de circunscrever o material que os sócios do Instituto deveriam remeter ao IHGB. Na parte destinada às notícias que poderiam ser úteis à história, privilegiam-se seis pontos: as notícias biográficas de homens ilustres do descobrimento até aquele momento; cópias de documentos da história antiga e moderna; notícias sobre os costumes dos índios; notícias relativas às províncias; notícias de fatos extraordinários (fenômenos naturais), como meteoros; e o que mais se pudesse encontrar nas províncias como animais, minerais etc. Tanto as biografias como os fatos

²⁸¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 75.

²⁸² As resenhas às quais nos referimos foram publicadas nos seguintes periódicos: *The Monthly Review*, from May to August inclusive. Vol II, new and improved series. London: G. Henderson, 2, Old Bailey, Ludgate-Hill, 1836, pp. 217-225, *The Museum of Foreign Literature, Science and Art*. Vol. I, new series. July to September, 1836. Philadelphia. Published by E. Littell, 1836, pp. 432-434 e *Literary Gazette and Journal of belles lettres, arts, science, &c.* Saturday, May 21, 1836. London: James Moves, 1836, p. 324-326.

²⁸³ CUNHA BARBOSA, Januário da; CUNHA MATTOS, Raymundo da. Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. I, 1839, p. 6.

²⁸⁴ Idem, Ibidem, assim como IHGB. Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. I, 1839, p. 22.

extraordinários deveriam vir acompanhados da narração do tempo em que aconteceram.²⁸⁵

Nos primeiros documentos do IHGB, a SAIN aparece destacadamente no papel de mãe do Instituto. No decorrer dos anos, contudo, essa centralidade desloca-se e o IHGB volta-se para outro protetor: V.M.I. Dom Pedro II.²⁸⁶ A proteção do imperador é sintomática, na medida em que o IHGB foi, ao longo do tempo, obtendo maior atenção do Imperador, ao ponto de receber uma sede, em 1849, no Paço Imperial.²⁸⁷ Januário da Cunha Barbosa foi um defensor constante da monarquia-constitucional e isso não deixou de refletir no projeto historiográfico do Instituto. A maioria dos seus sócios fundadores eram funcionários do Império, que tinham forte vínculo com o regime em questão e, em grande medida, a constante afirmação de que o Instituto seria uma associação literária serviu para tentar atenuar sua proposta política.²⁸⁸ Contudo é impossível negar que seus membros estivessem em busca da formação de uma identidade nacional e que vissem nas Letras um caminho mais tranquilo para essa jornada.²⁸⁹

Pelo menos até 1889, o IHGB esteve significativamente mais voltado para a publicação de textos que versassem sobre o passado do que sobre a história contemporânea. No período que compreende a primeira década de existência do IHGB (1839-1849), existiu uma concentração latente na publicação de escritos sobre o passado brasileiro, chegando à proporção de 5,2 para 1 em relação às contribuições historiográficas. Um aspecto fundamental para tal resultado pode ser a presença expressiva de políticos no seu quadro de sócios que estiveram envolvidos de forma direta na luta política da independência e em outras disputas.²⁹⁰ Concentrar o foco na história contemporânea poderia levar o Instituto a traçar uma história, que na verdade, buscava esquecer.

²⁸⁵ CUNHA BARBOSA, Januário da. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à Sociedade Central do Rio de Janeiro. *RIHGB*, t. I, 1839, p. 141

²⁸⁶ Para um aprofundamento das consequências do patronato de D. Pedro II na escrita da história do IHGB, vide: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZE, Alda; VIDEIRA, Antonio A. P. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

²⁸⁷ Já em 1839, a vinculação com o imperador é posta claramente. Cf. CUNHA BARBOSA, Januário da (1839). *Op. Cit.*, p. 272-273.

²⁸⁸ WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: _____. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho, 1994.

²⁸⁹ CUNHA BARBOSA, Januário da (1839). *Op. Cit.*, p. 282.

²⁹⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*. Vol. 388, 1995, p. 513-514

É interessante ressaltar a recepção que um capítulo traduzido por José de Rezende Costa da *História do Brasil* de Robert Southey teve dentro do Instituto. Costa ofereceu o capítulo que tratava da Conjuração Mineira para avaliação e publicação na *RIHGB* e, apesar da reconhecida fidedignidade das fontes utilizadas pelo autor inglês, assim como a validade da obra e da tradução, a Comissão responsável por avaliar a tradução decidiu pela não publicação, pois não acreditava “no fato de que o enforcamento de Tiradentes ocorrera em meio a uma autêntica festa popular, promovida pelas autoridades coloniais, onde se cantou até o *Te deum laudamos*”.²⁹¹ Certamente esse era apenas um dos aspectos contraditórios ou mesmo deturpadores da imagem que o Instituto buscava manter viva na memória dos brasileiros. O arquivamento de fontes que poderiam revelar aspectos não desejados da atuação política de alguns de seus membros também foi realizado por meio da adoção da arca do sigilo, implementada no intuito de tentar preservar a história contemporânea da análise dos historiadores e de seus julgamentos.²⁹² Os sócios do IHGB não enxergavam na história das últimas décadas o local em que poderiam identificar um passado isento de conflitos, capaz de servir para erigir a história nacional. Conflitos mal resolvidos, “que se arrastavam desde antes do Primeiro Reinado, consequência dos embates das províncias com o governo central, na sua luta por maior autonomia” dificultavam a escrita da história contemporânea.²⁹³

Outro exemplo revelador sobre essa questão, que também está documentado na *RIHGB* de 1839, foi o arquivamento de um manuscrito doado pelo sócio José Inácio de Abreu e Lima, que havia sido escrito por Caetano Pinto de Miranda Monteiro, quando era governador da província de Pernambuco, a respeito da Revolução Pernambucana. Quando analisado pela comissão de história, para avaliar a publicação, recebeu o seguinte veredicto:

Conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes [...] que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade.²⁹⁴

²⁹¹ Idem, Ibidem, p. 515.

²⁹² Idem, Ibidem, p. 516.

²⁹³ Idem, Ibidem, p. 517.

²⁹⁴ Idem, Ibidem. *Op. Cit.*, p. 518. Cf. IHGB. Ata da sessão de 22 de outubro de 1839. *RIHGB*. Rio de Janeiro, 1 (4), 1839, p. 366.

É importante ressaltar que na referida insurreição estavam envolvidos o sócio general Francisco Soares de Andréa e o sócio fundador, o Marechal Raymundo da Cunha Mattos.²⁹⁵ Na tentativa de evitar desavenças e gerar novos conflitos, a história do Brasil colonial foi, basicamente, onde o Instituto buscou encontrar as origens da história nacional.²⁹⁶

A recusa pelos membros do IHGB, em geral, de realizar a escrita da história contemporânea visava evitar a descoberta de incidentes desconfortáveis que envolvessem seus membros, como também pode ser tomada como um indicativo de uma “[...] tendência teórico-metodológica, segundo a qual não era desejável se fazer história do imediato, pois ela é perigosa para a objetividade do historiador, logo para a melhor maneira de se escrever a história”.²⁹⁷

Ao que tudo indica, o principal problema que poderia ser visto pelos contemporâneos brasileiros de Armitage em relação à possibilidade de sua *História do Brasil* tornar-se canônica está diretamente ligado à escrita da história contemporânea. Mesmo depois de passados alguns anos, tal dificuldade em relatar a história contemporânea ainda se colocava como um problema para os brasileiros oitocentistas.

Januário da Cunha Barbosa teve a escrita da história da independência como uma preocupação constante na época em que foi secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O primeiro dos momentos em que verificamos isso é quando, em 1839, Cunha Barbosa e Clemente Pereira foram incumbidos de escrever uma memória “[...] sobre os motivos que desenvolveram a declaração da nossa Independência no ano de 1822.”.²⁹⁸ Depois, em 1841, é relatada a existência de uma comissão nomeada pelo IHGB, composta de três membros, que trabalhava na escrita da história da independência. Sabemos que ambos os projetos não tiveram fruto. No ano seguinte, Cunha Barbosa desenvolve a metáfora do Gênio da Independência, em seu *Relatório*, que estabeleceria um princípio narrativo à história do Brasil, conferindo unicidade e organização à história nacional, que tinha a independência como seu fio condutor e realização máxima.²⁹⁹ Finalmente, em 1843, o Cônego fala abertamente que a

²⁹⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (1995). *Op. Cit.*, p. 518.

²⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 520

²⁹⁷ CEZAR, Temístocles. *Op. Cit.*, p. 55-56.

²⁹⁸ CUNHA BARBOSA, Januário da. Relatório do Secretário Perpétuo. *RIHGB*, t. 1, 1839, p. 280.

²⁹⁹ ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 180-181. CUNHA BARBOSA, Januário da. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto ano social. *RIHGB*, t. IV, 1842, p. 5.

Independência é importante, pois somente a partir dela é possível se pensar em brasileiros, assim como “fundar em base sólida a nossa nacionalidade”.³⁰⁰

A dificuldade de Cunha Barbosa em efetivar a escrita da história da Independência é sintomática, no sentido de que era um projeto que tinha como extremamente importante, mas que acabou nunca sendo realizado ou, talvez, transferido para seu “sucessor” Francisco Adolfo de Varnhagen.³⁰¹ Vale a pena ressaltar que a única crítica feita por Cunha Barbosa à *História do Brasil* foi a de Armitage ter escrito apenas uma história da capital, deixando de lado “os fatos importantes das Províncias, e em particular os da guerra da Bahia e do Piauí são corridos muito de leve”. A descrição detalhada dos acontecimentos que ocorreram nas outras províncias que não o Rio de Janeiro, fora realizada, na forma de apêndices, na *História da Independência do Brasil* de Varnhagen.³⁰² Contudo mesmo o Visconde de Porto Seguro teve grande dificuldade na escrita da história contemporânea, considerando que seus planos de publicação da história da independência, iniciados por volta da década de 1850, só foram concluídos *post mortem*. Em 1875, a *História da Independência* já estava escrita, mas não finalizada, e só veio a público em 1916.³⁰³

Podemos verificar que, mesmo em 1843, a discussão acerca dos problemas da escrita contemporânea persistia. José Inácio de Abreu e Lima, antes de ser acusado de imparcialidade, já se defendia no “Prefácio” de seu *Compêndio de História do Brasil*, adiantando que:

Se me tivesse limitado a escrever tão somente acerca das gerações passadas, poderia sem receio aventurar o meu juízo sobre a sua história; porém querendo levar adiante o meu plano até a época atual, contentei-me com assinalar *os fatos sem nenhuma reflexão*. Muitas vezes omiti o nome de algumas pessoas, que bastante figuraram em acontecimentos melindrosos, para evitar queixumes, e talvez, ressentimentos daqueles, com quem vivemos de parceria. Por este motivo antes quis passar por simples cronista do que por historiador, reservando minhas opiniões para não parecer temerário. E de certo, *é quase impossível a imparcialidade na história contemporânea*; qualquer juízo acerca de um fato, por imoral ou desonroso que seja, achará sempre quem o taxe de injusto, por isso mesmo que, para quem o praticou, haverá sempre uma circunstância favorável que o atenuie. Neste conceito evitei, quanto me foi possível, comprometer a honra ou

³⁰⁰ CUNHA BARBOSA, Januário da. Relatório lido no ato de solenizar o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. V, 1843.

³⁰¹ CUNHA BARBOSA, Januário da. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o terceiro ao social. *RIHGB*, t. III, 1841, p. 437.

³⁰² *Correio Oficial*, 9 de maio de 1837, p. 400.

³⁰³ VIANA, Hélio. Explicação. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.*, p. 7.

ferir o amor próprio de qualquer homem, que estivesse vivo, contentando-me com referir os acontecimentos, como se passara, e deixando à posteridade o direito de julgá-lo.³⁰⁴

Acreditando no julgamento da posteridade e reivindicando a posição de cronista, Abreu e Lima defende-se, utilizando os argumentos associados ao conceito moderno de história. A incompletude dos fatos torna a escrita da história contemporânea um assunto delicado. Assim, o historiador que versasse sobre esse tipo de história estaria fadado a reproduzir relatos parciais, tendo em vista que não possuía o distanciamento histórico necessário às narrativas históricas.

A escrita da história contemporânea coloca o historiador nacional, mesmo sem desejar, em um papel também de memorialista, já que não lhe era possível separar sua vivência do período em questão. Varnhagem, em sua *História da Independência*, fornece-nos um exemplo sobre isso. Ao descrever o caráter vivaz de José Bonifácio, adenda que:

Esta qualidade, tenho eu ainda mui presente desde a meninice, quando em abril de 1821, pela única vez, vi ao mesmo José Bonifácio em nossa casa no Ipanema. Era o dia do batizado de uma irmã minha (Gabriela): eu fui incumbido da ‘derrama dos confeitos’, e ainda tenho nos ouvidos a voz rouquenha do mesmo José Bonifácio, acompanhada de alguns borrifos e perdigotos, que me amedrontaram, e não mais lhe apareci, apesar de estar nosso hóspede.³⁰⁵

Além da tarefa crítica de investigar acontecimentos que ainda estavam vivos na memória das pessoas, de não ser imparcial no juízo de seus contemporâneos, o historiador ainda tinha a difícil tarefa de ter que esquecer o que ele mesmo havia vivido. A escrita da história nacional brasileira tornava-se cada vez mais complexa, na medida em que assumia como sua origem a época moderna.

Descobrir o sentido da história nacional foi um dos principais objetivos dos letrados da década de 1830 e 1840, pois, só a partir desse primeiro passo, poder-se-ia escrever um relato que reproduzisse a origem e o destino da nação brasileira. Contudo

[...] essa tarefa era dificultada pela consciência nascente de que os interesses e parcialidades dos homens vivos poderiam distorcer a compreensão dos eventos e, logo, do destino histórico da comunidade.

³⁰⁴ ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compêndio de História do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. XI-XII. Grifos nossos.

³⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.*, p. 102, nota 86.

Para enfrentar esse problema, a positividade dos fatos é transformada em único critério de verdade.³⁰⁶

O entendimento de que a passagem do tempo permite ao historiador compreender melhor os acontecimentos pretéritos foi uma das mudanças centrais para a transformação do conceito antigo de história. Aliada a essa nova compreensão, surgiu uma demanda pela constante reescrita da história, tendo em vista que existia um sentido que poderia ser desvelado ao longo do tempo. O depoimento da testemunha ocular também deixa de ser a fonte maior de verdade, entrando em jogo o documento e a crítica documental como certificadores da veracidade do relatado.

Atrelada a essa discussão sobre a história contemporânea e a contemporaneidade do historiador, também tiveram lugar, no conjunto de discussões da década de 1830, debates sobre a cronologia da história brasileira, assim como indagações de como o projeto de escrita da história nacional seria posto em prática. A delimitação cronológica dessa história, que necessitava ser escrita urgentemente, está diretamente ligada à questão da história contemporânea, dos limites historiográficos e da transformação do conceito de história, na medida em que o IHGB, principal local em que os problemas historiográficos foram debatidos nesse período, mostrava-se dividido nessas questões.

3.3. *História do Brasil e história da Independência: cronologia e escrita da história*

À primeira vista, seria de se esperar que a *História do Brasil* de Armitage versasse sobre um período e um assunto um tanto quanto mais abrangente do que a *História da Independência* de Varnhagen, mas não é isso que podemos constatar. Ambos tratam de um período muito parecido, tendo a *História* de Armitage apenas um capítulo introdutório, no qual traça um breve panorama da situação do Brasil, quando da chegada da Família Real portuguesa e das melhorias advindas dessa nova situação política. Provavelmente contribuiu de forma decisiva para Armitage ter escolhido o título *História do Brasil*, e não história da independência, ter pensado a sua *História* como uma continuação da escrita por Robert Southey, que também se chamava *História do Brasil*. Armitage tinha a história, em certo sentido, ainda como uma sequência cronológica e com resquícios do conceito antigo. Mesmo sem proclamar abertamente a continuação cronológica dos relatos, era uma prática instituída na Antiguidade a de

³⁰⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de (2007). *Op. Cit.*, p. 179.

continuar a escrita da história onde outro historiador tinha terminado a sua, pois não existia a demanda pela reescrita da história, mas a da escrita da história de períodos que ainda não tinham sido escritos, evitando-se, assim, a perda da memória daquele tempo. A reescrita da história só se torna importante quando o cronótopo moderno “tempo histórico” consolida-se e existe a percepção de que o passar do tempo é positivo para uma formulação mais verdadeira dos fatos passados, ou seja, o distanciamento histórico contribui para o esclarecimento, e não para o soterramento da verdade.³⁰⁷

No que tange à permanência de algumas nuances do conceito antigo de história, Varnhagen, apesar de ter consciência dos problemas da escrita da história contemporânea, acreditava plenamente na validade dos testemunhos oculares para uma melhor composição de sua *História*. Atesta que a verdade histórica não está apenas na citação de diversas autoridades no assunto estudado, pelo contrário, “casos há em que depoimento de uma só testemunha presencial, conscienciosa, pode completamente destruir invenções e calúnias, que se tiverem ido repetido por um chorrilho de escritores de pouca autoridade [...]”.³⁰⁸ Nesse sentido, Varnhagen não manifestou nenhuma crítica expressa à “interessante” *História do Brasil* de Armitage, que “goza ainda entre nós de bastante autoridade”.³⁰⁹

Outro dado significativo é a ausência, em ambos os autores, do termo “história geral do Brasil” para delimitar o escopo de suas obras. Varnhagen, como sabido, foi o autor da *História Geral do Brasil* e poderia, sem nenhum embaraço, ter incluído a *História da Independência* como sua continuação ou simplesmente tê-la escrito como parte desta, contudo o que aconteceu não foi isso. Na primeira edição da *História Geral do Brasil*, que veio a público entre os anos de 1854 e 1857, tinha como os três capítulos finais “Revolução constitucional. Vai-se El-Rei para Portugal”, “Regência de D. Pedro em harmonia com as Cortes” e “D. Pedro contra as Cortes. É proclamado Imperador”; os quais foram suprimidos na segunda edição de 1876, sob a justificativa de que iriam compor uma obra especial, a *História da Independência*.³¹⁰

Em seu *Discurso* de 1839, Januário da Cunha Barbosa, na primeira sessão do IHGB, sinaliza o desejo de escrever uma história geral e filosófica do Brasil, assim como “determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve

³⁰⁷ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

³⁰⁸ Citado em *A PUBLICAÇÃO da “História da Independência” do Visconde de Porto-Seguro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 10.

³⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.*, p. 12-13.

³¹⁰ *A PUBLICAÇÃO da “História da Independência”*... p. 9.

dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser a sua divisão”.³¹¹ O Cônego via como tarefa central, naquele momento, a reunião dos documentos e memórias nacionais, de forma a não permitir que a história nacional fosse apagada e pudesse retirar os ilustres da obscuridade que jaziam. As histórias escritas até aquele momento continham erros e inexatidões causadas pela falta de preocupação com a história nacional e era tarefa dos sócios do Instituto corrigi-los por meio da crítica. Tal processo de *purificação* constituía-se como “parte da operação historiográfica conduzida pelos membros do IHGB com o objetivo de nacionalizar a cadeia cognitiva que narra os eventos desde o período colonial”.³¹²

Poderíamos ser levados a pensar que, por se tratar de proposta do primeiro secretário do Instituto, a delimitação e escrita da história geral do Brasil constituíam-se como um projeto em que todos os seus membros estariam de perfeito acordo e, conseqüentemente, não haveria atritos quanto a sua realização. Contudo os fundadores do IHGB, Januário da Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha Mattos, divergiram profundamente quanto à possibilidade de realização desse projeto que, de fato, talvez nunca tenha sido realizado. Assim “como para o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador” nesse período.³¹³ A tentativa desses homens era justamente criar uma normatização que tornaria viável um projeto conjunto de escrita nacional a partir da delimitação de seu escopo, assim como ajudariam a construir o que seria o ofício do historiador da nação.

Na opinião de Cunha Barbosa, a história geral e filosófica do Brasil deveria necessariamente ser *ordenada tendo em vista as relações de tempo e lugar*, já que, para ressuscitar o passado, é fundamental que as categorias tempo e espaço sejam pensadas pelo historiador.³¹⁴ O passado é entendido como o lugar onde se pode descobrir a origem de certos acontecimentos que podem vir a desenvolver-se no futuro, cabendo apenas ao Instituto reunir e organizar os materiais que lhe propiciariam o acesso a essa realidade distante.³¹⁵ A história também deveria ser dividida em antiga e moderna, assim como subdividida em épocas e ramos,³¹⁶ pois poderiam revelar seu sentido de forma mais exata do que a cronologia estrita ou a divisão tendo como base a sucessão

³¹¹ IHGB. Ata da 1ª. Sessão de 1º de dezembro de 1838. *RIHGB*, t. I, 1839, p. 57.

³¹² CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004, p. 14.

³¹³ Idem, *Ibidem*, p. 12.

³¹⁴ CUNHA BARBOSA, Januário da (1839). *Op. Cit.*, p. 15.

³¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 15.

³¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 12.

dos monarcas. Citando o Barão de Barante, Cunha Barbosa apresenta o talento do historiador como semelhante à sagacidade do naturalista que, com pequenos fragmentos, é capaz de ressuscitar o todo.³¹⁷ A tarefa do historiador resume-se apenas ao encaixe das peças em seus respectivos lugares, que naturalmente já foram reservados para elas.

Em uma perspectiva contrária, Raymundo José da Cunha Mattos discordou profundamente desse projeto em sua *“Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”*. Cunha Mattos via a impossibilidade de escrever a história geral e filosófica, pois, em sua opinião, era necessário que, primeiramente, “escrevamos as histórias particulares das províncias e depois redigiremos a nossa *história geral e cronológica*”.³¹⁸ A história seria “a ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados” de maneira cronológica.³¹⁹ Tendo em vista a falta de documentos que possibilitassem a escrita da história regional, a escrita da história nacional, que seria nada além da reunião dessas histórias, estava impossibilitada.

Concordando com o Visconde de São Leopoldo, o Marechal não achava que seria possível escrever de uma só vez a história geral e filosófica do Brasil, devido também à falta de escritos nacionais apropriados para tanto, pois, antes de 1823, existiam apenas relatos inexatos e mentirosos sobre o Brasil.³²⁰ A dúvida de Cunha Mattos dizia respeito a “como será possível escrever a historia filosófica do Brasil tomando por farol os livros estrangeiros impressos antes da declamação da independência do império?”.³²¹ Somente após a Independência é que os brasileiros conquistaram a liberdade de escrita com a impressão de livros no Brasil e a censura portuguesa deixou de exercer seus efeitos. Dessa forma, a Independência marca não apenas um momento de um novo regime, mas o surgimento da nação brasileira e da possibilidade de escrita de sua história.³²²

Cunha Mattos veio a falecer poucos meses após a escrita dessa *Dissertação*, o que o impediu tanto de continuar sua argumentação em favor de uma história cronológica, quanto de presenciar a crescente importância que a independência brasileira adquiria na escrita da história nacional.

³¹⁷ Idem, Ibidem, p. 14.

³¹⁸ CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Dissertação acerca do sistema de escrever a historia antiga e moderna do Brasil. RIHGB*, t. 1, 1839, p. 135.

³¹⁹ Idem, Ibidem, p. 137.

³²⁰ Idem, Ibidem, p. 129.

³²¹ Idem, Ibidem, p. 123.

³²² CUNHA BARBOSA, Januário da (1839). *Op. Cit.*, p. 11.

Se no seu *Discurso*, de 1839, Cunha Barbosa definiu a história geral e filosófica do Brasil como a reunião dos trabalhos dos membros do IHGB,³²³ em seu *Relatório*, de 1840, acrescentou que os marcos delimitadores dessa história seriam a descoberta de Cabral e a Independência, compreendendo, assim, 322 anos.³²⁴ Por outro lado, em seu *Relatório* de 1841, a história geral começa a perder centralidade e o termo genérico “história do Brasil” aparece tendo o documento como base de sua escrita. A formulação do que seria a história escrita pelo IHGB não se mantém entre 1839 e 1841. Agora a história do Brasil é pensada por meio da metáfora da construção de um grande edifício e, para construí-lo, é necessário que se tenha documentos incontestáveis.³²⁵

O *Relatório* do Cônego, de 1842, marca a consolidação não só do conceito moderno de história, mas também da indiscutível centralidade da independência na escrita da história nacional. A solução apresentada por Cunha Barbosa para a escrita da história do Brasil passava pela construção de uma filosofia da história em que teria a independência como fio condutor.³²⁶ Abandona-se, assim, a possibilidade de a história ser a reunião de memórias e aposta-se no conceito moderno de história em que esta é tida como um singular coletivo.

A alegoria do Gênio da Independência, forjada por Cunha Barbosa e transformada em História, serviu para dar unicidade e organizar a narrativa da história nacional, na medida em que esteve sempre observando e guiando os rumos do Brasil desde sua descoberta por Cabral. Além disso, por meio dessa metáfora, elimina-se a tensão entre escritos controversos e histórias não oficiais, na medida em que a voz da história é única. Tal escolha também ajudou a afastar a difícil delimitação entre as singularidades portuguesa e brasileira. O Brasil não seria mais a regeneração de Portugal, contudo também não abdicava de seu passado em comum. Com esse movimento, “as distintas individualidades eram assim garantidas, sem que fosse necessário um movimento de ruptura mais radical”.³²⁷

³²³ Idem, *Ibidem*, p. 12.

³²⁴ CUNHA BARBOSA, Januário da. Relatório do Secretário Perpetuo. *RIHGB*, t. II, 1840, p. 14.

³²⁵ CUNHA BARBOSA, Januário da (1842). *Op. Cit.*, p. 5. O destaque dado ao documento como parte fundamental é correntemente entendido como legado da tradição da Academia Real de História Portuguesa, que já havia fincado raízes no Brasil colonial, Cf. Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo; Salvador: Hucitec; Centro de Estudos Baianos, 2004, p. 202.

³²⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de (2007). *Op. Cit.*, p. 180-181.

³²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 156.

Cunha Barbosa narra a sua história da independência com várias marcações cronológicas muito bem acentuadas. Se no *Relatório* de 1840 escrevia que a história do Brasil deveria ser escrita desde a chegada de Cabral até a Independência, coloca isso em prática dois anos depois, com seu pequeno resumo da história nacional. A chegada da Família Real em 1808 também foi vista e planejada pelo Gênio da Independência, já que:

Apresenta-se às suas vistas, rica de futuros gloriosos, essa nau que conduz às plagas de Cabral um Príncipe descendente de magnânimos Monarcas, que, confiando dos mares a salvação de sua Real Pessoa e Família, prolonga a conservação da Monarquia Portuguesa; o ano de 1808 é, pela cronologia, marcado como época memorável para o Brasil. Com ele se transporta o Jovem herdeiro da Augusta Casa de Bragança, que o Céu havia destinado para Fundador do grande Império Transatlântico, e credor da Dinastia Brasileira [...].³²⁸

Não apenas o Gênio da Independência apresenta os acontecimentos históricos, como a cronologia os arranja em ordem, depois de realizada a crítica documental e, por fim, serão “colocados regularmente pela filosofia em seus devidos lugares, ligados em um corpo, em que possam ser admirados por sua justeza e compostura” e realizar plenamente a divisão em épocas, proposta, desde a fundação do IHGB, por Januário da Cunha Barbosa.³²⁹ Tudo tem sentido dentro da filosofia da história do Cônego, as revoltas ocorridas no período colonial foram como que a preparação para a independência.³³⁰

Fica claro que se está diante de um novo e sólido projeto historiográfico. Se antes Cunha Barbosa oscilava entre diferentes possibilidades, em 1842 ele finca os pés na filosofia da história, para resolver o problema da diversidade e pluralidade tanto de histórias produzidas como da própria formação do povo brasileiro. Não se toca mais no assunto da possível origem fenícia dos brasileiros ou coisas parecidas, a história do Brasil só começa depois de 1531: “debalde a história procura investigar os fatos do passado até 1531 e que devem servir de primeira fiada ao edifício do Brasil [...]”.³³¹ Desta forma, não exclui a miscigenação e a certeza de que existiam povos antes da chegada de Cabral, mas anula seu efeito dentro da história, uma vez que diz claramente que seu estudo não é a via pela qual se chegará à essência do povo brasileiro. Por outro

³²⁸ CUNHA BARBOSA, Januário da (1842). *Op. Cit.*, p. 12.

³²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 6.

³³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 13.

³³¹ Idem, *Ibidem*, p. 7.

lado, o marco da história do Brasil que deveria ser escrita termina com a proclamação da Independência e extinguem-se os possíveis problemas advindos da escrita da história contemporânea. A alegoria do Gênio da Independência marca não só as bases para a escrita da história pátria, mas também a consolidação do conceito moderno de história, no qual não há espaço para a escrita da história contemporânea.

3.4. *As paixões humanas: o juízo de Domingos José Gonçalves de Magalhães*

Teve lugar no *Jornal dos Debates*, publicado pela mesma tipografia da *História do Brasil* de Armitage, em 25 de maio de 1837, poucos dias depois da polêmica travada entre Januário da Cunha Barbosa e Justiniano José da Rocha, o juízo da *História do Brasil* escrito por Gonçalves de Magalhães, um dos redatores desse periódico juntamente com Francisco de Salles Torres Homem,³³² João Manuel Pereira da Silva e Manoel de Araujo Porto Alegre.³³³ Seguindo a mesma linha das outras duas avaliações, Magalhães também aponta os pressupostos teóricos que a obra seguiu, assim como faz uma avaliação geral do conteúdo.

O redator abre sua resenha salientando o aspecto pedagógico da *historia magistra vitae*, afirma que “se há um estudo próprio a todas as capacidades, e no qual todas as inteligências podem colher úteis e importantes lições, sobre a ordem providencial das coisas humanas, é sem dúvida alguma o estudo da História”.³³⁴ Apesar de o caráter temporal estático figurar como uma das características positivas dos eventos históricos e de a natureza humana garantir a possibilidade comparativa entre os agentes, essa história não é mais puramente *magistra*, pois tem como função a descoberta do espírito nacional. Esclarece Magalhães: “como não estudamos a história só com o único fim de conhecer o passado, mas sim com o fim de tirar úteis lições para o presente; assim no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução

³³² Veiga entregou a Armitage duas cartas de introdução, uma ao ministro brasileiro e outra a Francisco de Salles Torres Homem. Armitage, por excesso de ocupação, não pôde entregar ambas as cartas na época de sua estadia em Paris. SOUSA, Octávio Tarquínio. *Op. Cit.*, p. 301. É interessante notar de Torres Homem foi vice-presidente da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, assim como contribuiu na *Aurora Fluminense*. Sobre a confluência das propostas entre Evaristo da Veiga e o grupo que fez parte da revista *Niterói*, vide: ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58, 2009, p. 421-422. É importante destacar que Torres Homem e Araujo Porto Alegre eram redatores, juntamente com Magalhães, da revista *Niterói*.

³³³ Ao final do juízo, consta a assinatura “M.”.

³³⁴ *Jornal dos debates políticos e literários*, número 7, 24 de maio de 1837. Rio de Janeiro: Tipografia J. Villeneuve e Comp., 1837, p. 26.

imitativa”.³³⁵ O caráter pedagógico da história, claramente, ainda está presente e assim se manterá por longos anos, contudo isso não é um impedimento para que o conceito moderno de história apareça na recusa da pura imitação.

Certamente o conceito antigo de história ainda não tinha sido abandonado completamente no início do século XIX brasileiro, o que também não quer dizer que os letrados da época o utilizassem em sua plenitude. Apesar das constantes figurações da história enquanto repositório de ações norteadoras do comportamento humano, o conceito antigo de história encontrava-se esvaziado, na medida em que a história nacional estava sendo progressivamente caracterizada como o desenvolvimento do espírito nacional e das singularidades brasileiras em um processo linear.

Nesse sentido, o recurso à providência divina é lançado para dar unicidade a esse processo.³³⁶ Magalhães acreditava que existia uma providência que organizava e dava sentido à caótica história, assim como Cunha Barbosa atribuía tal característica ao Gênio da Independência, pois era “um grave absurdo acreditar-se, que uma estúpida fatalidade, ou meras combinações dos homens, decidem da sorte dos Impérios”.³³⁷ Assim:

Os fatos não se sucedem só cronologicamente, há também uma ordem lógica entre eles. O primeiro arrastava o segundo, e este traz consigo um terceiro: de modo que o último é filho do primeiro, e sem ele não se compreende. Esta lógica na história, esta verdadeira inteligência dos fatos, caracteriza o bom historiador, e exclui toda a parcialidade e paixões, que as vezes mau grado nosso, nos fascina.³³⁸

A história teria uma dinâmica própria que afastaria o envolvimento do historiador com seu objeto, assegurando uma história imparcial. Além disso, a história teria duas dimensões, a especulativa, ligada ao bem universal, e a prática, que permitia lições para aplicação na vida. Magalhães adverte que, “[...] *toda história, como todo drama, supõe uma cena, atores, paixões*, e um fato que progressivamente se desenvolve, que tem sua razão, e um fim; sem estas condições não há história, nem

³³⁵ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Americana, Prolivro, 1974, p. 26.

³³⁶ Para uma explicação detalhada sobre a convivência entre o conceito moderno de história e do providencialismo, vide: ROSA, Giorgio de Lacerda. Entre o antigo e o moderno: o providencialismo nas memórias históricas de José da Silva Lisboa e Luis Gonçalves dos Santos. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

³³⁷ *Jornal dos debates políticos e literários*. Op. Cit., p. 26.

³³⁸ *Jornal dos debates políticos e literários*. Op. Cit., p. 27.

drama”.³³⁹ A história não se resumiria à esfera política, mas englobaria uma série de variantes humanas que poderiam ajudar na explicação do passado.

Todos esses aspectos da história, na opinião de Magalhães, foram observados por Armitage na escrita de sua história, assim como, por ser estrangeiro, foi-lhe facilitado o desvanecer das afeições parciais que muitas vezes se mesclam com os fatos e personagens, quando são contemporâneos. Além disso, “falando dos homens influentes, emprega ela [a história] bastante colorido e vigor de pintura”³⁴⁰ e, para exemplificar, cita “o retrato” de Vasconcelos feito por Armitage:

A pele murchou-se; os olhos afundaram-se; o cabelo começou a alvejar; a marcha tornou-se trêmula, a respiração difícil, e a moléstia espinhal de que então principiou a padecer, foi para ele fonte inexaurível de cruelíssimos tormentos. Em quanto, porém, passava o físico por este prematuro naufrágio, parecia que o interno princípio vivificante caminhava num progresso correspondente para o estado de perfeita madureza. O orador difuso e sem nexos de 1826, tinha-se tornado, dois anos depois, tão eloquente, e tão sarcástico, e havia apresentado um tão grande desenvolvimento do talento de discutir, que nenhum outro membro da casa lhe podia ser comparado; e quando, levado pelo entusiasmo, ou incitado pela paixão, dava largas às suas emoções, a sua figura decrepita e curvada elevava-se, qual a de um gênio protetor, à sua maior altura; os olhos animavam-se de novo com todo o seu prístino lustre, e nas feições arrugado e cadavérico semblante, brilhavam por momentos a mocidade renovada e a inteligência.³⁴¹

Ao citar esse longo trecho da *História do Brasil* em sua análise, Magalhães toca na questão da vivacidade e concisão retórica que Armitage emprega na descrição dos personagens e revela o impacto que a descrição corporal de Vasconcelos teve nesse leitor. As descrições do caráter do agente histórico, ligada à tradição historiográfica clássica, foram remodeladas no decorrer do século XVIII para poderem englobar o sentimento, não mais ligado ao *páthos*, enquanto nova nuance utilizada pelo historiador na caracterização de seus personagens. Ocorre uma mudança na retórica na modernidade, em que o sentimento passa a ser constitutivo da explicação histórica, na medida em que o sujeito é definido também em relação à sua interioridade. Não é

³³⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Op. Cit.*, p. 17. Grifos nossos.

³⁴⁰ *Jornal dos debates políticos e literários. Op. Cit.*, p. 27.

³⁴¹ *Jornal dos debates políticos e literários. Op. Cit.*, p. 27. Magalhães também cita, logo em seguida, outra passagem da obra, em que Armitage esclarece qual foi o motivo pelo qual D. Pedro I teve que renunciar em favor de seu filho. Cf. ARMITAGE, João. *Op. Cit.*, p. 213.

apenas uma avaliação moral que Armitage elabora de Vasconcelos, mas uma descrição que valoriza a experiência corpórea da narrativa como horizonte para a sensibilidade.

Tais mudanças epistemológicas estiveram diretamente associadas ao desenvolvimento da linguagem política do humanismo comercial em que a esfera do sentimental, social, comercial e cultural juntaram-se no século XVIII britânico para formar a sociedade comercial.³⁴² A esfera do social foi o espaço em que o cidadão tinha a oportunidade de entrar em contato com as pessoas e as coisas, na tentativa de polir as maneiras, e sua interioridade tornou-se o lugar no qual esse contato seria forjado.

Tal aspecto é um ponto importante na obra de Armitage e que curiosamente não foi salientado nem por Cunha Barbosa nem por Rocha, nas outras discussões sobre essa obra. De fato, mesmo nas menções posteriores à *História do Brasil*, como a feita por Varnhagen na *História da Independência*, os letrados brasileiros nunca levaram em conta o uso do sentimento presente nesta obra como objeto de indagação ou mesmo de horizonte de escrita da história nacional brasileira. Sem sombra de dúvidas, Magalhães foi o que mais se interessou por esse aspecto da *História do Brasil*, talvez despertado ainda pelo seu fascínio pela tradição retórica clássica, aliado à sensibilidade literária e visão filosófica do fundador de nosso romantismo. Por meio do vocabulário clássico da retórica, poderia ser aberta a possibilidade da utilização de estratégias textuais modernas que valorizavam a experiência sensorial da narrativa. Esse silêncio historiográfico pode ser interpretado como um sinal da preponderância da cultura de sentido dentro da historiografia brasileira da primeira metade do século XIX, em que as dimensões do reviver histórico não tiveram grande destaque e a continuidade entre a civilização portuguesa e brasileira figurou como uma de suas marcas centrais.

³⁴² POCKOCK, John. *Op. Cit.*, p. 98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos várias frentes de análise que oscilaram constantemente entre o mundo luso-brasileiro e britânico. Devido à forte relação comercial que a Grã-Bretanha mantinha com Portugal, seria quase que natural a conquista também do mercado colonial brasileiro, com a vinda da Família Real em 1808. Tal inserção comercial poderia propiciar não apenas vantagens lucrativas, pois os britânicos também desejavam entender a dinâmica do processo colonial português para poder combatê-lo frente aos ideais de expansão comercial. John Armitage viu na escrita da história do Brasil uma excelente oportunidade de realizar essa empreitada, conhecendo melhor a história dessa recente nação e criticando a sociedade portuguesa atrasada e estagnada.

Quando escreveu sua *História*, ainda residia na cidade do Rio de Janeiro, onde conheceu diversos intelectuais e participou da *Defensora*. Apesar de essa obra estar inserida do ponto de vista das narrativas historiográficas no cenário britânico, pareceu-nos extremamente relevante também abordar como a historiografia brasileira a recebeu criticamente. Por meio dos comentários que foram publicados em três periódicos cariocas em 1837, pudemos pincelar como as preocupações historiográficas brasileiras tinham outro horizonte bastante diferente do britânico, discussões que pareceriam naturais em um contexto poderiam não parecer em outro. Pela novidade da nação brasileira, muitos dos dilemas desses intelectuais estavam voltados ainda para definições iniciais de cronologia; e a transformação do conceito de história em moderno acelerava-se na década de 1830. Certamente foi um privilégio desta dissertação acompanhar os argumentos de Januário da Cunha Barbosa, que, no manifesto crítico da *História* de Armitage, acreditava firmemente na possibilidade da escrita da história contemporânea e não via o distanciamento temporal como essencial à narrativa histórica. Em sua atuação inicial no IHGB, essa posição oscila e nos primeiros anos da década de 1840 o distanciamento entre espaço de experiência e o horizonte de expectativas é percebido pelo Cônego.

Do ponto de vista da historiografia britânica e do horizonte historiográfico de Armitage, buscamos traçar um breve panorama da mudança essencial que ocorreu na Grã-Bretanha do século XVIII: a descoberta do mundo social como objeto de atenção e curiosidade. Nesse espaço, como já ressaltou Momigliano, é que se deu novamente a junção entre erudição e narrativa histórica que, entre outras coisas, permitiu o

alargamento dos assuntos históricos que deixaram de estar totalmente centrados no mundo político. Os membros da sociedade comercial, desenvolvida na expansão britânica, tinham interesses bastante amplos que acabaram por perpassar a esfera do sentimental, na medida em que esta compunha o mundo social. A história política não era mais vista como totalmente suficiente para apresentar a história nacional e o mundo do comércio e das relações sociais e afetivas uniram-se para complementar essa explicação.

Desde a retórica clássica, o potencial de experimentação do relatado no plano das emoções pelo leitor ou ouvinte esteve presente na historiografia, mesmo que algumas vezes isso tenha sido soterrado por uma erudição espantosa ou pelo desejo de imparcialidade. Houve uma recontextualização pela psicologia moderna das paixões clássicas no Setecentos britânico, no sentido de que sua utilização para a persuasão e demonstração do relato não eram mais tão fundamentais, mas a simpatia que o sofrimento poderia gerar entre o sujeito histórico e o leitor começaram a interessar diretamente o historiador. Entender a história significava também entender os sentimentos dos atores sociais. Nesse sentido, a *História do Brasil* analisada pôde ajudar-nos a compreender um pouco mais a dinâmica narrativa de uma historiografia do sofrer, que aposta na supressão temporal como componente historiográfico.

Anexos

FOTOS DO MAUSOLÉU DA FAMÍLIA ARMITAGE EM DUKINFIELD

| Frente da Old Chapel, Dukinfield. Arquivo pessoal

Foto do mausoléu da Família Armitage na Old Chapel. Arquivo pessoal.

Detalhe do mausoléu da Família Armitage na Old Chapel. Arquivo pessoal.

Fontes:

Cyrus Armitage. *Some account of the family of the Armitages*.

Lancashire Record Office - Armitage Papers DDX – 579/5

Bryan I'Anson. *The history of the Armytage or Armitage family*.

<http://www.rootsweb.ancestry.com/>

Embarcaram para Nova York em 1719

Permaneceu na Inglaterra

³⁴³ Uma versão preliminar e com algumas imprecisões, todas já corrigidas, foi publicada na Almanack Braziliense: Flávia Florentino Varela. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John ARMITAGE e sua obra. *Almanack Braziliense*, v. 8, p. 117-126, 2008.

OBS: *Charles Cyrus não é mencionado no Armitage Papers DDX – 579/5. Contudo o autor do *The history of the Armytage or Armitage family* indica-o como filho e fornece seus descendentes.

LITOGRAFIAS DE EVARISTO DA VEIGA E JOSÉ BONIFÁCIO QUE COMPÕEM A PRIMEIRA EDIÇÃO DA *HISTORY OF BRAZIL* DE JOHN ARMITAGE

Evaristo Ferreira da Veiga.

Published by Smith, Elder & Co. 65 Cornhill London

D.^o José Bonifácio.

Published by Smith, Elder & Co. 65 Cornhill London

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Material consultado em arquivos

Biblioteca Nacional, 50, 2, 024.

Centre of South Asian Studies, University of Cambridge. *Armitage Papers*, small collections, box 2, 3.

Lancashire Record Office - “Armitage Papers” DDX – 579/5.

National Archives of the United Kingdom. *John Armitage last Will and testament*. PROB 11/2238.

National Archives of the United Kingdom, CO 59/20.

National Archives of the United Kingdom, CO 57/21.

Livros

ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compêndio de História do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

ARMITAGE, Cyrus. *Some account of the family of the Armitages*, from 1662 to the present time. London: Reed & Pardon, 1850.

ARMITAGE, João. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

ARMITAGE, João. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

ARMITAGE, John. *The History of Brazil* from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country. Vol. 1. London: Smith, Elder and Co., 1836.

ARMITAGE, John. *The History of Brazil* from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country. Vol. 2. London: Smith, Elder and Co., 1836.

- BARBOSA, Januário da Cunha Barbosa ; MATTOS, Raymundo da Cunha. Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. I, 1839.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à Sociedade Central do Rio de Janeiro. *RIHGB*, t. I, 1839.
- BARBOSA, Januario da Cunha. Relatório do Secretário Perpetuo. *RIHGB*, t. II, 1840.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. *RIHGB*, t. I, 1839.
- BARBOSA, Januario da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o terceiro ao social. *RIHGB*, t. III, 1841.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o quarto ano social. *RIHGB*, t. IV, 1842.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório lido no ato de solenizar o 5º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. V, 1843.
- BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial Fluminense, 1837.
- I'ANSON, Bryan. *The history of the Armytage or Armitage family*. London: Hazell, Watson & Vuney, Ld., s/d.
- IHGB. Ata da 1ª. Sessão de 1º de dezembro de 1838. *RIHGB*, t. I, 1839.
- IHGB. Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, t. I, 1839.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. In: Afrânio Coutinho. *Caminhos do pensamento crítico*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Americana, Prolivro, 1974.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil. *RIHGB*, t. 1, 1839.
- SOUTHEY, Roberto. *História do Brasil*. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. Prefácio de Brasil Bandecchi. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos

sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

Periódicos

Allen's Indian Mail and register of intelligence for British & foreign India, China & all parts of the East. London, Saturday, October 4, 1845.

Allen's Indian Mail and register of intelligence for British & foreign India, China & all parts of the East. London, Tuesday, June, 4, 1850.

Ceylon, and Lord Torrington administration [From The Calcutta Review, nº 23], 1849. *Correio Oficial*. Nº. 100, 9 de maio de 1837.

Glasgow Herald. Glasgow: Caledonian Newspapers. Saturday, April 2, 1870.

Hampshire Telegraph and Sussex Chronicle. Portsmouth, Saturday, December 15, 1855. <http://www.jstor.org/stable/60100510>

Jornal dos debates políticos e literários, número 7, 24 de maio de 1837. Rio de Janeiro: Tipografia J. Villeneuve e Comp., 1837.

Literary Gazette and Journal of belles lettres, arts, science, &c. Saturday, May 21, 1836. London: James Moves, 1836.

Liverpool Mercury etc. Liverpool, Friday, October 31, 1845, Supplement.

O Chronista, número 62, 13 de maio. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva & Irmão, 1837.

O Chronista. Nº 53, 12 de abril de 1837.

O homem e a América: jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia de Thomas B. Hunt, 21 de janeiro de 1832. Número 15.

O homem e a América: jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia de Thomas B. Hunt, 28 de janeiro de 1832. Número 16.

O Tamoio. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto & Cia., 12 de agosto de 1823. Número 01.

The Bankers' magazine, journal of the money market and railway digest. January to December 1848. Volume 8. London: Groombridge & Sons, 1848.

The Christian Reformer Christian Reformer or unitarian magazine and review. New series, vol. X. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1843.

The Christian Reformer or unitarian magazine and review. New series, vol. XII. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1856.

The Christian Reformer or unitarian magazine and review. New series, vol. VIII. From January to December. London: Edward T. Whitfield, 1852.

The Monthly Review, from May to August inclusive. Vol II, new and improved series. London: G. Henderson, Old Bailey, Ludgate-Hill, 1836.

The Morning Chronicle, London, Saturday, October 20, 1855.

The Museum of Foreign Literature, Science and Art. Vol I, new series. July to September, 1836. Philadelphia. Published by E. Littell, 1836.

Bibliografia

[CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

A PUBLICAÇÃO da 'História da Independência' do Visconde de Porto-Seguro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

ACCOUNTS and papers. Colonies. Vol 31, 4 February – 9 August, 1845.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58, 2009.

ANDRADE, Fernanda Costa Carvalho de. *A medida da liberdade: a imprensa da Corte no período regencial (1831-1833)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. (Dissertação)

ANDRADE, Marcos Ferreira. Imprensa *moderada* e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e temor do haitinismo no Brasil Regencial (1831-1835). In: *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil*, 2009.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. *Varia História*, v. 22, 2006.

_____. *A experiência do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2007.

ARISTOTLE. *Rhetoric*. Traduction of W. Rhys Roberts. Mineola: Dover Thrift Editions, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- ASPIN, Chris. *The cotton industry*. Buckinghamshire: Shire Publications, 2004.
- BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- BASILE, Marcello. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Dimensões*, vol. 18, 2006.
- _____. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1976.
- BLACK, Jeremy. *Trade, empire and British foreign policy, 1689-1815: the politics of a commercial state*. London/New York: Routledge, 2007.
- BLACKBURN, Robin. A abolição do comércio negreiro britânico: 1803-14. In: _____. *A queda do escravismo colonial 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BLAIR, Hugh. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*. London: Charles Daly, 1839.
- BOXER, Charles. *Império marítimo português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- BURROWS, Sir Montagu. The conquest of Ceylon, 1795-1815. In: DODWELL, H. H. *The Cambridge History of British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1929.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.
- _____. Presentismo, memória e poesia: noções de escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CHAPMAN, Stanley. *Merchant Enterprise in Britain: from Industrial Revolution to World War I*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CÍCERO. *On the orator*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

- COSTA, Wilma. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- DEBATES in Parliament, session 1833, on the resolutions and bill for the abolition of slavery in British Colonies*. London: Maurice and Co., 1834.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.
- EGAS, Eugênio. Ao leitor. In: ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- FLORENTINO, Manolo. Do tráfico de almas para o Brasil. In: ___. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.
- GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co., 1824-1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. (Dissertação).
- _____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*. Vol. 388, 1995.
- _____. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZE, Alda; VIDEIRA, Antonio A. P. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- _____. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro 1 (1): 5-27, 1988.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- _____. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Nova edição revista e aumentada. Tradução de Jacyntho Lins Brandrão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança colonial: sua desagregação. In: _____. (dir.). *História geral da civilização brasileira: Brasil monárquico*. 1º. Vol. São Paulo, Difel, 1970.
- HOWE, Anthony. *The cotton masters, 1830-1860*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- HUME, David. Of the Study of History. In: _____. *Essays: moral, political and literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG; IPEA, 2000.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.
- JAYASURIYA, J. E. *Educational policies and progress during British Rule in Ceylon (Sri Lanka) 1796-1948*. Colombo: Associated Educational Publishers, 1977.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo; Salvador: Hucitec; Centro de Estudos Baianos, 2004.
- KNIGHTON, William. Present State of Ceylon. In: _____. *The History of Ceylon from the earliest period to the present time*. Edinburgh: Longman, Brown, Green & Longmans; Smith, Elder & Co; Madden & Malcolm, 1845.
- KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

- KUMAGAI, Yukihiisa. *The Lobbying Activities of Provincial Mercantile and Manufacturing Interests against the Renewal of the East India Company's Charter, 1812-1813 and 1829-1833*. Submitted in fulfillment of the requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. University of Glasgow, Department of Economic and Social History, April 2008.
- LISBOA, Karen. Olhares estrangeiros sobre o Brasil no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: SENAC São Paulo, 1999.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Equipe de coordenação). *Dicionário grego-português*. Vol. 4. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos - CEBRAP* [online]. 2006, nº.74.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.
- MENDIS, G. C. The rise of the plantations and the submergence of the people (1833-1850). In: ___. *Ceylon under the British*. New Delhi: Gautam Jetley, 2005.
- MILLS, Lennox A. *Ceylon under British Rule, 1795-1932*. London: Routledge, 1964.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2003.
- _____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MULLAN, John. *Sentiment and Sociability: the language of feeling in the Eighteenth Century*. Oxford: Clarendon Press, 2002.
- NEVELL, Michael. *Tameside 1700-1930*. Tameside Metropolitan Borough Council, 1993.
- NEVES, Lúcia M. B. P; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- NOVAIS, F. Condições de privacidade na colônia. In: __ (dir.). *História da vida privada no Brasil v.I* (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História da civilização brasileira*. Tomo II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- _____. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, D. I., 2007.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PORTER, Andrew. Introduction. In: __. (ed.). *The Oxford History of British Empire*. Vol. 3: The Nineteenth Century. Oxford; Oxford University Press, 1999.
- _____. Trusteeship, anti-slavery, and humanitarianism. In: __. (ed.). *The Oxford History of British Empire*. Vol. 3: The Nineteenth Century. Oxford; Oxford University Press, 1999.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1942.
- REIS, Maria Cecília Gomes dos. Prefácio. In: ARISTÓTELES. *De anima*. São Paulo: Ed.34, 2006.
- REPORTS from Commissioners: twenty volumes. Railways; woods and forests, local acts (preliminary inquires). Session 31 January – 12 August 1854. Volume 38, 1854.*
- RIBEIRO, Gladys Sabina. Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca no início dos anos 1830. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- RIPPY, J. Fred. *Rivalry of the United States and Great Britain over Latin America*. Baltimore, London, Oxford, 1929.
- ROCHA, João Cezar de Castro. História. In: JOBIM, José Luis. *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

- RODRIGUES, José Honório (org.). *Registro de Estrangeiros - 1831-1839*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1962.
- _____. *Teoria da História: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- ROSA, Giorgio de Lacerda. Entre o antigo e o moderno: o providencialismo nas memórias históricas de José da Silva Lisboa e Luis Gonçalves dos Santos. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.
- ROSCOE, Jane. *Memoir of the Rev. Benjamin Goodier*. Liverpool: Rushton and Nelling, 1825.
- ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luis. *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo: USP, 2010. (Dissertação)
- SILVA, Rogério F. da. *Colônia e nativismo: a História como 'Biografia da Nação'*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A Corte e o mundo: uma história do ano em que a Família Real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SOARES, Luiz Carlos. Do presbiterianismo ao Unitarismo: a trajetória dos dissidentes racionalistas ingleses. In: _____. *A Albion Revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7Letras: FAPERJ, 2007.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1939.
- THE CEYLON CHAMBER OF COMMERCE. *The Ceylon Chamber of Commerce 1839-1964*. Colombo: Ceylon Chamber of Commerce, 1964.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VAN SANT, Ann Jessie. *Eighteenth-century sensibility and the novel: the senses in social context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. *Almanack Braziliense*, v. 8, p. 117-126, 2008.

_____. *Sine ira et Studio*: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito. *História da Historiografia*, número 1, 2008, p. 71-87.

VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. Explicação. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

VIANO, Cristina. Amizade e emoções de rivalidade em Aristóteles: uma origem comum?. *Journal of Ancient Philosophy*. Vol. II, Issue 1, 2008.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: ___. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho, 1994.

WILLIAMS, Eric Eustace. *Capitalism & slavery*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994.

WRIGHT, Arnold. *Twentieth century impressions of Ceylon: its history, people, commerce, industries and resources*. Colombo: Asian Educational Service, 1907.